VI Congresso Internacional

Educação Inclusiva: Olhares pelo Caminho

24, 25 e 26 OUTUBRO 2019

SANTARÉM
Convento de S. Francisco
Escola Superior de Educação de Santarém

ATAS

PARTE II - RESUMOS

PRÓ INCLUSÃO
Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

COM O ALTO PATROCÍNIO DE SUA EXCELÊNCIA
O Presidente da República

FICHA TÉCNICA

Livro de Atas do VI Congresso Internacional da Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial - "EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OLHARES PELO CAMINHO".
Parte II – Resumos

Organização

Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial – Portugal

Editores

Luzia Lima-Rodrigues
David Rodrigues
Margarida Loureiro

Designer

Christina Rebouço

ISBN

ISBN: 978-989-97306-3-2

Edição

Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial
Lisboa, Portugal, 2020 | www.proandee.weebly.com
Suporte: eletrónico
Formato: PDF / PDF/A

Nota Editorial

Os resumos e os respetivos textos completos publicados neste livro de atas, partes I e II, não seguem obrigatoriamente o acordo ortográfico. A ortografia, assim como a grafia, a opinião e a idoneidade dos textos são única e exclusivamente da responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE DE RESUMOS

MULTICULTURALIDADE E INCLUSÃO DE IMIGRANTES NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS (NPT'S) 8
Susana Guerreiro; Cláudia Luísa; Nelson Horta

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO POVO PANKARARU - REFLETINDO A PARTIR DAS EXPERÊNCIAS DO PIBID – DIVERSIDADE 9
Risonete Rodrigues da Silva; Ana Maria Tavares Duarte

ENSINAR E APRENDER EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS: PROJETO DE INTERCÂMBIO 10
Elisabete Flosa

DIVERSIDADE CULTURAL E MANIFESTAÇÕES DE CORPOREIDADE 11
Jaqueline Costa Castilho Moreira

ENVOLVIMENTO DOS IRMÃOS DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: ESTUDO DESCRITIVO 12
Alexandra Fernandes Mendes; Joana Carreira Jorge; Mariana dos Santos Canais; Tatiana Cibel Évora Brás

ENSINO DA ESCRITA PARA ESTUDANTES SURDOS: BREVE PANORAMA NO BRASIL 13
Christiane Thatiana Ramos de Souza; Andréa Pereira Silveira

INCLUSÃO DE PESSOAS COM PERTURBAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL NO INTERIOR ALGARVIO 13
Cátia Pinto Évora; Cláudia Cristina Luísa

O BRINCAR DA CRIANÇA COM DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA LEITURA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE L. S. VIGOTSKI 15
Fabrício Santos Dias de Abreu; Marina Teixeira Mendes de Souza Costa

GD = GRANDE DESAFIO = GEOMETRIA DIVERTIDA = GEOMETRIA DESCRITIVA 15
Miguel Vilhena

O CIRCO CHEGOU NA ADACAMP: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DE ATIVIDADES CIRCENSES PARA O DESENVOLVIMENTO DE AUTISTAS 17
Felipe Braccialli; Jéssica Adriana Montanini Fernandes

TEATROSIVO (TEATRO INCLUSIVO) 17
Daniela Cristina Machado de Souza; Luísa M. F. Gonçalves

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: INSPIRAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA 18
Luzia Mara Lima-Rodrigues

PEDRAS NO CAMINHO E CAMINHO A PERCORRER PARA QUE A ESE/IP SANTARÉM POSSA VIR A SER UMA INSTITUIÇÃO PRÓ-INCLUSIVA 20
Beatriz Penelas; Ana da Silva

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR – FATORES PROMOTORES DE RESILIÊNCIA 20
Maria Helena Martins; Anabel Moriña

FORMACIÓN PERMANENTE DEL PROFESORADO UNIVERSITARIO EN DISCAPACIDAD: ANÁLISIS DESDE LA VOZ DE DOCENTES QUE DESARROLLAN UNA PEDAGOGÍA INCLUSIVA 22
Anabel Moriña; Maria Helena Martins

É DESEJÁVEL? SIM! É POSSÍVEL? SIM! INCLUSÃO DE JOVENS COM DIFICULDADES INTELECTUAIS E DESENVOLVIMENTAIS NO ENSINO SUPERIOR 23
Marisa Maia Machado; Paula Santos; Marilyn Espe-Sherwindt

FORMAÇÃO DE PROFESSORES, INCLUSÃO E EQUIDADE EDUCATIVA 24
Maria Leonor Borges Terrem; Beatriz Morgado Camacho

PEDAGOGÍA INCLUSIVA Y ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD: UNA EXPERIENCIA DE FORMACIÓN PARA EL PROFESORADO 24
Rafael Carballo

RELATO DE UMA ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR INCLUSIVA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 26
Bento Cavadas; Neusa Branco; Maurício Dias; Nádia Lopes

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO, DIÁLOGO PARA A INCLUSÃO: REFLEXÃO SOBRE ESPAÇOS E PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL 27
Teresa Sá; Joel Santos

POSSIBILIDADES DE TRABALHO NA ESCOLA NA PERSPETIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTO DE FLEXIBILIDADE CURRICULAR: QUE RELAÇÃO ENTRE OS DECRETOS E AS PRÁTICAS 28
Elania de Oliveira; Preciosa Fernandes

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA CURRICULAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLARIZAÇÃO COMO DIREITO À CIDADANIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 29
Ana Maria Tavares Duarte; Preciosa Fernandes

CARACTERIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE TRIAGEM UNIVERSAL DE ALUNOS EM RISCO: UM ESTUDO LONGITUDINAL EM SALAS INCLUSIVAS 30
Paula Marisa Fortunato Vaz; Ana Paula Loução Martins

A FORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE INCLUSÃO 30
Alba Maria Aguiar Marinho Melo; Hildegardo Pedro Araújo de Melo; Ana Maria Tavares Duarte

PERCURSOS CURRICULARES INCLUSIVOS: UM OLHAR SOBRE UM PROJETO DE MUSICOTERAPIA 32
Amélia Maria Mestre; Ana Rita Maia; Maria Pedro Ponte

ATITUDES E AUTOEFICÁCIA DE PROFESSORES/AS RELATIVAMENTE À INCLUSÃO EDUCATIVA: CONTRIBUTOS DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL 33
Beatriz Barat; Carla Peixoto; Francisco Machado

AUTOEFICÁCIA DE PROFESSORES/AS RELATIVAMENTE À INCLUSÃO EDUCATIVA: QUAL O PAPEL DO AMBIENTE ESCOLAR? 34
Carla Peixoto; Beatriz Barat; Francisco Machado

TODOS PODEM APRENDER! CONTRIBUTOS DO PROJETO PILOTO INOVADOR NUMA ESCOLA PÚBLICA .. 35
Rita Gil

PERCEÇÕES DE OBSTÁCULOS À CRIATIVIDADE: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO 36
Ana Teresa Almeida; Maria de Fátima Morais; Fernanda Martins

A METODOLOGIA DE PROJETO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA, NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS EM TURMAS HETEROGÉNEAS 37
Maria Aparecida dos Santos

TEC++US - TECNOLOGIA DE TODOS PARA TODOS E CADA UM 38
António Gonçalves; Carla Vieira; Maria de Lurdes Raminhos; Madalena Fernandes; Susana Brandão

WRITING CLASSROOM INTERVENTION FOR ALL - PORTUGUESE PRACTICAL 39
Catarina Liane Araújo; Paula Martins; António J. Osório

CURSO LITERACIA DIGITAL PARA O MERCADO DE TRABALHO 40
Maria Potes Barbas; Cristina Novo; Helena Luís; Isabel Piscalho; Nádia Lopes; Mário José; Pedro Matos

SOU UM ATLETA! 40
Isabel Mercedes Moreira

CONSTRUINDO MATERIAIS ADEQUADOS PARA PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS MOTORAS E COMUNICACIONAIS 42
Kátia Cristina Novaes Leite; Karine Cristina Novaes Leite; Elciana Roque de Souza Andrade

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, UM OLHAR SOBRE AS ESTRATÉGIAS VERBAIS 43
Kátia Cristina Novaes Leite; Juliana Cristina Salvadori

PROCESSOS DE TRANSIÇÃO E PROJETOS DE VIDA: UM TRABALHO DA ESCOLA E DA COMUNIDADE 44
Maria Teresa Santos; Adelaide Espírito Santo; José Pereirinha Ramalho; Maria Cristina Faria; Cesário Almeida; José António Espírito Santo

DA ESCOLA À CIDADE: A INCLUSÃO UM CONCEITO E UMA PRÁTICA TRANSVERSAL 45
Domingos Rasteiro

INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR: A ATITUDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA 47
Filomeno Tavares; Ana Paula Martins

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: A PERCEÇÃO DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS EM CABO VERDE 47
Filomeno Tavares; Ana Paula Martins

PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA PÓS-ESCOLAR: COLABORAÇÃO COM O CRI 48
Rute Miroto; Vanessa Neves

PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO: PERCEÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES EDUCATIVOS ACERCA DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA PÓS-ESCOLAR 49
Vanessa Neves; José Morgado

PROJETO SINTRA INCLUI: CUMPRIR O SONHO NA ESCOLA E NA COMUNIDADE 50
Ana Castro Santos

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA A VIDA PÓS-ESCOLAR DE ALUNOS COM DIFICULDADE INTELECTUAL 52
Maria do Rosário Ferreira; Ana Paula Martins; Ana Paula Pereira

PERCEÇÕES DOS PROFISSIONAIS RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE TVA COMO FATOR DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NEE: UM ESTUDO NACIONAL 53
Luís Fânzeres; Anabela Cruz-Santos; Sofia Santos

SÉCULO XXI: A REDENÇÃO SURDA NO BRASIL 54
Armando Guimarães Nembri

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A DISCIPLINA LIBRAS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS 55
Andréa Pereira Silveira

FORMAR PROFESSORES EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS: DESAFIOS À ESCOLA E À SOCIEDADE 56
Joaquim Melro

SUPERVISÃO, INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS: QUE PRINCÍPIOS? QUE PRÁTICAS? 57
Joaquim Melro

ESCOLA INCLUSIVA, INTERVENÇÃO MULTINÍVEL E DISLEXIA: DIVERSIDADE EXIGENTE NA PLANIFICAÇÃO DA RESPOSTA FLEXÍVEL 58
Alcinda Almeida

ESTUDO SOBRE O ENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E INTERAÇÃO DA CRIANÇA COM ATRASO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO COM EDUCADORES E PAIS EM ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO CONJUNTA 59
Bruno Veiga; Isabel Fernandes; Otília Sousa; Clarisse Nunes; Marina Fuertes

O QUE OS ALUNOS SABEM, PENSAM E SENTEM ACERCA DAS ADAPTAÇÕES NOS TESTES: UMA REVISÃO DA LITERATURA 60
Leonor Ribeiro; Ana Paula Loução Martins; José Carlos Morgado

OFICINA DO OLHAR - UM DIÁLOGO COM AS IMAGENS.....61
Miguel Vilhena Fernandes

DA ESCOLA PARA A COMUNIDADE – APOIO PERSONALIZADO NA TRANSIÇÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA.....62
João Adolfo Nogueira; Ana Colaço

OS PERCURSOS ESCOLARES DE CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL: DA REALIDADE NACIONAL ÀS ESPECIFICIDADES DOS CONTEXTOS.....63
Daniela Ferreira; Ariana Cosme

ESTUDO COMPARATIVO DE REPRESENTAÇÕES MATERNAS EM DÍADES COM BEBÉS DE TERMO, PRÉ-TERMO E EXTREMO PRÉ-TERMO.....64
Ana Rita Almeida; Rute Casimiro; Sandra Antunes; Maria João Alves; Joana Lopes; Camila Ribeiro; Margarida Santos; João Moreira; Marina Fuertes

NARRATIVAS FAMILIARES DE (IN)EXCLUSÃO EDUCACIONAL EM ANGOLA: TRAJETÓRIAS E LUTAS POR RECONHECIMENTO 65
Daniela Antonello Lobo d'Avila

EXPERIÊNCIAS LINGUÍSTICAS E SEXUAIS NÃO HEGEMÓNICAS: UM ESTUDO DAS NARRATIVAS DE SURDOS HOMOSSEXUAIS 66
Fabrício Santos Dias de Abreu; Daniele Nunes Henrique Silva; Patrícia Lima Martins Pederiva

PROCESSOS DE (DES)HUMANIZAÇÃO EM “A METAMORFOSE” DE FRANZ KAFKA: ALIENAÇÃO, DEFICIÊNCIA E DISSOLUÇÃO DA INDIVIDUALIDADE 67
Fabrício Santos Dias de Abreu; Marina Teixeira Mendes de Souza Costa

PESQUISAS EM ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM REPOSITÓRIOS ACADÊMICOS COM LEITOR DE TELA 68
Jaqueline Costa Castilho Moreira; Maria Rita Rodrigues Cerqueira

"ACESSIBILIDADE": UM RECURSO EDUCACIONAL DE INTERAÇÃO DIGITAL VOLTADO À INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR 69
Jaqueline Costa Castilho Moreira; Maria Rita Rodrigues Cerqueira

SOCIODRAMA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA - ESPERANÇA DE INCLUSÃO.....70
Luzia Mara Lima-Rodrigues

SUPORTE FAMILIAR: PERSPETIVAS PORTUGUESAS E MOÇAMBICANAS SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR 72
Evelyn Santos; Paula Vagos; Dayse Neri de Souza; Paula Santos; Bianca Gerente

“PARA A ESCOLA E MAIS ALÉM…” 73
Helena Carona

DA EDUCAÇÃO ESCOLAR À APRENDIZAGEM PARA A INCLUSÃO: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO 74
Lúcia Ferreira; Ana Cotovio

PROFESORADO UNIVERSITARIO: PROTAGONISTAS DE LA INCLUSIÓN EDUCATIVA DEL ALUMNADO CON DISCAPACIDAD 75
Beatriz Morgado Camacho; Maria Leonor Borges dos Santos Terrem

INTERVENÇÃO PRECOCE INCLUSIVA – ALMADA, UM CONCELHO “IN”CLUSIVO.....76
Dina Pereira

100 DIFERENÇAS: GRUPO DE SUPORTE PARA PAIS E FAMILIARES DE CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE 77
Patrícia Marques; Joana Catarino

COOPERAÇÃO ENTRE DOCENTES: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO.....78
Marta do Nascimento; Maria Odete Emygdio da Silva

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA TEORIA ÀS PRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL 79
Manuel António Ramalho Ventura; Maria Odete Emygdio da Silva

O PROJETO “PROMOVER A LEITURA E A ESCRITA” COMO PROMOTOR DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA 80
Paula Marisa Fortunato Vaz; Carlos Manuel da Costa Teixeira

ESTUDO COMPARATIVO DAS REPRESENTAÇÕES MATERNAS EM DÍADES COM BEBÉS DE TERMO, PRÉ-TERMO E EXTREMO PRÉ-TERMO.....81
Ana Rita Almeida; Rute Casimiro; Sandra Antunes; Maria João Alves; Joana Lopes; Camila Ribeiro; Margarida Santos; João Moreira; Marina Fuertes

INCLUSÃO E ACOLHIMENTO DOCENTE DA PESSOA EM CONDIÇÃO DE INCONGRUÊNCIA DE GÊNER.....82
Vânia Gomes

MULTICULTURALIDADE E INCLUSÃO DE IMIGRANTES NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS (NPT'S)

Susana Guerreiro; Cláudia Luísa; Nelson Horta

A presente comunicação resulta de um trabalho de investigação-ação no âmbito de um estágio académico, do 3º ano do curso de Educação Social, na Fundação António Aleixo, entidade promotora do projeto Loulé Sem Fronteiras, cuja área de intervenção é o concelho de Loulé. Segundo a mesma entidade, o objetivo principal do projeto consiste na facilitação da integração social, escolar e profissional de imigrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT´s) – externos à União Europeia e suas famílias, com intervenção no apoio individualizado quer a nível social como psicológico. A sensibilização/informação de crianças e jovens sobre a diversidade, valorização e diálogo intercultural constituem-se como fundamentos basilares da intervenção do projeto. De entre as quatro áreas de aplicabilidade do projeto destaca-se o Espaço de Intervenção Familiar Integrada, cujo as ações passam pelo Espaço de Partilha e Aprende / Mentoria da Aprendizagem, Educação Formal e Não-Formal e Pais à Medida. A vinda de imigrantes é um aspeto bastante positivo para a região, uma vez que representa população ativa que vem repovoar as diferentes localidades e contribuir para o seu desenvolvimento. No entanto, várias problemáticas surgem associadas, nomeadamente a falta de domínio da língua portuguesa e da cultura local, o difícil acolhimento profissional, escolar e social, podem desencadear situações de exclusão e de desigualdade. Neste sentido, e de forma a minimizar os efeitos negativos, surge o projeto Entre (Culturas), um trabalho académico, com a duração de sete meses, que aportava nos objetivos do projeto principal. Visava fomentar iniciativas de aprendizagem pedagógica e cultural; promover a interculturalidade e a integração das comunidades imigrantes residentes no concelho de Loulé; desenvolver abordagens para uma atitude responsável face à educação; divulgar as implicações da educação e da formação no desenvolvimento pessoal e social das crianças; criar espaços reflexivos sobre assuntos basilares na família; contribuir para a construção de ideias inovadoras e autónomas e potenciar a importância da autonomia. Para concretizar os objetivos referidos foram dinamizadas as seguintes atividades: Sessões de mentoria e educação não formal; Sessões de mentoria de aprendizagem dirigidas a grupos de crianças em idade escolar (1º ciclo), com periodicidade bissemanal, desenvolvidas no Centro Comunitário de Quarteira, grupo composto por seis crianças de nacionalidade nepalesa e moldávia bem como todo o trabalho com a escola e seus intervenientes; Realização de uma dinâmica entre pais e filhos, no âmbito da mentoria de aprendizagem, com o objetivo de promover o diálogo e a inclusão intercultural. As técnicas de recolha de dados que utilizamos, quer para a avaliação intermédia como a final foram a observação direta, as conversas informais e os registos fotográficos. Como principais resultados podemos destacar a inclusão escolar e social de crianças que se encontram no 1º ciclo, que aprenderam o português para comunicar e criar relações com os seus pares, bem como os resultados académicos, que melhoraram. A abertura da escola para a realidade da imigração e tudo o que está envolve, a melhoria das relações das famílias com a sociedade local e entre a sua própria família também foram notórias.

Palavras-Chave: Imigração; Multiculturalidade; Inclusão; Aprendizagem.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS INDÍGENAS DO POVO PANKARARU - REFLETINDO A PARTIR DAS EXPERÊNCIAS DO PIBID – DIVERSIDADE

Risonete Rodrigues da Silva; Ana Maria Tavares Duarte

A Educação Inclusiva é um processo em que a inserção é total. Dessa maneira, exige a quebra de paradigmas e transformações do sistema, dependendo de todos que fazem parte da comunidade escolar. Diante disso, surgiu a seguinte problemática: como é efetivada a Educação Inclusiva das pessoas com deficiências nas escolas indígenas de Pernambuco? Ao longo da história, a Educação Inclusiva vem se mostrando como um desafio, ao buscar a garantia de melhor acesso e permanência das pessoas com deficiências nas instituições escolares. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo principal compreender o processo de inclusão dos indígenas com deficiências no contexto escolar do povo Pankararu. A relevância desta pesquisa decorre das atividades desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID Diversidade, ofertado pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA, no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. O presente trabalho teve como objetivos específicos: identificar a inclusão dos indígenas com deficiências nas escolas do povo Pankararu; averiguar o processo de desenvolvimento do Projeto de Educação Inclusiva nas escolas do povo Pankararu; identificar trabalhos acadêmicos que abordem a Educação Inclusiva de indígenas com deficiências em Pernambuco. Através deste trabalho, pretendemos despertar um olhar diferenciado para os povos indígenas com deficiências no Estado de Pernambuco, deixando possíveis contribuições para outros pesquisadores através dos dados coletados. Nesse viés, este trabalho visa contribuir na efetivação da inclusão escolar de indígenas com deficiência, não apenas do povo Pankararu, como também dos demais povos indígenas de Pernambuco. Na busca por contemplar nossos objetivos, trabalhamos com a abordagem qualitativa, por nos possibilitar uma aproximação mais concreta com o campo de pesquisa, facilitando a compreensão do nosso objeto de estudo. Tivemos como campo de pesquisa as escolas indígenas do povo Pankararu, que está localizado em Tacaratu, no Sertão do Estado de Pernambuco, Brasil. Os dados foram coletados por meio de aplicação de questionário e entrevistas, em seguida, foi aplicada a técnica de Análise de Conteúdo. Como resultados, pudemos constatar nas 10 escolas Indígenas pesquisadas que, estão matriculados 2.055 indígenas Pankararu, dentre esses(as) alunos(as) matriculados(as), 53 são indígenas com deficiências. Apesar das limitações visíveis, muitos desses alunos não possuem diagnóstico médico. Os dados também nos revelam que muitos indígenas não estão frequentando as escolas devido à falta de acessibilidade. Também observamos que nove escolas não têm acesso à internet e três não têm computadores. Sobre materiais didáticos adaptados, foi verificada a existência de vários instrumentos enviados pelos Ministérios da Educação e da Cultura, todavia, na maior parte das vezes, os(as) professores(as) indígenas não sabem como utilizá-los, ficando estes guardados no armário da secretaria da escola. Conclui-se que a Educação Inclusiva ainda é um desafio, independente da etnia, localidade e situação socioeconômica, pois cada sujeito com deficiência

é único e requer atenção específica da escola, comunidade escolar e da família. Concluímos que as escolas indígenas de Pernambuco, apesar dos avanços, ainda necessitam percorrer um extenso caminho para que a inclusão das pessoas com deficiência seja assegurada de fato.

Palavras-Chave: Educação inclusiva; Educação indígena; Povo Pankararu; PIBID Diversidade

ENSINAR E APRENDER EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS: PROJETO DE INTERCÂMBIO

Elisabete Flosa

"Projeto de Intercâmbio Linguístico, Cultural e Pedagógico com duas escolas da África do Sul" foi um Projeto construído pela autora deste relato, em colaboração com outras docentes, em Portugal, e uma professora de Português em Pietersburg, na África do Sul.

A experiência que será aqui relatada ocorreu em contextos multiculturais, no âmbito do intercâmbio supracitado entre escolas públicas de Ensino Básico, uma localizada em Portugal e duas escolas, em Pietersburg, na África do Sul.

Ao reconhecer a diversidade que existe numa determinada população escolar, compete à escola a assunção de políticas educativas que passem, por exemplo, pela organização de currículos adequados a este cenário. Cremos nós, tal como Bernardo (2008:6), que «a Educação Intercultural visa, acima de tudo, uma dimensão mais dinâmica entre grupos sociais e culturais, na escola e fora dela, no sentido de promover uma sociedade em diálogo permanente e baseada na igualdade e tolerância».

A inclusão de alunos imigrantes obriga a outro olhar acerca de metodologias e estratégias que possibilitem a apropriação da aceitação da diferença, do respeito e da convivência com a diversidade. Os desafios que se colocam à escola perante identidades linguísticas, em constante mudança, perspetivam uma reestruturação dos processos de ensino e de aprendizagem direcionados ao novo contexto social, a partir de experiências relevantes.

Na multiplicidade de culturas em Portugal e África do Sul, de acordo com o cenário de diáspora, também as salas de aula carecem dessas abordagens diversificadas e efetivas.

A grande meta pretendida com o Projeto foi a de aproximar dois universos distintos ao nível linguístico, pedagógico e cultural, e assim, envolveu: 1) Promoção da Língua e a Cultura Portuguesas na África do Sul; 2) Celebração da diversidade linguística e cultural; 3) Troca de experiências a nível pedagógico e didático no ensino do português; e 4) Partilha de conhecimentos, valores e culturas.

Este projeto contou com a participação de cerca de uma centena de alunos (alunos da escola em Lagos e alunos dos cursos de Língua e Cultura Portuguesas, em Pietersburg). O ensino da Língua Portuguesa naquele país africano contempla falantes de "Português Língua de Herança" (referimo-nos aos alunos luso-descendentes), alunos de nacionalidade sul-africana e alunos estrangeiros que estudam "Português Língua Estrangeira", no currículo escolar sul-africano.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido, metas e objetivos a serem alcançados e uma realidade a ser trabalhada. Contudo, a partir da cooperação transnacional alicerçada na promoção e no incentivo do intercâmbio de conhecimentos e de práticas pedagógicas, espera-se o debate acerca de metodologias e estratégias conducentes a uma melhoria na qualidade do processo educativo. Por considerarmos um exemplo de boas práticas, parece-nos relevante a experiência que vamos relatar.

Palavras-Chave: Contextos multiculturais; educação intercultural; ensino do português; inclusão.

DIVERSIDADE CULTURAL E MANIFESTAÇÕES DE CORPOREIDADE

Jaqueline Costa Castilho Moreira

As manifestações de corporeidade estão presentes desde os primórdios da existência humana no planeta, participando do trajeto ascensional histórico dos povos antigos e de suas diversificadas culturas. Requeridas em contextos diferenciados, elas cumpriam funções (e ainda o fazem) que perpassam pela sobrevivência; pela busca de melhores condições por meio do ato de deslocar-se caminhando; pela caça e pesca utilizando-se de movimentos preparatórios para o enfrentamento ou desenvolvendo habilidades para lidar com aparatos; pelas lutas com tribos rivais nas disputas por territórios, compreendendo nestas situações a pré-existência de treinamentos preparatórios aos embates corpo a corpo, com armas e conduzindo animais; pela descoberta de formas no trato com as águas do caminho, seja banhando-se, nadando ou navegando. Também as manifestações de corporeidade são evidenciadas quando os povos se estabelecem em regiões promissoras, construindo abrigos e/ou cultivando a terra com movimentos que envolvem força física, agilidade, resistência entre outras capacidades. Vale mencionar, que elas permeiam tanto as representações dos povos, sejam elas ritualísticas com danças e competições, sejam estéticas ou hedônicas por meio de brincadeiras, jogos evoluindo do recrear ao entreter com os espetáculos. Além dessas, a corporeidade pode encontrar-se manifestada em técnicas curativas e terapêuticas relacionadas às massagens, aos exercícios respiratórios, enfim a um arcabouço de gestos e movimentos aprimorados ao longo do tempo e carregados de especificidades. Lidar com este conteúdo tão rico na disciplina de História da Educação Física e Esportes apresenta-se como um desafio. Assim, esse relato docente objetiva mostrar possibilidades de instigar os graduandos de Educação Física a apropriarem-se do tema diversidade cultural por meio de pesquisas sobre as manifestações de corporeidade existentes nos continentes, não se restringindo apenas à cultura ocidental. Esse conteúdo é oferecido em sete aulas, que abordam a pesquisa histórica, exemplos, sua aplicação nas aulas de Educação Física no ensino básico, finalizando com seminários. Embora esta experiência pedagógica seja realizada desde 2014 até a atualidade, em 2018 um grupo de estudantes destacou-se apresentando a cultura africana, em especial as manifestações de corporeidade dos Wodaabe. No seminário expuseram a organização social, cultural, política desse povo nômade, os códigos da tribo (reserva e modéstia,

paciência e fortaleza, cuidado e prudência, lealdade), os padrões estéticos e o apreço a corporeidade por meio dos festivais que os reúnem ao final da estação chuvosa. O trabalho impactou-me. Neste mesmo ano, passei a orientar uma mestranda que recupera a metodologia de ensino tradicional afro-brasileira realizada por meio da mediação de saberes e tradições que perpassam pela: oralidade, musicalidade, espiritualidade, ludicidade, gestualidade, circularidade, incentivo a formação de espírito comunitário e do contato direto com os mestres, a memória e a ancestralidade. Como considerações finais tem-se que o aprofundamento nas manifestações de corporeidade extrapola a Educação Física e esportes. Elas contam a história dos povos, suas culturas e embates, permitindo discussões sobre: valores tão diversos, discriminação e preconceito, violência e tolerância e a mediação necessária para que o respeito à diversidade seja sustentável. Acredita-se que o oferecimento dessa formação reverta na possibilidade de inserção desse conhecimento nas futuras práticas profissionais dos graduandos.

Palavras-Chave: História; Educação Física; Formação docente; Valores; Cultura Afro-brasileira

ENVOLVIMENTO DOS IRMÃOS DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: ESTUDO DESCRITIVO

Alexandra Fernandes Mendes; Joana Carreira Jorge; Mariana dos Santos Canais; Tatiana Cibel Évora Brás

A família é entendida como um sistema de relações dinâmicas, cujo funcionamento altera em decorrência de qualquer mudança entre um dos seus membros. Objetivo: Considerando as necessidades dos irmãos como uma importante componente das práticas centradas na família, este estudo tem como objetivo conhecer o perfil de envolvimento e perceção dos irmãos de crianças com NE. Metodologia: Através do questionário Sibling Needs and Involvement Profile junto a irmãos de crianças com NE (n=38) pretendeu-se avaliar os domínios de Consciencialização, Sentimentos, Diversão, Auxílio e Advocacia da relação entre os irmãos, Resultados: Os resultados mostraram um alfa de Cronbach de 0,929 conferindo assim bons valores de confiabilidade do questionário. Após análises estatísticas, todas as dimensões presentes no SNIP apresentam uma média de pontuação inferior a 3. De uma maneira geral, pode-se concluir que a amostra analisada aponta envolvimento positivo por parte dos irmãos de crianças com NE. A dimensão Consciencialização é onde os valores se apresentam mais baixos no que diz respeito à média de pontuação, enquanto que a dimensão Sentimentos apresenta o valor mais alto. As diferenças significativas apresentadas nas dimensões Sentimentos e Diversão são evidentes entre irmãos mais velhos e irmãos mais novos com pontuações superiores juntos dos irmãos com mais idade.

Palavras-Chave: Envolvimento, Crianças, Irmãos, Necessidades Especiais

ENSINO DA ESCRITA PARA ESTUDANTES SURDOS: BREVE PANORAMA NO BRASIL

Christiane Thatiana Ramos de Souza; Andréa Pereira Silveira

Quando se toma a educação de surdos no Brasil como foco de estudo verifica-se que o ensino da linguagem escrita tem sido um dos temas mais investigado nessa área. Vários motivos podem justificar tamanho interesse, dentre os quais ressaltamos as dúvidas a respeito de como estão se dando as práticas de ensino da escrita para surdos e suas contribuições para a aprendizagem deste aluno. Embora não seja um tema de estudo recente, o ensino da escrita para pessoas surdas ainda é um espaço de discussão pantanoso e repleto de dúvidas. Diante disso, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica cujos objetivos foram: realizar um levantamento em teses e dissertações sobre o que tem sido investigado acerca do ensino da linguagem escrita como L2 para alunos surdos entre os anos de 2006 e 2015 no Brasil; e analisar como a linguagem escrita tem sido ensinada aos alunos surdos no Brasil. Realizamos uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) utilizando como critérios de inclusão: pesquisa de campo realizada com pessoas surdas sem implante coclear, letramento de pessoas surdas, ensino de língua portuguesa escrita para pessoas surdas. Foram excluídas pesquisas teóricas, investigações sobre leitura por pessoas surdas, sobre desenho, estudos feitos com pessoas usuárias de implante coclear, trabalhos que não tinham os descritores no título ou palavras-chave. Os resultados mostraram que os temas mais investigados foram análise das práticas de ensino da linguagem escrita e análise da escrita produzida pela pessoa surda. Em relação ao modo como a linguagem escrita tem sido ensinada, o que se destacou foi o ensino da escrita baseada em práticas que não consideram as características linguísticas da pessoa surda. O ensino do português como segunda língua para surdos requer práticas diferenciadas, devendo ser comparado ao ensino de uma língua estrangeira. As maiores dificuldades tidas pelos surdos para se alfabetizarem estão situadas nas metodologias utilizadas no ambiente de ensino. Dessa maneira, os surdos apresentam dificuldades no processo de alfabetização que implicam em atrasos no tempo de duração do processo de escolarização e em marginalização por conta das peculiaridades de sua escrita.

Palavras-Chave: Língua Portuguesa como segunda língua. Aquisição da escrita. Educação de Surdos. Surdez.

INCLUSÃO DE PESSOAS COM PERTURBAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL NO INTERIOR ALGARVIO

Cátia Pinto Évora; Cláudia Cristina Luísa

A presente investigação foi realizada no interior do Algarve, mais concretamente no concelho de Silves, na Freguesia de São Bartolomeu de Messines. O objetivo principal do estudo era conhecer o processo de inclusão das pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual e sua inclusão na sociedade. Segundo Dias (2011) as pessoas com deficiências têm características diferentes perante às outras, o que por vezes dificulta a sua inclusão social, escolar e profissional. O impacto de uma efetiva inclusão, é promotora de uma maior cidadania e qualidade de vida quer para os próprios como para as suas famílias. Segundo Candeias (2009) a inclusão é um processo que respeita e valoriza a diferença e todos têm um papel a desempenhar na sociedade (p. 10). Historicamente temos vários contributos Internacionais, como a Convenção das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (2008), a Declaração de Salamanca (1994), onde os Estados se comprometeram na implementação de um sistema equitativo e com práticas e valores inclusivos para todos. Neste sentido, fomos realizar um trabalho de investigação-ação para perceber a aplicabilidade das diretrizes políticas e seus resultados. O estudo tinha como questão de partida: perceber e avaliar em que medida as pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual se encontram incluídas no interior algarvio. Optámos por um paradigma de natureza qualitativa e descritiva. Numa fase inicial, realizou-se um diagnóstico de levantamento de informação sobre o número de pessoas com deficiência no concelho de Silves e as respostas sociais existentes, através da aplicação de nove entrevistas semiestruturadas aos responsáveis pela intervenção social, nas cinco freguesias do concelho. Com esta recolha de dados chegamos à conclusão que a freguesia de São Bartolomeu de Messines foi a que demonstrou ter um levantamento mais detalhado, conhecendo o número aproximado de pessoas com deficiência (50) e dinamizando um plano de intervenção para minimizar as dificuldades apresentadas pelos mesmos, onde se destaca o projeto Sorrir M, coordenado pela Casa do Povo. Num segundo momento realizámos sete entrevistas semiestruturadas a utentes com deficiência intelectual, que frequentam o projeto Sorrir M, a quatro famílias e a três técnicos. Pretendíamos identificar e compreender os modos de vida das pessoas com Perturbação do Desenvolvimento Intelectual a viver na freguesia; especificar formas de apoio das instituições sociais locais e ajudar estas mesmas pessoas a lutar, de forma organizada, pelos seus direitos e pela sua inclusão na sociedade bem como às suas famílias. Os resultados revelam uma grande dificuldade de integração a nível social, escolar, e profissional das pessoas com PDI, principalmente a partir do momento em que terminam a escolaridade obrigatória. O facto de se tratar de um contexto rural, de pequenas dimensões, ainda acrescenta dificuldade no processo de inclusão e de mudança de mentalidade, pois existe um vazio enorme de respostas e de recursos, sendo a falta de financiamento uma das principais limitações para as instituições e famílias.

Palavras-Chave: Inclusão; Perturbação do Desenvolvimento Intelectual; Educação.

O BRINCAR DA CRIANÇA COM DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA LEITURA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE L. S. VIGOTSKI

Fabrício Santos Dias de Abreu; Marina Teixeira Mendes de Souza Costa

Essa pesquisa, ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da Perspectiva Histórico-Cultural de L. S. Vigotski, tematiza aspectos que envolvem infância, imaginação e deficiência. Para tanto, inicialmente, buscou-se nos textos originais do autor compreensões acerca da centralidade da dimensão criadora e da imaginação para a ascensão da atividade consciente no homem, da brincadeira como uma via prioritária de desenvolvimento infantil e da deficiência enquanto um signo da diferença que altera radicalmente a experiência daqueles que a possuem, os colocando em um local de desenvolvimento pouco propicio. A partir desse corpus teórico nosso intento foi compreender os recursos que compõem o brincar de faz de conta de crianças com diagnóstico de deficiência intelectual a partir de observações, que foram videogravadas e transcritas na integra. O estudo se desenvolveu em uma turma de classe especial de deficiência intelectual-deficiência múltipla de uma escola pública de uma região administrativa do Distrito Federal, Brasil, participaram da pesquisa três crianças, duas do gênero feminino e uma do masculino, entre 7 a 10 anos de idade, diagnosticadas com deficiência intelectual e outras comorbidades. Os dados, organizados em episódios foram analisadas através do método clínico e da matriz microgenética. A investigação aponta que quanto mais complexo o desenvolvimento cognitivo e de operacionalização com a linguagem, mais refinados são os processos simbólicos – que se organizam em enredos mais complexos e com a assunção de papéis mais elaborados – e que as crianças com maior comprometimento intelectual assumem posições de meras observadoras nos espaços propícios para a experiência imaginativa e criadora. Apontamos que a brincadeira é um espaço pertinente de intervenção pedagógica e que se orienta para além dos conteúdos curriculares e que por seu caráter social necessita de mediações qualificadas do outro (adulto ou criança) que se materializam no encontro, para que se ensine a criança a brincar. O fato das crianças pesquisadas construírem suas brincadeiras a partir de enredos imaginativos empobrecidos ou repetitivos demonstra a necessidade de alargamento da experiência social e de acesso a outras vivências que propiciem uma expansão dos repertórios para a composição do faz de conta e assunção de papeis sociais na brincadeira.

Palavras chave: Perspectiva Histórico-Cultural; Brincadeira; Imaginação; Deficiência Intelectual.

GD = GRANDE DESAFIO = GEOMETRIA DIVERTIDA = GEOMETRIA DESCRITIVA

Miguel Vilhena

Este projeto foi desenvolvido no ano letivo 2017/18 na Escola Artística António Arroio: o grande desafio de ensinar Geometria Descritiva, recriando-a como Geometria Divertida. Após 25 anos sem lecionar Geometria Descritiva, tive um horário totalmente integrado no Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), com aulas de apoio a várias turmas do 12º ano e também duas turmas de 11º com características de recuperação de Geometria Descritiva em atraso. Este trabalho apresenta duas partes: o método inovador que dinamizei para a aprendizagem da Geometria Descritiva e a ampliação feita por um dos alunos para um projeto que defendeu como prova de aptidão artística do 12º ano. De forma a combater o insucesso escolar dos alunos com GD em atraso, decidi fazer uma abordagem invertida ao programa, tornando-me participante ativo no processo de aprendizagem. Parti do princípio que eu mesmo "não sabia, não compreendia", procurando colocar-me na cabeça dos alunos com mais dificuldades. Realizei uma exaustiva pesquisa online sobre estratégias de aprendizagem ativa e criei desafios que levaram os alunos a desenvolver capacidades de resolução de problemas. Numa abordagem holística dos conteúdos com metodologias de aprendizagem a partir de desafios cuidadosamente preparados, criei pequenos modelos de cartolinas coloridas e espetos de madeira. Os alunos exploraram os modelos em grupo, utilizando o telemóvel para fotografar diferentes posições dos elementos antes do seu registo gráfico (em esboço e rigoroso). As fotografias que tirámos testemunham a simplicidade e eficácia do processo. Com o método heurístico o aluno é protagonista da sua própria formação e realiza as tarefas de procurar, preparar e assimilar os conhecimentos. A minha tarefa foi, sobretudo, a de orientar os processos, envolvendo os alunos na compreensão e aplicação da "Pirâmide de William Glasser". Em comparação com os métodos usuais, esta é uma abordagem muito inovadora no ensino da Geometria Descritiva. Um dos alunos com GD em atraso desenvolveu um projeto de um livro interativo com vista à sua Prova de Aptidão Artística em Projeto e Tecnologias de Design Gráfico do 12º ano, em articulação com o que aprendeu nas aulas de Geometria Descritiva. O Livro-jogo de Geometria Descritiva (com pop-ups e modelos tridimensionais) foi desenvolvido a partir da forma como aprendeu os conteúdos nas minhas aulas. Esse livro revelou-se ele próprio um valioso recurso para estimular a capacidade de visualização tanto do seu autor como de outros futuros utilizadores, foi ilustrado com dois personagens (o Gaspar/professor e o Aristo/aluno) e foi inclusivamente apresentado a uma editora escolar. Há uns anos realizei uma ação de formação que continua a dar frutos e este projeto foi um exemplo: "Como ensinar a Curiosidade, a Criatividade e a Coragem no séc. XXI?", de Miguel Aubouy, integrada no Congresso ASSP 2015. Como ensinar a curiosidade e estimular a aprendizagem por uma disciplina como a Geometria Descritiva que, para além da sua complexidade, já se criou uma antipatia? Foi isto que eu procurei levar os alunos a fazer e dessa experiência nasceu este projeto.

Palavras-Chave: Geometria Descritiva, aprendizagem, holístico, heurístico

O CIRCO CHEGOU NA ADACAMP: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DE ATIVIDADES CIRCENSES PARA O DESENVOLVIMENTO DE AUTISTAS

Felipe Braccialli; Jéssica Adriana Montanini Fernandes

O circo é uma manifestação democrática que pode ser realizada em diferentes espaços pelas mais diversas pessoas que realizam as mais distintas funções possíveis. Atualmente, o circo tem se mostrado presente em contextos educacionais e até mesmo terapêuticos, visto a ampla possibilidade do ensino de atividades circenses se inserir em diversas realidades. Como é conhecido, o circo é dividido, didaticamente, em cinco modalidades, são elas: acrobacias, acrobacias aéreas, manipulação de objetos, equilíbrios e encenação. Por essa diversidade de atividades existentes possibilita-se o desenvolvimento de distintas habilidades motoras, perceptivas, relacionais, entre outras. Nesse enfoque, o presente trabalho é um relato de experiência de membros do Grupo de Estudo e Pesquisa das Artes Circenses (CIRCUS – UNICAMP) sobre o processo de experimentação com vivências de atividades circenses como uma possibilidade de desenvolvimento motor de crianças e adolescentes com diagnóstico de transtorno do espectro autista. O projeto teve como objetivo executar durante dois meses vivências de atividades circenses para os alunos que frequentavam a Associação para o Desenvolvimento de Autistas em Campinas - ADACAMP (Brasil). Durante esse período, os participantes tiveram duas aulas de circo semanais, nas quais eram proporcionadas vivências de diversas modalidades do circo. A manipulação de objetos foi a mais utilizada devido a disponibilidade de recursos (pratos, aros, bolinhas, diabolô) na instituição. O projeto englobou atividades que auxiliaram no desenvolvimento dos alunos por meio de diversas possibilidades lúdicas e criativas. Como resultado do projeto, foi realizado uma apresentação de encerramento com os participantes, para familiares e amigos, reforçando deste modo, um momento de grande importância no circo, a relação com o público.

Palavras-Chave: Circo. Atividades Circenses. Autismo. Relato de experiência

TEATROSIVO (TEATRO INCLUSIVO)

Daniela Cristina Machado de Souza; Luísa M. F. Gonçalves

Esta comunicação visa partilhar uma prática inclusiva no Agrupamento de Escola Miguel Torga, na Amadora, no ano letivo 2018/2019, acerca de como a docente de Inglês, em conjunto com as professoras titulares e encarregados de educação, prepararam, desenvolveram e apresentaram um teatro em inglês com alunos do quarto ano de escolaridade. A Câmara Municipal da Amadora tem promovido a participação das escolas do município no projeto anual que visa estimular a arte cénica. Para o efeito, a docente de Inglês teve a iniciativa em colaborar com uma peça neste concurso. Por ser em inglês, a

escolhe recaiu sobre contos famosos, no qual qualquer pessoa pudesse compreendê-los, mesmo não tendo conhecimentos da língua inglesa. Por conseguinte, o conto escolhido foi "Snow White" (A Branca de Neve). No que tange o pensamento inclusivo, fez sentido que todos os discentes participassem. Assim, as escolhas das personagens foram de acordo com as habilidades de cada um, inclusive os alunos acomodados pelos Decretos-Lei n.º 54 e 55. Para concretizar o objetivo foi necessário promover dois momentos de dança. O início dos ensaios baseou-se na prática da leitura e repetição das frases nos horários previamente marcados, para de seguida memorizá-las. Posteriormente, começaram os ensaios com as personagens. As dançarinas tinham um vídeo no qual podiam iniciar os ensaios em casa com a ajuda dos encarregados de educação. Por fim, realizou-se a dança com os anões. Entretanto, foi necessário ter um cenário para a peça de teatro. Uma encarregada de educação ficou responsável por elaborar, coordenar e construí-lo. Os docentes, os alunos e os encarregados de educação durante a interrupção letiva da Páscoa estiveram na escola a elaborar todo o cenário, em conjunto. Por fim, no dia dois de maio, foi apresentada a peça. Em suma, esta comunicação tem o intuito de abordar a experiência da docente de língua inglesa da importância de incluir todos os alunos e motivá-los a ter uma nova experiência para que a aprendizagem seja significativa. Nessa perspetiva, foram propostas uma diversidade de estratégias de diferenciação pedagógica, bem como a colaboração da comunidade educativa no processo educacional desses discentes, valorizando, sobretudo, o papel dos professores sensibilizados para a inclusão, uma vez que o inglês é uma língua que tem muita importância para a vida futura pelo facto de permitir e garantir uma maior interação social.

Palavras-Chave: Teatro, inglês, inclusão, primeiro ciclo, encarregado de educação

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: INSPIRAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Luzia Mara Lima-Rodrigues

Esta experiência ocorreu no Mestrado em Educação Especial da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e na Pós-Graduação em Educação Especial da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, em Portugal. Que inspirações a organização e o funcionamento da Pré-Escola podem trazer para a Educação Inclusiva? As respostas dos alunos foram registadas e analisadas “a posteriori”, donde emergiram as seguintes categorias. 1) quanto à “organização dos espaços”, as salas de aula na pré-escola são dispostas de maneira a estimular a interação e a criatividade, as mesas são amovíveis dependendo do objetivo educacional pretendido, as produções dos alunos são expostas para que o desenvolvimento de cada um possa ser “avaliado” processualmente e mesmo a separação entre salas é, muitas vezes, opcional, tornando os grupos mais variáveis e permitindo que a aprendizagem aconteça entre crianças de diferentes etapas de desenvolvimento. 2) a “promoção da aprendizagem” está focada na história de vida (passado), no desempenho atual (presente) e no potencial de cada aluno

(futuro), valorizando a diversidade e o respeito à diferença, e tendo a motivação intrínseca do aluno como fator impulsionador do seu êxito. 3) o “papel do educador” está muito mais ligado à mediação que este faz entre os alunos e os colegas e adultos, e entre o aluno e o objeto de aprendizagem, do que na transmissão expositiva de conteúdos. 4) o “currículo é flexível” e emerge das necessidades e realidades do grupo-turma, centrando-se primeiro nos interesses dos alunos naquele momento, depois no aprofundamento dos saberes relativos àquele interesse, para depois aprofundar o conteúdo que já fazia parte do planeamento. A principal conclusão tirada pelos alunos dos cursos acima referidos, é a de que a Educação Pré-Escolar pode ser um exemplo e uma inspiração para práticas mais inclusivas que ocorrem em outros níveis de ensino – incluindo o ensino superior e a formação de professores.

Abstract: This experience took place in the *Master in Special Education* at the Lusophone University of Humanities and Technologies and in the Post-Graduation in Special Education at the Higher School of Education of the Polytechnic Institute of Setúbal, in Portugal. What inspirations can the organization and functioning of Preschool bring to Inclusive Education? The students' responses were recorded and analyzed “a posteriori”, from which the following categories emerged. 1) as for the “organization of spaces”, the pre-school classrooms are arranged in a way to stimulate interaction and creativity, the tables are removable depending on the intended educational objective, the students' productions are exposed so that the development of each one can be “evaluated” procedurally and even the separation between rooms is often optional, making groups more variable and allowing learning to happen between children of different stages of development. 2) “promoting learning” is focused on life history (past), current performance (present), and the potential of each student (future), valuing diversity and respect for difference, and having the student's intrinsic motivation as a driving factor for its success. 3) the “role of the educator” is much more linked to the mediation that he does between students and colleagues and adults, and between the student and the learning object, than in the expository transmission of content. 4) the “curriculum is flexible” and emerges from the needs and realities of the group-class, focusing first on the interests of the students at that moment, then on deepening the knowledge related to that interest, and then deepening the content that was already part of the planning. The main conclusion drawn by students of the courses mentioned above is that Pre-School Education can be an example and inspiration for more inclusive practices that occur at other levels of education - including higher education and teacher education.

Palavras-Chave: Educação Pré-Escolar; Educação Inclusiva; Formação de Professores

Keywords: Keywords: Preschool Education; Inclusive Education; Teacher Education.

PEDRAS NO CAMINHO E CAMINHO A PERCORRER PARA QUE A ESE/IP SANTARÉM POSSA VIR A SER UMA INSTITUIÇÃO PRÓ-INCLUSIVA

Beatriz Penelas; Ana da Silva

Enquanto professora e estudante da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, propomos nesta comunicação elencar os entraves à inclusão de pessoas com mobilidade reduzida na referida instituição. Apesar de esta se esforçar por ser uma escola e um instituto inclusivos e querer veicular essa imagem de inclusão e responsabilidade social, subsistem problemas e questões que, na prática, em nada contribuem para uma maior igualdade de oportunidades e direitos. Muitos/as professores/as do ensino superior não têm formação especializada, não estando preparados/as para trabalhar as suas aulas práticas em função das especificidades de estudantes com mobilidade reduzida. Os equipamentos e as infraestruturas apresentam problemas que dificultam a vida de quem já tem mais dificuldades. A pró-inclusão das pessoas com mobilidade reduzida também se deve traduzir numa imagem e num design gráfico institucionais inclusivos. A título de exemplo, desconhecemos a existência de folhetos e outros materiais de promoção e divulgação dos cursos incluindo imagens de pessoas usando cadeiras de rodas ou scooters de mobilidade. Sabemos que a realidade não muda de um dia para o outro, mas, apesar de vários projetos e comissões para a inclusão, permanecem ainda muitas barreiras. Por isso, pensamos que importa referenciar problemas, colocando-os em perspetiva, e identificar necessidades e algumas soluções, se queremos verdadeira mudança para que pessoas com mobilidade reduzida possam realizar todas as atividades de ensino-aprendizagem com a máxima autonomia possível, desenvolvendo todo o seu potencial. Procuraremos ainda investigar, junto dos serviços administrativos da ESE, do Gabinete de Responsabilidade Social e dos Serviços de Ação Social do IPSantarém, elementos que nos permitam esboçar a história do caminho pró-inclusão que a ESE/IPSantarém tem percorrido.

Palavras-Chave: mobilidade reduzida, autonomia, igualdade de oportunidades, ensino-aprendizagem, história

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR – FATORES PROMOTORES DE RESILIÊNCIA

Maria Helena Martins; Anabel Moriña

As questões relacionadas com a diversidade, equidade e igualdade de oportunidades no contexto mundial resultaram em avanços inquestionáveis no âmbito das políticas públicas, sobretudo no que respeita à

educação e, mais especificamente no acesso e permanência dos estudantes com deficiência no Ensino Superior (ES) (ONU, 2015; UNESCO, 2017). Decorrentes das políticas mundiais as universidades começaram progressivamente a abrir as suas portas a um público não-tradicional (Martins et al., 2014; Melo & Martins, 2016), constatando-se a presença de um crescente número de estudantes com deficiência no ES (Castro & Almeida, 2014). Assinale-se, contudo que o acesso destes estudantes ao ES, a sua permanência e sucesso ainda encontram muitas adversidades e obstáculos (Gonçalves, Borges, & Martins, 2014; Porfírio, Gronita, Carrilho, & Silva, 2016). Para além das questões relacionadas com as acessibilidades, variáveis como a resiliência, autoestima, suporte social, bem-estar subjetivo e bem-estar psicológico são apontadas como fatores de proteção no que respeita ao sucesso no percurso académico destes estudantes no ES (Meira & Pereira, 2017). A investigação que se apresenta pretende analisar as histórias de vida, as dificuldades, obstáculos e fatores que podem contribuir para a inclusão com sucesso de estudantes no Ensino Superior. Estrutura-se numa abordagem mista, qualitativa através da metodologia estudo de caso com quatro estudantes do Ensino Superior com deficiência, e uma abordagem quantitativa, com aplicação de escalas que pretendem avaliar a resiliência, a autoestima, o suporte social, e bem-estar subjetivo e psicológico. A amostra é constituída por 4 estudantes (N = 4), dois do género feminino e dois do género masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 20 anos, a frequentarem uma instituição de Ensino Superior. Como instrumentos foram utilizados uma entrevista semidiretiva, o Inventário Measuring State and Child Resilience (Hiew, 1998; adaptado por Martins, 2005), a Rosenberg Self-Esteem Scale (Escala de Autoestima, Rosenberg, 1965; Corcoran & Fischer, 2000; adaptada por Ferreira, 2001), a Satisfaction with Life Scale (SWLS, Escala de Satisfação com a Vida, Diener, a Escala de Afetividade Positiva e Afetividadde Negativa (PANAS, Watson, Clark & Tellegen, 1988; adaptada por Galinha & Ribeiro, 2005) e a Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESS, Ribeiro, 1999). Os instrumentos foram administrados pelas investigadoras e os dados recolhidos analisados através da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1999) e as escalas cotadas. Perante a história de vida e a trajetória dos estudantes inquiridos conclui-se que a resiliência, o suporte familiar, o bem-estar subjetivo e bem-estar psicológico são variáveis fundamentais para a adaptação e inclusão no Ensino Superior. As condições de acessibilidade continuam a constituir-se como barreiras que dificultam a sua mobilidade e a vivência académica. À luz das pesquisas internacionais (Alba, Sánchez, & Zubillaga, 2013; Black, Weinberg, & Brodwin, 2014; Rose, Meyer, & Gordon, 2014) parece ser fundamental que as instituições educativas integrem uma política assente no princípio da Educação para Todos de acordo com o paradigma do Desenho Universal para a Aprendizagem (Universal Design for Learning) que responda eficazmente às necessidades de todos os estudantes.

Palavras-Chave: Inclusão; Estudantes com deficiência; Ensino Superior; Fatores de resiliência; Desenho Universal para a Aprendizagem

FORMACIÓN PERMANENTE DEL PROFESORADO UNIVERSITARIO EN DISCAPACIDAD: ANÁLISIS DESDE LA VOZ DE DOCENTES QUE DESARROLLAN UNA PEDAGOGÍA INCLUSIVA

Anabel Moriña; Maria Helena Martins

El profesorado juega un papel crucial en el éxito de los estudiantes, especialmente en aquellos más vulnerables, como es el caso del alumnado con discapacidad. Diversos estudios internacionales concluyen la necesidad de que el profesorado universitário esté formado e informado en educación inclusiva y discapacidad. En este trabajo se explora la formación que es necesaria para dar respuesta a las necesidades de los estudiantes con discapacidad y cómo las universidades pueden mejorar la formación permanente. Entrevistamos a 119 profesores de todas las áreas de conocimiento que fueron seleccionados por estudiantes con discapacidad por desarrollar una pedagogía inclusiva. El análisis de datos fue progresivo a través de un sistema de categorías y códigos. En los resultados se trató de dar respuesta a dos cuestiones: ¿Qué formación es imprescindible para dar respuesta a las necesidades de los estudiantes com discapacidad?; y ¿cómo pueden mejorar las universidades la formación permanente del profesorado? En cuanto a la primera pregunta, todos los docentes coincidían en que el profesorado debía de tener una formación específica en discapacidad, respecto a la normativa o los recursos con los que podían contar, así como sobre los posibles ajustes razonables a realizar. Por otro lado, el profesorado debía formarse en contenidos psicológicos y pedagógicos. Para ellos era importante también una formación que les sensibilizara hacia la discapacidad y las necesidades que tenían los estudiantes. Además, para una parte de los profesores era importante una formación tecnológica, ya que pensaba que esta apoyaba el aprendizaje del alumnado. En cuanto a la segunda cuestión, los participantes hicieron una serie de recomendaciones a las universidades para mejorar la formación del profesorado en relación a la atención del alumnado con discapacidad. La mitad de los docentes encontró relevante realizar cursos de formación específica en diversidad y discapacidad. Consideraban importante que la atención a la diversidad fuera incluída como un pilar fundamental en los programas formativos de las universidades. Outra recomendación que se hizo fue que la formación debería ser obligatoria. Por outro lado, para este profesorado las acciones formativas deberían tener una orientación principalmente práctica. En los procesos formativos se deberían compartir las experiencias previas de los docentes con alumnado con discapacidad. Los participantes pensaban que los cursos de formación deberían marcarse como objetivo la sensibilización del profesorado hacia la discapacidad. Pero no solo recomendaban formación, también consideraban imprescindible estar informados. Una última recomendación estaba relacionada con la experiencia que les daba el tener alumnado con discapacidad en el aula. El profesorado hizo referencia a que la mejor forma de aprender era con la propia experiencia y por eso recomendaron que cada professor tuviera cada curso alumnado con discapacidad. El trabajo concluye con la idea de que incorporar la

formación en las prácticas docentes es fundamental para construir una cultura universitaria inclusiva y contribuir a crear conciencia sobre las necesidades de los estudiantes com discapacidad.

Palavras-Chave: Universidad; Discapacidad; Pedagogia Inclusiva; Formación permanente; Profesorado

É DESEJÁVEL? SIM! É POSSÍVEL? SIM! INCLUSÃO DE JOVENS COM DIFICULDADES INTELECTUAIS E DESENVOLVIMENTAIS NO ENSINO SUPERIOR

Marisa Maia Machado; Paula Santos; Marilyn Espe-Sherwindt

Enquadramento teórico: Após a conclusão da escolaridade obrigatória, assim como os seus colegas, há jovens com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais (DID), com limitações significativas ao nível do funcionamento intelectual e do Comportamento Adaptativo, que também desejam continuar a sua formação académica. Apesar do aumento das iniciativas curriculares de inclusão no Ensino Superior (ES) para pessoas com DID e das evidências dos seus resultados positivos, ao nível internacional, no entanto, em Portugal, ainda é um processo relativamente recente. Um Ensino Superior inclusivo perceciona todos os estudantes como capazes de aprender e contempla todos os tipos de diversidade, encontrando respostas específicas às especificidades de cada um. Os seus benefícios sociais e económicos, além de se espelharem na vida dos estudantes com DID, alargam-se à comunidade académica, bem como à sociedade. Pois o ES é reconhecido na nossa sociedade como um dos melhores caminhos para um emprego gratificante, estando associado a benefícios a longo prazo, como um melhor estado de saúde, felicidade e longevidade, participação cívica e democrática. Objetivos: A presente proposta alinha-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas - Educação de Qualidade e Reduzir as Desigualdades -, realçando a importância central da educação e formação, no sentido de procurar inverter atrasos e evitar exclusões, com impactos diretos no bem-estar e promovendo a aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas. Assim, a finalidade do presente estudo é compreender o processo de inclusão de jovens adultos com DID em contexto universitário, a partir das perceções de um grupo de estudantes, objetivando descrever os efeitos da participação de jovens com DID numa unidade curricular (UC) da oferta educativa regular universitária durante um semestre letivo. Metodologia de investigação: O presente estudo de natureza qualitativa insere-se numa investigação mais ampla, em curso, no âmbito da Tese do Programa Doutoral em Educação, ramo Diversidade e Educação Especial, da Universidade de Aveiro, intitulada "Desenvolvimento pessoal e socioprofissional de Jovens Adultos com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais em contexto universitário". Para a recolha de dados recorreu-se à entrevista semiestruturada.

Resultados preliminares - Os resultados preliminares obtidos a partir dos dados gerados sugerem que, com os suportes apropriados, é possível e desejável a inclusão de jovens com DID no ES.

Palavras-Chave: Inclusão, Ensino Superior, Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais

FORMAÇÃO DE PROFESSORES, INCLUSÃO E EQUIDADE EDUCATIVA

Maria Leonor Borges Terrem; Beatriz Morgado Camacho

O Decreto-Lei nº 54/2018 veio consolidar a política educativa comprometida com a construção de uma escola onde inclusão e equidade sejam uma realidade para TODOS os alunos. O trabalho dos professores desempenha um papel fundamental no sucesso da Educação Inclusiva, aspeto que é sublinhado na nova legislação quando lhes atribuí a responsabilidade pela inclusão e acompanhamento pedagógico de todos os alunos inclusive dos mais vulneráveis como os alunos com deficiência (Florian & Linklater, 2010; Florian, 2010). O trabalho em sala de aula com alunos com deficiência, nomeadamente com perturbações do desenvolvimento intelectual ou de perturbações do espectro do Autismo, coloca desafios complexos aos professores e ao exercício da sua profissionalidade. Estes desafios devem ser analisados e refletidos ao longo do processo de formação inicial de educadores e professores (Barton, 2003) e, com particular atenção, na Prática de Ensino Supervisionada (Lopes, 2013; Bentley-Williamsa & Morga, 2013)

O estudo que se apresenta tem por objetivos: i) saber se os futuros professores se sentem preparados para trabalhar com alunos com deficiência; ii) Compreender como os futuros professores percecionam o seu papel na concretização da inclusão e equidade daqueles alunos; iii) Identificar linhas de orientação para a formação inicial de professores para a inclusão educativa de alunos com deficiência. O estudo que assume uma abordagem qualitativa, recorrendo à narrativa (Bonifácio, 2017; Galvão, 2005) e ao *focus group*, tem como participantes futuros professores que frequentam os cursos de mestrado em Ensino do 1.º Ciclo e 2.º Ciclo de Matemática e Ciências da Natureza. O estudo encontra-se a decorrer pelo que a presente comunicação pretende, partindo dos resultados já obtidos, aduzir algumas reflexões sobre a formação dos futuros professores para trabalhar com alunos com deficiência e as necessidades formativas expressas.

Palavras-Chave: Formação de Professores; Inclusão educativa; Equidade

PEDAGOGÍA INCLUSIVA Y ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD: UNA EXPERIENCIA DE FORMACIÓN PARA EL PROFESORADO

Rafael Carballo

La formación del profesorado universitario en España ha sido un tema controvertido al que se le ha prestado mayor atención en la literatura científica durante las últimas décadas. Su carácter voluntario o la poca relevancia que recibe la formación pedagógica en el desarrollo profesional de los docentes son aspectos que han hecho surgir multitud de iniciativas para mejorar los procesos de formación. En el ámbito de la atención a la diversidad, no es muy frecuente encontrar programas formativos destinados a la capacitación del profesorado para atender al alumnado con discapacidad. El proyecto que se presenta en esta comunicación, "Caminando hacia la inclusión social y educativa en la universidad" (Ref. EDU2013-46303-R, I.P.: Anabel Moriña) pretendía dar respuesta a esta necesidad a través del diseño, desarrollo y evaluación de un programa de formación en educación inclusiva y discapacidad para profesorado universitario bajo la modalidad de formación Blended-Learning. Para la evaluación del programa, la cual se realizó en tres momentos (evaluación inicial, evaluación procesual y evaluación final), se hizo uso de una metodología cualitativa, concretamente a través del método de estudio de caso único. Se emplearon diferentes técnicas e instrumentos de recogida de datos: cuestionarios escritos individuales, entrevistas semi-estructuradas grupales e individuales y observación. Los resultados de la evaluación final del programa evidenciaron el impacto que la formación tuvo en los participantes y los aprendizajes que adquirieron a lo largo del proceso. En primer lugar, la formación influyó en la sensibilidad de los profesores hacia la discapacidad, logrando en ellos una mayor preocupación por las barreras que los estudiantes encuentran en la universidad y un compromiso por mejorar sus experiencias académicas. Por otra parte, el programa ofreció al profesorado toda la información sobre las medidas de atención al alumnado con discapacidad con las que cuenta la universidad, y que todos desconocían previamente a participar en la formación: normativa de atención al alumnado con discapacidad y funcionamiento de la oficina de apoyo a estos estudiantes. Por último, los participantes valoraron los conocimientos y las estrategias aprendidas durante el programa para responder a las necesidades educativas de los estudiantes con discapacidad, como la adaptación de materiales didácticos, los ajustes en los métodos de enseñanza y las interacciones sociales. Además, en la formación se trabajó el enfoque del Diseño Universal de Aprendizaje, a través del cual rediseñaron sus proyectos docentes haciéndolos más flexibles para ofrecer múltiples opciones de trabajo para los estudiantes. Los participantes consideraron este aprendizaje como el más relevante, al adoptar una perspectiva de trabajo proactiva desde el diseño de sus asignaturas teniendo en cuenta la diversidad de los estudiantes. La evaluación de la formación nos permite concluir que este tipo de experiencias tiene múltiples beneficios para el profesorado universitario, ya que, en muchas ocasiones, sin formación específica no cuentan con los conocimientos necesarios para ofrecer una respuesta educativa adecuada para el alumnado con discapacidad.

Palavras-Chave: Formación del profesorado; pedagogía inclusiva; estudiantes con discapacidad; enseñanza superior; evaluación de programas

RELATO DE UMA ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR INCLUSIVA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Bento Cavadas; Neusa Branco; Maurício Dias; Nádia Lopes

O curso de Literacia Digital para o Mercado de Trabalho (LDMT) da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém (ESE|IPSantarém) visa proporcionar uma formação abrangente a estudantes com necessidades educativas especiais para que desenvolvam um conjunto de competências essenciais ao ingresso no mercado de trabalho. Numa perspetiva de integração curricular, os docentes das unidades curriculares de Qualidade de Vida (QV), Atelier de Contabilidade (AE) e Desenvolvimento de Competências Técnicas Empresariais (DCTE) mobilizaram-se para planificar e concretizar uma atividade de Educação Ambiental. Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato da prática pedagógica proporcionada aos estudantes e os resultados de uma atividade que visou desenvolver competências associadas ao desenvolvimento sustentável. Participaram os onze estudantes de LMDT do ano letivo 2018-19 e quatro professores do curso. A atividade interdisciplinar visava que os estudantes fossem capazes de: i) Distinguir os resíduos que devem e não devem ser depositados nos ecopontos azul, verde e amarelo e no contentor do lixo indiferenciado; ii) Organizar os resíduos recolhidos no campus do IPSantarém e tratar os dados; iii) Identificar ações que podem ser aplicadas para reduzir esses resíduos. Os dados foram recolhidos através de uma observação participante, registos fotográficos e produções dos estudantes. A atividade interdisciplinar decorreu em quatro aulas. Numa primeira aula, com o professor de QV, os estudantes através da exploração e discussão de diversos recursos educativos digitais distinguiram o significado e as ações associadas aos 3R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e iniciaram a discussão sobre os tipos de resíduos que devem ser depositados nos ecopontos azul, verde, amarelo e contentor indiferenciado. Na segunda aula, com os professores de QV e AC, recolheram resíduos no campus do IPSantarém e, em laboratório, organizaram-nos e contabilizaram-nos por tipologia. Na terceira aula, com os professores de DCTE, os dados foram organizados num gráfico usando um recurso digital. Por fim, numa quarta aula e com o professor de QV, analisaram os resultados e identificaram que os resíduos mais abundantes pertencem ao ecoponto amarelo (palhinhas, copos de plástico, garrafas de sumo), seguidos dos que pertencem ao ecoponto azul (copo de papel, papel diverso e caixas de cigarros), e, por último, os do ecoponto verde (garrafas). Dessa análise emergiu uma discussão em que identificaram ações para reduzir esses resíduos: “Usar copos de vidro é uma forma de reduzir palhinhas”; “Os copos de plástico podem ser substituídos por copos de vidro porque permitem mais reutilizações”; “Para diminuir o número de garrafas de plástico, podemos usar garrafas reutilizáveis. Dessa forma, também diminuímos o número de tampas de plástico”; “Para diminuir os copos de papel de café podemos usar copos de vidro ou chávenas de porcelana”. Os resultados evidenciam que a atividade, de carácter interdisciplinar sobre Educação Ambiental, contribuiu para o desenvolvimento de competências das diversas unidades curriculares. Os estudantes revelaram um grande envolvimento em todos os momentos, mobilizando conhecimentos anteriores e desenvolvendo, progressivamente, o conhecimento sobre os 3R, com ênfase na reciclagem, e competências sociais e digitais, que poderão ser aplicadas nos contextos de trabalho.

Palavras-Chave: educação ambiental; interdisciplinaridade, literacia digital para o mercado de trabalho

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO, DIÁLOGO PARA A INCLUSÃO: REFLEXÃO SOBRE ESPAÇOS E PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Teresa Sá; Joel Santos

No século XXI, a Escola é configurada pela complexidade, incerteza e diversidade (César, 2013). O ensino regular tem vindo a acolher crianças com características, necessidades e interesses diversificados (César, 2012; Rodrigues, 2003; Santos, 2016). Algumas crianças vivem experiências socioculturais, familiares e escolares fraturantes que influenciam o seu desenvolvimento, a socialização e os desempenhos escolares (Strecht, 2008). Se a Escola deve materializar os princípios de Educação Inclusiva (EI) (César & Ainscow, 2006; UNESCO, 1994), proporcionar o acesso a uma educação de qualidade para todos é uma tarefa sempre inacabada, que passa por identificar e desmantelar processos mais ou menos subtis de exclusão (César et al., 2014; Slee, 2010; Rodrigues, 2003). Alguns professores, psicólogos e outros agentes educativos sentem a necessidade de serem eles próprios apoiados, para construírem cenários educativos mais inclusivos (Santos, 2016; Santos & César, 2010). Sendo esta uma tarefa complexa (César et al., 2014; Rodrigues, 2003), necessita de um pensamento ancorado na profundidade e complexidade do humano (Morin, 2001). Até porque as instituições não se tornam mais inclusivas sem cuidar das pessoas que nelas trabalham. Alguns alunos, quando não têm acesso aos apoios de que necessitam para o seu amadurecimento emocional, cognitivo e social, podem tornar-se um problema para si e para outros, levando alguns educadores a considerar a sua profissão como impossível (Bibby, 2011). Entendendo a dimensão inconsciente como uma riqueza e não como algo a evitar, a psicanálise expande as fronteiras do pensamento racionalizante, levando-o até às profundezas do humano (Frosh, 1998; Blanchard-Laville, 2007). A psicanálise aplicada à educação poderá oferecer aos professores e outros agentes educativos que desenvolvem práticas profissionais na Escola, possibilidades de pensamento e inteligibilidade do sofrimento humano (Bibby, 2011; Blanchard-Laville, 2001). Apoiar estes profissionais que se encontram com elevados níveis de sofrimento que impedem o desenvolvimento de cenários educativos de qualidade é não só desejável, mas também possível, através de Grupos de Apoio ao Apoio (Lévine & Moll, 2009; Lacour, 2012). As relações entre a psicanálise e a educação têm vindo a ser estudadas por diversos autores (Berge & Santos, 1976; Cifali & Moll, 1985; Ferenczi, 1908/1968; Freud, 1913; Mauco, 1967). Em Portugal, João dos Santos foi pioneiro na aplicação da psicanálise à educação (Santos, 1976, 1988). Recentemente, têm vindo a ser desenvolvidos outros trabalhos que recorrem à psicanálise como ferramenta para o entendimento da relação educativa, no que vai para além do diretamente observável (Castilho, & Salgueiro, 2005; Sá, 2007; Strecht, 2008). Os diálogos entre a psicanálise e educação constituem um continente no qual professores, psicólogos e educadores podem, assentes na na compreensão dos

fenómenos de amadurecimento emocional, investigar pontes para o modificável (Lévine, 1979; Lévine & Moll, 2009). Os autores apresentam uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido num Grupo de Diálogo entre Psicanálise e Educação, como um recurso de apoio à inclusão. Sublinham a necessidade de grupos de co-reflexão como forma de se apoiar os professores e outros agentes educativos, para que eles próprios possam apoiar alunos que necessitam de apoios especializados.

Palavras-Chave: Psicanálise; Educação; Grupos Balint-Educação; Inclusão; Recursos de apoio à Inclusão

POSSIBILIDADES DE TRABALHO NA ESCOLA NA PERSPETIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTO DE FLEXIBILIDADE CURRICULAR: QUE RELAÇÃO ENTRE OS DECRETOS E AS PRÁTICAS

Elania de Oliveira; Preciosa Fernandes

Esta comunicação tem como objetivo compreender como os professores de um Agrupamento de escolas do Grande Porto têm interpretado em contexto da prática escolar as mais recentes demandas políticas que preconizam uma educação/escola inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho) e maior autonomia e flexibilidade curricular (Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho). Mais especificamente, busca-se conhecer, a partir do relato dos professores, quais alterações estão sendo realizadas por eles ou são nomeadas por eles como sendo necessárias para concretizar a educação inclusiva nas salas de aula em que atuam, na perspectiva da autonomia e da flexibilidade curricular. Metodologicamente, para além da análise dos documentos legais, utilizou-se o Focus Group com professores, coordenadores de departamento, do respetivo Agrupamento de escolas. Para efeito de análise, considerou-se ainda o que tem sido discutido sobre o contexto de implantação das políticas de educação inclusiva (entre outros, Fernandes, 2013; Rodrigues & Nogueira, 2011), bem como sobre desafios colocados aos professores e às escolas, face à diversidade dos alunos (Correia & Fernandes, 2016; Leite & Fernandes, 2002). Não é o foco deste estudo qualificar as propostas de trabalho relatadas pelos professores como boas ou más, mas compreender o grau de aproximação entre o que os professores realizam ou entendem que se deve realizar e o que se espera deles, conforme previsto nos decretos, nomeadamente quanto ao reconhecimento da mais-valia da diversidade dos seus alunos e, a partir disso, serem capazes de construir respostas adequadas às demandas concernentes às características e condições individuais de cada aluno. Assim, como resultado deste estudo, espera-se contribuir com o debate sobre a educação inclusiva, voltando-se o olhar para as potencialidades das ações que estão ocorrendo ou sendo propostas nas escolas rumo à sua (re)organização para implementação da educação inclusiva, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, sem nunca perder de vista os desafios com que se deparam os professores e as escolas neste contexto.

Palavras-Chave: educação inclusiva; prática; autonomia ; flexibilidade curricular

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA CURRICULAR E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLARIZAÇÃO COMO DIREITO À CIDADANIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Maria Tavares Duarte; Preciosa Fernandes

Esta comunicação apresenta uma reflexão sobre o desafio de ser adotado, no âmbito das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil, um currículo escolar que atenda às necessidades individuais e sociais do estudante com deficiência e que possa efetivamente contribuir para o exercício da cidadania e a sua visibilidade social. Historicamente, o currículo tem sido um dos elementos responsáveis pelo caráter elitista, excludente e classificatório da escola, considerando seus princípios, operacionalização, teoria, prática, planejamento e ação. A escolarização dos alunos com deficiência ocorria nas classes especiais e a pratica pedagógica se pautava por concepções médico terapêuticas. Com o processo de inclusão em curso desde a década de 90 as escolas foram desafiadas a dar respostas educativas, para a aprendizagem com sucesso, para as pessoas com deficiência. Uma das propostas é modificar o currículo para atender as demandas de aprendizagens desses alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 no art. 58 faz menção à organização de "currículos métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos" para alunos com necessidades especiais. O estudo está metodologicamente estruturado através de uma pesquisa bibliográfica, ancorada em autores (Gonzaléz, 2002; Giné & Ruiz,1995; Leite, 2012) e da base legal referente ao tema. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade respeitando e valorizando as diferenças Recentemente a Lei Brasileira da Inclusão, n. 13.146 de 6 de julho de 2015, incumbe o poder público para institucionalizar o atendimento educacional especializado e disponibilizar serviços de adaptações razoáveis para garantir o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. No Brasil a discussão curricular direcionada para os alunos com deficiência foi contemplada nas reformas curriculares em 1995, quando foi publicado o documento Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica com a titulação: Adaptações Curriculares dos Parâmetros Curriculares Nacionais: estratégias para a educação de alunos com necessidades educativas especiais, obra publicada em 1998. Flexibilizar o currículo supõe adequar o currículo e se fundamenta na ideia de partir de um currículo geral e planejar as adaptações respeitando-se as necessidades educativas considerando a diversidade dos alunos com ritmos e formas de aprendizagens diversificadas.

Palavras-Chave: Educação inclusiva; currículo; pessoa com deficiência

CARACTERIZAÇÃO DE UM SISTEMA DE TRIAGEM UNIVERSAL DE ALUNOS EM RISCO: UM ESTUDO LONGITUDINAL EM SALAS INCLUSIVAS

Paula Marisa Fortunato Vaz*; Ana Paula Loução Martins**

Em Portugal o campo das Dificuldades de Aprendizagem Específicas é caraterizado pela falta de um sistema tecnicamente adequado de triagem e de monitorização do progresso. Esta necessidade tem sida enfatizada pelos resultados de investigaçao nacional desenvolvida no contexto de um modelo de prevenção multinível, o modelo de resposta à intervenção. Adicionalmente, os investigadores portugueses que ensinam, investigam, fazem clínica e escrevem sobre dificuldades de aprendizagem específicas também documentam esta necessidade. Assim, nesta comunicação pretendemos caracterizar o Projeto designado de "Monitorização com base no currículo na leitura: um estudo longitudinal sobre alunos em risco" que decorre entre maio de 2017 e dezembro de 2021. Este projeto, numa perspetiva longitudinal, tem como finalidade testar um sistema escolar para monitorizar longitudinalmente a aprendizagem da leitura de uma população de crianças desde o último ano da educação pré-escolar até ao final do 4º ano de escolaridade, no concelho de Bragança-Portugal. O estudo tem como objetivos i) conhecer o nível de realização das crianças no final da educação pré-escolar relativamente à identificação do som e do nome das letras; ii) conhecer o nível de realização das mesmas crianças no outono, no inverno e na primavera dos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos de escolaridade, relativamente à fluência e à compreensão da leitura; iii) identificar alunos em risco na leitura; iv) identificar fatores de risco na leitura. No contexto de uma metodologia quantitativa, estuda-se uma amostra de 195 crianças distribuídas por 13 turmas. Como instrumentos de recolha de dados são usadas provas de monitorização com base no currículo (MBC)-nome das letras e som das letras, provas de MBC-Leitura Oral (que avaliam a fluência da leitura) e provas de MBC-Maze (que avaliam a compreensão da leitura). No final da educação pré-escolar foi avaliado o conhecimento do nome e do som das letras com recurso à MBC-nome das letras e som das letras. No final do 1º ano foi avaliada a fluência da leitura, com recurso à MBC-Leitura Oral. Do 2º ao 4º ano de escolaridade, são avaliadas a fluência e a compreensão da leitura, com recurso à MBC-Leitura Oral e à MBC-Maze, no outono, inverno e primavera. Os resultados são analisados com estatística descritiva e estatística inferencial. A comunicação pretende, ainda, indicar o impacto social do estudo, nomeadamente de que forma este contribui para que se conheçam trajetórias de aprendizagem da leitura na população e nos estudantes em risco de dificuldades de aprendizagem específicas, e, paralelamente permite identificar e caracterizar precocemente os alunos em risco. Por fim, esta comunicação estabelece a relação entre a investigação e o modelo de abordagem multinível no acesso ao currículo, consagrado no Decreto-Lei n.º 54/2018.

Palavras-Chave: Risco na leitura, triagem universal, monitorização do progresso

*Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, paulavaz@ipb.pt

**Centro de Investigação em Educação, IE-UMinho, Portugal, apmartins@ie.uminho.pt

A FORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE INCLUSÃO

Alba Maria Aguiar Marinho Melo; Hildegardo Pedro Araújo de Melo; Ana Maria Tavares Duarte

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a formação docente em tempos de consolidação das políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil. A relevância deste trabalho decorre da investigação sobre o processo de formação dos profissionais docente, com foco nas discussões a respeito da integração das atividades curriculares de ensino, pesquisa e extensão requeridas para a garantia da qualidade da formação dos profissionais, como gerador para uma efetiva inclusão, conforme Minetto (2008). Logo, a pesquisa se propõe a investigar se a formação docente no Brasil tem possibilitado a inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar. Através de um estudo de caso, a pesquisa investigou os cursos de formação de professores ofertados pela Universidade Federal de Pernambuco – Campus Agreste, a qual tomou por base indicadores relevantes para a formação adequada do docente em direção a um ambiente escolar inclusivo, afirmados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). A pesquisa se caracteriza como exploratória com o uso de dados secundários obtidos através dos sistemas Sig@/UFPE e SIGProj, de periódicos do portal eletrônico da UFPE, além de fonte de análise dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) sobre a estrutura curricular, aspectos metodológicos e avaliativos voltados à implementação da política de inclusão, em adaptação aos Referenciais de Acessibilidade da Educação Superior (2013). O resultado do estudo revelou incipiência para o parâmetro analisado na perspectiva de Ensino, exigindo maior acomodação dos projetos pedagógicos dos cursos e propostas curriculares nesta temática, como ações para potencializar o ensino e a aprendizagem na formação docente. Há certo antagonismo entre a formação recebida e a formação necessária, pois mesmo em se tratando de uma formação inicial, é fundamental a imersão da questão inclusiva nos currículos do ambiente formativo. Assim, os cursos de Matemática e Intercultural Indígena podem ser considerados os mais acessíveis sob a ótica dos projetos pedagógicos dos cursos. Com relação à concepção em Pesquisa, a oferta pelo assunto em educação inclusiva se mostra condizente com até 400 itens relativos a estudos publicados no Portal de Periódicos da Instituição de Ensino, a disposição dos estudantes. No terceiro parâmetro em Extensão, dos 4.815 projetos cadastrados na Instituição avaliada, 29 estão destinados a política pública de inclusão da pessoa com deficiência, contudo este parâmetro se mostra modesto na unidade do estudo de caso, pois a quantidade de projetos existentes no Centro Acadêmico do Agreste chega a 7% do total dos projetos de extensão que tratam da temática sobre inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência. No geral, os resultados demonstram um avanço ainda tímido a respeito da formação de docentes para uma efetiva educação inclusiva, revelando a necessidade de se consolidar a implementação da política de inclusão em todos os níveis e modalidades de ensino, para que o acesso e a permanência da pessoa com deficiência na educação sejam efetivos. Por isso, a importância da formação e espaços formativos adequados que tratem a educação inclusiva são pontos-chave para a propagação da cultura de inclusão sem barreiras, conforme proposto por Carvalho (2012) e Greguol, Gobbi e Carraro (2013).

Palavras-Chave: Formação Docente; Inclusão da Pessoa com Deficiência; Ensino, Pesquisa e Extensão

PERCURSOS CURRICULARES INCLUSIVOS: UM OLHAR SOBRE UM PROJETO DE MUSICOTERAPIA

Amélia Maria Mestre; Ana Rita Maia; Maria Pedro Ponte

A prática que se apresenta reporta a uma escola de ensino básico, de segundo e terceiro ciclos e à construção um percurso curricular diferenciado e flexível que se iniciou em 2011. Pela heterogeneidade de alunos e em resposta às suas expectativas e interesses, desenvolveu-se um processo que se foi enriquecendo ano após anos, com rentabilização dos recursos da escola, comunidade e outros financiados por parcerias com entidades exteriores. Este processo permitiu desenvolver uma diversidade de atividades, assente nas expectativas e interesses dos alunos e das famílias, que se veio a configurar numa espécie de matriz de oferta curricular de áreas adicionais vocacionadas para a autonomia e vida pós-escolar. A construção progressiva e flexível desta oferta foi naturalmente inserida nas diferentes áreas educativas, de modo a dotar a escola de equidade na oferta de oportunidades para todos os alunos, incluindo os que em alguma circunstância, podem deparar-se com barreiras ou obstáculos na sua aprendizagem (Pereira,2018) necessitando da medida adicional "adaptações curriculares significativas". Como objetivo global previa-se desenvolver competências de autonomia pessoal e social, tendo sempre como referência o acesso ao currículo comum, a autodeterminação individual, familiar no respeito pelo individuo e pela interferência mínima (Dec. Lei 54/2018 de 6 de julho). Os projetos foram desenhados de forma integrada e colaborativa, inserindo-se nas áreas de competências previstas no Perfil do Aluno à saída da Escolaridade Obrigatória. Cada projeto apresenta um conjunto de objetivos relacionados com a sua especificidade. Atualmente contamos com o desenvolvimento de projetos que se inserem nas áreas da Língua e Comunicação, Expressões, Ambiente e Cidadania e Oficinas Multifuncionais. Esta organização não implicou a criação de disciplinas, mas antes a introdução de aprendizagens substitutivas que têm como quadro de referência o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e as Aprendizagens Essenciais. Neste âmbito destacamos o Projeto de Musicoterapia que consideramos inovador no contexto da escola pública atual e tem vindo a funcionar com ganhos muito significativos no desenvolvimento pessoal, afetivo e social dos alunos. A musicoterapia permite desenvolver potencialidades no indivíduo, a fim de melhorar a sua qualidade de vida. Trata-se de um processo planificado que tem como objetivo facilitar e promover a comunicação, a relação, a aprendizagem, a mobilidade, a expressão, a organização, indo ao encontro das necessidades físicas, emocionais, mentais, sociais ou cognitivas do aluno. Pretende-se que o aluno seja integrado num processo de criação, tendo como ponto de partida a valorização dos seus recursos e potencial como elementos primordiais para a construção de produtos musicais. Utilizam-se técnicas de adaptação/compensação para facilitar e maximizar o desenvolvimento. O impacto do projeto incidiu diretamente ao nível da relação, comunicação e comportamento do aluno, desenvolvimento global e bem-estar do mesmo. Contribuiu também para o processo de inclusão do aluno no grupo de pertença, na turma de ensino regular e mesmo na comunidade escolar. Foram utilizados como instrumentos de avaliação, o plano de desenvolvimento de competências, observação direta do

aluno na atividade, registo escrito e sonoro-visual, análise de documentos e entrevistas com os profissionais que interagem com os alunos.

Palavras-Chave: Inclusão; Currículo; Musicoterapia; Autonomia; Flexibilidade

ATITUDES E AUTOEFICÁCIA DE PROFESSORES/AS RELATIVAMENTE À INCLUSÃO EDUCATIVA: CONTRIBUTOS DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Beatriz Barat; Carla Peixoto; Francisco Machado

A literatura tem sugerido que as atitudes face à inclusão e a perceção dos/as professores/as sobre a sua competência na implementação de práticas inclusivas são fatores que podem desempenhar um papel significativo na qualidade das suas práticas pedagógicas (e.g., Ainscow, 1998; Boer, Pijl, & Minnaert, 2011; Hosford & O'Sullivan, 2016; Silva, Ribeiro, & Carvalho, 2013). Neste sentido, num momento em que a escola e os/as professores/as se confrontam com mudanças significativas a nível da legislação em torno da educação inclusiva, especificamente com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2018, que foi acompanhada por um grande incentivo ao desenvolvimento profissional dos/as professores/as nas questões associadas à nova legislação, o presente trabalho, enquadrado num estudo mais alargado sobre educação inclusiva, procurou compreender a associação entre a formação desenvolvida e as atitudes e a perceção de autoeficácia dos/as professores relativamente à educação inclusiva. Participaram 463 professores/as (81.4% do sexo feminino) a exercer atividade profissional em várias zonas do país, maioritariamente no setor público (94.4%). A sua experiência profissional variava entre 1 e 45 anos de serviço (M = 23.53, DP = 9.46). Cerca de 21% dos/as professores faziam parte de Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva como membros efetivos ou variáveis. A recolha de dados realizou-se online, entre março e maio de 2019, através de um questionário sociodemográfico, da Escala Multidimensional de Atitudes em Relação à Inclusão (Mahat, 2008; versão portuguesa de Dias & Cadime, 2016) e da Escala de Autoeficácia na Implementação de Práticas Inclusivas (Sharma, Loreman, & Forlin, 2012; versão portuguesa de Dias, 2017). Os resultados indicaram que 56.2% dos/as professores reportaram ter participado em algum tipo de formação relacionada com a educação inclusiva nos últimos dois anos (curso, oficina, workshop, conferência ou pós-graduação), variando a sua duração entre 1 e 200 horas (M = 20.14, DP = 26.43). Recorrendo ao teste t de Student para amostras independentes, foi possível verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas a nível das atitudes e da autoeficácia relativamente à educação inclusiva entre o grupo constituído por professores/as que afirmaram ter realizado formação na área e o grupo constituído por professores/as que afirmaram não ter realizado qualquer formação na área nos últimos dois anos. Foram os/as professores que realizaram formação aqueles/as que revelaram atitudes mais positivas relativamente à inclusão e sentir-se mais competentes na implementação de práticas inclusivas. Adicionalmente, verificou-se através do cálculo da correlação

de Pearson a existência de uma associação estatisticamente significativa positiva, ainda que fraca, entre o número de horas de formação e as atitudes face à inclusão, não se verificando qualquer associação com a autoeficácia dos/as professores/as. Os resultados obtidos serão discutidos à luz de investigação prévia, assim como serão discutidas as respetivas implicações para investigação futura e para a prática, especificamente para o desenvolvimento profissional docente no âmbito da educação inclusiva.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Professores/as; Atitudes; Autoeficácia; Desenvolvimento profissional

AUTOEFICÁCIA DE PROFESSORES/AS RELATIVAMENTE À INCLUSÃO EDUCATIVA: QUAL O PAPEL DO AMBIENTE ESCOLAR?

Carla Peixoto; Beatriz Barat; Francisco Machado

A investigação tem documentado que os/as professores/as que se sentem mais competentes para promover a inclusão tendem a criar oportunidades de aprendizagem mais adequadas à diversidade de necessidades e de potencialidades dos/as alunos/as na sua sala de aula. A perceção de autoeficácia dos/as professores/as relativamente à implementação de práticas inclusivas parece, assim, constituir um fator intimamente relacionado com a qualidade das suas práticas pedagógicas (e.g., Sharma & George, 2016). Nos últimos anos temos assistido a um crescente interesse pelas questões relacionadas com o ambiente escolar e a sua influência na atuação dos/as professores/as, sendo de sublinhar que alguns estudos a nível internacional têm verificado uma associação positiva entre o ambiente escolar e a perceção de autoeficácia dos/as professores/as (e.g., Hosford & O'Sullivan, 2016). Recentemente, a alteração legislativa a nível da organização e do funcionamento das respostas educativas a crianças e jovens em contexto escolar, especificamente, o Decreto-Lei n.º 54/2018, veio reforçar, entre outros aspetos, a necessidade de toda a comunidade escolar atuar de forma colaborativa de forma a proporcionar a todos/as os/as alunos/as, independentemente da sua situação pessoal e social, condições que lhes possibilitem a aquisição de um nível de educação e de formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Assim, considerando a pertinência, a atualidade e a escassez de conhecimento acerca desta problemática em Portugal, o presente trabalho, enquadrado num estudo mais alargado sobre educação inclusiva, procurou analisar a influência do ambiente escolar na perceção de autoeficácia dos/as professores/as relativamente à implementação de práticas inclusivas. Participaram 463 professores/as (81.4% do sexo feminino) a exercer atividade profissional em várias zonas do país, maioritariamente no setor público (94.4%). A sua experiência profissional variava entre 1 e 45 anos de serviço (M = 23.53, DP = 9.46), sendo que, em média, os/as participantes desempenhavam funções na atual escola há 11.02 anos (DP = 10.01). Cerca de 21% dos/as professores faziam parte de Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva como membros efetivos ou variáveis. A recolha de dados realizou-se online, entre março e maio de 2019, através de um questionário sociodemográfico e da Escala de Autoeficácia na Implementação de Práticas

Inclusivas (Sharma, Loreman, & Forlin, 2012; versão portuguesa de Dias, 2017). Recorrendo a análises de regressão múltipla hierárquica, e após controlar o efeito de variáveis individuais dos/as participantes, foi possível verificar que o ambiente escolar percecionado pelos/as professores/as representa um fator relevante na predição da autoeficácia relativamente à implementação de práticas inclusivas, dimensão considerada determinante para a qualidade das práticas pedagógicas dos/as professores/as. Os resultados obtidos serão discutidos à luz de investigação prévia, assim como serão discutidas as respetivas implicações para investigação futura e para a prática.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Professores/as; Autoeficácia; Ambiente escolar

TODOS PODEM APRENDER! CONTRIBUTOS DO PROJETO PILOTO INOVADOR NUMA ESCOLA PÚBLICA

Rita Gil

Nesta sociedade líquida em que os contextos sociais políticos e educativos estão em ebulição, surgem nas escolas públicas projetos inovadores que procuram promover o sucesso dos alunos, valorizando as suas potencialidades. Essas potencialidades dos alunos podem vir a revelar-se úteis na motivação e efetivação das aprendizagens, assim como no recurso às competências para as necessidades emergentes do século XXI. Este estudo tem como objetivo verificar se o Projeto Piloto de Inovação Pedagógica (PPIP), proposto pela DGE em 2016 e as suas propostas metodológicas combinatórias previstas no desenho universal de aprendizagem, podem revelar-se úteis na inclusão de todos. Neste projeto inovador e flexível, recorre-se à metodologia de projeto, à tecnologia, ao trabalho colaborativo e à tutoria. A gestão flexível do currículo é registada num plano quinzenal, onde os alunos validam as suas aprendizagens. Todas as evidências foram recolhidas neste estudo por observação naturalista, entrevista semiestruturada a alunos e professores e conversas informais realizadas em contexto. Pelos registos dos alunos e instrumentos de monitorização das aprendizagens, nomeadamente pelas observações diretas do trabalho projeto e colaborativo verificou-se: melhoria das aprendizagens, motivação e maior envolvência dos alunos na construção efetiva e significativa da sua aprendizagem. Neste contexto são combinados todos os recursos disponíveis, para que o aluno possa, ao seu ritmo, encontrar a melhor resposta para construir conhecimento e apropriar-se das competências do século XXI.

Palavras-Chave: Inovação pedagógica; Diferenciação pedagógica; Metodologia de projeto; Tecnologias; Desenho Universal de Aprendizagem

PERCEÇÕES DE OBSTÁCULOS À CRIATIVIDADE: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO

Ana Teresa Almeida; Maria de Fátima Morais; Fernanda Martins

A crescente globalização da sociedade, apelando a mudança, rapidez e imprevisibilidade, conduz à necessidade de (re)construir um caminho para a inclusão no contexto dos problemas da sociedade atual, desenvolvendo a educação para a cidadania e a educação inclusiva. Esta assenta na ética das relações humanas, sendo garantia do respeito pela dignidade do cidadão, do desenvolvimento sustentado e sustentável, da justiça social, da paz, da felicidade, não consistindo apenas em colocar alunos "diferentes" na escola, sendo antes o que se faz para que desta presença não se origine desigualdade. Assim, a equidade e Educação Inclusiva são garantidas pelo trabalho colaborativo de equipas educacionais, pela inovação e pela criatividade. É fulcral, igualmente, a remoção de barreiras a essa equidade, assegurando a inclusão, a educação fundamental para todos, bem como a justiça social, garantindo que as circunstâncias pessoais e sociais não constituem um obstáculo para atingir o potencial educacional de cada um. Deste modo, nos desafios atuais da educação, é urgente a implementação de condições promotoras da criatividade na escola e, particularmente, na sala de aula, pois, para além de ser uma garantia de equidade e Educação Inclusiva, é uma das "soft skills" exigidas às Aprendizagens Essenciais e ao Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade obrigatória. A criatividade é, ainda, considerada uma competência do século XXI, sendo fundamental a sua promoção, no sentido de criar uma escola onde TODOS aprendem. Porém, a promoção de competências criativas nos alunos não é atingível sem a capacitação dos seus docentes. É, então, essencial auscultar as perceções dos docentes sobre os obstáculos face à criatividade no contexto escolar, com o objetivo de construir um caminho para a inclusão. O objetivo deste trabalho é analisar o que professores percecionam ser obstáculos do contexto de sala de aula à expressão criativa enquanto profissionais. Participaram 272 professores portugueses dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico. As perceções de obstáculos foram avaliadas com uma checklist sobre obstáculos à criatividade do docente em sala de aula (Alencar & Fleith, 2010), usada em trabalhos anteriores com o mesmo objetivo no Brasil. Tais perceções são analisadas atendendo à frequência de escolha dos itens, tomando a amostra em função do género, do ciclo escolar de lecionação e da idade. Foram encontradas associações estatisticamente significativas no item "Desconhecimento de práticas pedagógicas utilizadas para propiciar desenvolvimento da criatividade do aluno"e no item "Extensão do programa a cumprir no decorrer do ano letivo", apresentando as mulheres maior frequência de escolha. Este último item apresentou também associação significativa entre a frequência de resposta e o ciclo de lecionação, tendo sido mais escolhido por professores do 1º ciclo. Atendendo à idade dos professores, no item "Alunos com dificuldade de aprendizagem em sala de aula", encontrou-se frequência superior de escolha pelos mais velhos. Os resultados serão refletidos no sentido da promoção de condições na escola facilitadoras de práticas criativas pelos docentes, visando promover um caminho para a inclusão de todos os alunos.

Palavras-Chave: criatividade; obstáculos; docentes; alunos; inclusão

A METODOLOGIA DE PROJETO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA INCLUSIVA, NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS EM TURMAS HETEROGÉNEAS

Maria Aparecida dos Santos

Investigações nacionais e internacionais recentes mostram que a grande questão que envolve a efetivação da Inclusão Educacional está em encontrar uma metodologia que seja capaz de atender as necessidades educacionais dos alunos, independentemente de características individuais, e potenciar as suas capacidades e habilidades visando, além da sua formação académica, o seu desenvolvimento humano. Muitos destes estudos também apontam a importância de uma atuação conjunta da instituição/sistemas de ensino, família, entre outros, para que se possa vencer este desafio. Diante destes conhecimentos, fez-se um questionamento: qual método seria capaz de contribuir para o ensino e aprendizagem desta diversidade de alunos que buscam as Escolas, hoje, em especial, os alunos que precisam de um programa educativo individual e que se encontram na Educação Profissional? Na procura por respostas, concentrou-se esta investigação em uma instituição de Ensino, cujo perfil pedagógico corresponde à questão surgida, a qual, a acreditar e levar a efeito uma proposta de Inclusão por e para todos, adotou e desenvolve a Metodologia de Projecto, como única estratégia de ensino e aprendizagem, na Educação Profissional e Tecnológica em turmas heterogéneas. De posse da informação sobre a instituição e a sua opção metodológica, surgiu uma nova pergunta: quais os contributos que a Metodologia de Projecto, como ferramenta pedagógica inclusiva, traria, e que seriam capazes de favorecer a aprendizagem dos alunos com diferentes estilos de aprendizagem em turmas heterogéneas na Educação Profissional e Tecnológica? Pela especificidade da Escola e o perfil das turmas/cursos (alunos com e sem deficiência, pessoas de faixas etárias e níveis socioeconômicos diferentes na mesma turma, caracterizando a heterogeneidade), para respostas à esta questão, optou-se por um estudo de caso organizacional e uma abordagem metodológica mista: o uso das metodologias quantitativa e qualitativa, a fim de aprofundar na coleta das informações e, posteriormente em resultados significativos. Com esta estratégia de pesquisa, realizou-se, ao todo, 37 entrevistas: alunos com e sem deficiência, pais de alunos, Direção da Escola, Profissionais docentes e não docentes; além de Questionário direcionado para os Profissionais Docentes e não Docentes. Intrínseco no objetivo principal da investigação: caracterizar a Metodologia de Projeto como Ferramenta Pedagógica Inclusiva, na Educação Profissional e Tecnológica de alunos com Necessidades Educativas Especiais em Turmas Heterogêneas, estava o intuito de contribuir para que a efetivação da Educação Inclusiva aconteça, de facto, e que os alunos adultos, principalmente com deficiência e em condições cognitivas

que lhes permitam chegar a este nível de Educação, por mérito, possam ter assegurado os seus direitos a um processo de aprendizagem equitativo significativo, como qualquer outro estudante. Pelos resultados trazidos através dos discursos dos participantes, principalmente dos alunos em relação as suas aprendizagens e desenvolvimento pessoal, é possível perceber a confiabilidade nesta metodologia e que ela, mesmo sem ter a pretensão de ser a única ferramenta metodológica inclusiva, traz em si a possibilidade para que estes alunos possam ser efetivamente incluídos em turmas comuns e, desta forma, poderem conviver em situação de igualdade/equidade com os demais, estudar e construírem conhecimentos e relacionamentos para vida pessoal e formação profissional.

Palavras-Chave: Metodologia de Projecto, Ferramenta inclusiva, Educação Profissional e Tecnológica, Necessidades Educacionais Especiais, Turmas heterogéneas

TEC++US - TECNOLOGIA DE TODOS PARA TODOS E CADA UM

António Gonçalves; Carla Vieira; Maria de Lurdes Raminhos; Madalena Fernandes; Susana Brandão

O projeto “Technology from everyone to everyone and each one of us” pretende criar uma ferramenta de comunicação aumentativa, da qual qualquer pessoa, com dificuldade de aprendizagem ou não, consiga comunicar num país que não o seu, com o uso de pictogramas em vez de palavras escritas. O grupo, pela sua vasta experiência, sabe que é mais difícil fazer com que as crianças, ou pessoas com dificuldade de aprendizagem de diferentes naturezas, consigam aprender a ler, que aprendam a decifrar o conteúdo escrito, do que que consigam aprender um conjunto de pictogramas que representam palavras, desde que esses pictogramas estejam desenhados para que o utilizador consiga intuitivamente selecionar a palavra pretendida. A logica utilizada é a de que uma criança ou indivíduo que consiga utilizar a aplicação “Technology from everyone to everyone and each one of us” no seu país de origem, poderá utilizá-la em qualquer país Europeu em que a língua o permita. A aplicação poderá ser utilizada por crianças, pessoas idosas, pessoas surdas, pessoas com dificuldade de aprendizagem, praticamente todos e cada um poderá utilizar uma tecnologia que já existe, com um sistema de pictogramas intuitivo, a fim de poder comunicar numa língua que não conhece, ou até mesmo, por exemplo no caso dos surdos na própria língua do país onde vivem, para pessoas que não compreendem língua gestual, ou até mesmo para pessoas com dificuldade acrescida da articulação vocal. O problema de criar uma plataforma que pretende minimizar as barreiras da linguagem entre pessoas e crianças de todas as idades, condições e nacionalidades (ao nível Europeu), é que essa plataforma ao ser desenhada com o espírito do desenho universal terá mais probabilidades de sucesso sendo germinada pelas diversas culturas que pretende servir. Com este projeto pretendemos contar com a participação de diferentes saberes (know-how), diferentes abordagens e formas de testar a aplicabilidade da aplicação. A conceção da aplicação contará com o aporte de

diferentes áreas do saber, do design, da programação, da pedagogia, da educação especial, das línguas, entre outras.

Sumariamente, com este projeto pretendemos:

- Partilhar práticas a nível internacional;
- Criar uma aplicação com recurso ao desenho universal que promova a interação interculturas para todos e cada um dos utilizadores;
- Descobrir quais os temas e palavras mais comuns, necessários para estabelecer comunicação num país estrangeiro;
-Criar uma série de pictogramas associados às palavras consideradas necessárias que seja intuitivo e compreendido na diversidade cultural a nível Europeu;
- Criar momentos de partilha que permitam a partilha intercultural dos participantes no projeto;
- Encontrar uma forma criativa de abordar os problemas;
- Potenciar o início à aprendizagem das diferentes línguas;
- Promover a exploração de novos conceitos linguísticos após a utilização da aplicação criada;
- Compreender a aplicabilidade prática do produto criado em contexto real;
- Potenciar o uso das tecnologias como forma de comunicação, publicação, aprendizagem e partilha;
- Disponibilizar a aplicação numa lógica de freeware.

Palavras-Chave: Tecnologia, Inclusão, Língua, Desenho Universal

WRITING CLASSROOM INTERVENTION FOR ALL - PORTUGUESE PRACTICAL

Catarina Liane Araújo; Paula Martins; António J. Osório

Promoting writing practices in the classroom that enhance the development of all students in a primary school classroom, respecting their rhythms, needs, characteristics and potential isn´t an easy task. Understanding the diversity of the primary classroom context and how the teacher and students can interact to increase the effectiveness of learning processes requires students' knowledge, contexts, tasks, competencies required, from research-based practice in writing and time. In a context surrounded by technologies that arouse children's attention and interest, technological tools must be consciously and thoughtfully integrated into their usefulness and purpose in the learning process. Aspects with the use experience, perceptions, self-efficacy or motivation in the use of technologies can condition the unwinding of writing activities. Based on the recommendations of the research, a set of steps and resources are presented that aim to exemplify writing interventions with technologies in primary school classrooms that have been shown to be beneficial for the development of writing skills in students, improving the quality of their performance and motivation writing tasks. Digital literacy is part of the current reality and a key competency must be taught in order to support students´ academic, professional

and personal development. It is the role of teachers to make the best use of the methods and resources available to them in the development of each of their students.

Palavras-Chave: Inclusion, Classroom Intervention, Education for All, Writing, ICT

CURSO LITERACIA DIGITAL PARA O MERCADO DE TRABALHO

Maria Potes Barbas; Cristina Novo; Helena Luís; Isabel Piscalho; Nádia Lopes; Mário José; Pedro Matos

O presente artigo pretende abordar o primeiro curso, não conferente de grau, no Ensino Superior em Portugal, destinado a jovens com dificuldade intelectual e desenvolvimental com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, e quais os resultados do primeiro ano. Serão mencionados os argumentos da pertinência e relevância da construção deste curso. No final falaremos sobre a ação que estamos a construir destinada à empregabilidade, destinada a este público alvo. Em 2017/2018, o número de crianças e jovens com necessidades educativas com programa educativo individual (Decreto-Lei n.º 3/2008), em todo o sistema, era de cerca de 87000. Cerca de 12500 destes estudantes tiveram CEI (Currículo Específico Individual). Apenas no Ensino Secundário, encontravam-se 15000 jovens com necessidades específicas de educação (DGEEC, 2018). Neste sentido, "iniciativas inclusivas, facilitadoras do acesso e da frequência de todos os estudantes no ensino superior, devem ser apoiadas" (Diário da República, n.º 34/2017, Série II, de 16 de fevereiro). E é por isso que se assume como princípio a ideia de que "tornar o ensino superior acessível a todos e mais democrático é tarefa do Estado e da sociedade" (CNE, 2017: 7-8). A concretização da Constituição da República Portuguesa e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência exige medidas positivas do Estado, "no sentido de criar condições, não apenas para o acesso, mas para a sua frequência em condições de efetiva igualdade no sucesso educativo" (CNE, 2017: 17). Cabe, assim, às instituições de ensino superior "instituir políticas de inclusão e demover ações de exclusão, valorizando cada vez mais ações pautadas no respeito pela diversidade, considerando o papel que as mesmas assumem ao longo da história da sociedade" (Castanho & Freitas, 2006: 98). Em consonância com este enquadramento, surge assim a necessidade de implementar o curso de "Literacia Digital para o Mercado de Trabalho" na Escola Superior de Educação do IPSantarém. Este curso, não conferente de grau, apresenta-se como uma réplica do modelo que funciona há 12 anos, na Universidade Autónoma de Madrid. A ESE/IPSantarém propõe a implementação desta Formação na realidade portuguesa ao longo de dois anos letivos. Importa referir que o curso tem a duração de quatro semestres e implementar-se-ão em todas as unidades curriculares os programas cedidos gentilmente pelos colegas madrilenos, embora com as devidas adaptações à realidade portuguesa. O curso destina-se a jovens com dificuldade intelectual e desenvolvimental com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%. É um programa inovador e solidário, cuja particularidade mais relevante é o facto de ser o primeiro modelo de formação de educação inclusiva em contexto de ensino superior para deficiência intelectual.

Isto faz com que seja um modelo de referência e de formação para outras experiências, sendo as principais características o desenvolvimento pessoal, o bem-estar, a inclusa˜o social e laboral a partir do ambiente de formação superior da Escola Superior de Educação de Santarém. O curso que se apresenta irá assim dar resposta ao ponto 8.1 do Parecer "Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior" do Conselho Nacional de Educação: "Tornar o ensino Superior acessível a todos e mais democrático é tarefa do Estado e da Sociedade" (2017: 7).

Palavras-Chave: Educação, Literacia, Digital, Inclusão, Inovação

SOU UM ATLETA!

Isabel Mercedes Moreira

Desde a antiguidade que o desporto sempre esteve associado à beleza, à força e ao poder. Os desportistas tinham um papel importante na sociedade e eram adorados por todos. Ainda hoje este fenómeno se verifica. Existe uma estreita relação entre o desporto e o reconhecimento social. Todos reconhecemos nos desportistas a imagem de alguém bem-sucedido pessoal e socialmente. Nesta perspetiva todas as pessoas com deficiência estão excluídas deste "mundo". Com a perspetiva do desporto, adaptado de e para todos, poderemos alterar este fenómeno. O desporto pode e deve funcionar como um instrumento para o reconhecimento social, interação social, autoestima, condição física, imagem corporal e qualidade de vida de pessoas com deficiência. Também através deste poderemos alterar as atitudes de exclusão e o acentuar das limitações. Ao adaptarmos a atividade desportiva temos como grande objetivo a inclusão desportiva e social. Queremos criar oportunidades para que todos os jovens e adultos com deficiência tenham acesso à prática desportiva, de forma continuada, de acordo com os princípios da equidade e simultaneamente contribuir para a mudança de atitude de todos quantos ainda não estão sensibilizados para a importância da Atividade Física e do Desporto para este grupo da nossa sociedade. No desporto, dentro da sua diferença, todos são atletas. Neste momento o grande desafio é a criação de equipas desportivas com atletas com e sem deficiência a trabalhar juntos. Isto já é possível e já temos destas equipas a participar em eventos internacionais. É fundamental envolver todos e adaptar as atividades às características, competências, interesses e necessidades de todos. Estamos a investir na verdadeira inclusão!

Palavras-Chave: Inclusão, Desporto, Auto-estima, Equidade, Qualidade de Vida

CONSTRUINDO MATERIAIS ADEQUADOS PARA PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS MOTORAS E COMUNICACIONAIS

Kátia Cristina Novaes Leite; Karine Cristina Novaes Leite; Elciana Roque de Souza Andrade

Esse texto constitui-se relato da experiência realizada pelos profissionais do Projeto Recriando: Inclusão social pela Arte, do CAEE/APAE de Jacobina-Bahia, almejando a inclusão social da pessoa com deficiência intelectual através do estudo, apreciação e produção artística. Metodologicamente, prevê a apreciação de arte pela abordagem Image Watching, de Robert Ott, sistema de crítica artística, divulgado no Brasil desde 1988 por Ana Mae Barbosa, originalmente desenvolvido para museus, adaptado para salas de aula, onde a mediação ocorre em um roteiro com cinco fases: descrever, analisar, interpretar, fundamentar e revelar, ou seja, criar. Através de pesquisas, rodas de conversa, entrevistas e atividades de campo, as obras escolhidas pelo grupo são apreciadas culminado com uma exposição da arte produzida pelos alunos. É importante ressaltar que para uma pessoa com limitações motoras e comunicacionais produzir artisticamente é necessário tornar acessível todo o ambiente onde as atividades são realizadas, além da adequação dos materiais usados para produção artística. Relatamos nesse estudo a produção de matérias didático-pedagógicos elaborados pelos profissionais da APAE, bem como as estratégias de ensino utilizadas nas aulas de arte usando estes materiais, visando proporcionar aos alunos com dificuldades motoras e de comunicação, a expressão e produção artística, levando em conta suas necessidades psicomotoras e comunicacionais especificas. Foram desenvolvidos materiais como rolos, pincéis, carimbos com formas variadas, pranchas, brochas, artefatos para desenho de linhas simples, curvas e paralelas, todos utilizando material de baixo custo ou recicláveis. A produção de arte utiliza também objetos e assessórios comercializados para outras finalidades que foram vistos pelos profissionais como adequados ao uso pedagógico, com encaixes para mãos e ergonomia adequada à condição dos alunos atendidos. O projeto é fundamentado Teoria Sócio Histórica, pois segundo Vygotsky (1998), para poder compreender o desenvolvimento da criança, devemos prestar atenção às suas necessidades e verificar se os incentivos que recebem são eficazes para despertar uma ação. O desempenho do aluno pode estar relacionado a uma mudança na motivação e no incentivo que o mesmo recebe. Nesse aspecto, destacamos o uso de materiais pedagógicos apropriados e produzidos de forma que atendam suas necessidades, e não se tornem um empecilho à produção artística e a aprendizagem, frustrando as expectativas do aluno que deseja expressar-se artisticamente, mas esbarra na limitação do como fazer, pela falta do material adequado. Ficou evidente que com os materiais elaborados conseguimos despertar um interesse maior dos alunos pela produção em arte, oferecemos-lhes oportunidades de protagonizar com maior independência seus projetos artísticos. Também percebemos que quando buscamos por novas estratégias metodológicas podemos ter grandes surpresas com nossos alunos e a reação das famílias potencializa o desejo de escolhermos a cada dia propostas pedagógicas emancipatórias. Ter o conhecimento e produzir artisticamente favorece o desenvolvimento da percepção, sensibilidade,

imaginação e criatividade, possibilitando as relações entre os saberes, ampliação da visão de mundo do aluno com dificuldades motoras e comunicacionais, com Deficiência Intelectual ou TEA, ou mesmo transtornos não permanentes, tornando-os mais participativos e produtivos socialmente.

Palavras-Chave: Ensino de Artes, Adequação de materiais, Pessoa com Deficiência, Inclusão Social, Teoria Sócio Histórica

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, UM OLHAR SOBRE AS ESTRATÉGIAS VERBAIS

Kátia Cristina Novaes Leite; Juliana Cristina Salvadori

A Arte e suas múltiplas linguagens é meio de focalização e ampliação de nossas capacidades criativas e cognitivas, fundamental para a formação de pessoas na escola ou em outros ambientes sociais. O trabalho pedagógico associado à arte está presente nas escolas especiais desde a sua fundação e tem papel preponderante na construção da educação para pessoas com deficiência no Brasil. Nessa perspectiva, o seguinte artigo deriva da dissertação de Mestrado "Artes visuais e deficiência intelectual: Aprendizagem através da Arte-Educação, um Estudo de Caso na APAE de Jacobina-BA", cuja pesquisa investigou como a Arte-Educação pode mediar a aprendizagem de alunos com Deficiência Intelectual. Neste recorte o enfoque foi estabelecer uma relação entre as dificuldades apresentadas por alunos com deficiência intelectual e as estratégias pedagógicas verbais utilizadas no processo de mediação para apreciação em artes visuais, do Projeto Recriando, oferecido pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado da Associação citada, que não mais se configura escola especial. Trazemos as interações observadas, descritas e analisadas de oito alunos com deficiência intelectual, com a professora, focalizando suas evidências de aprendizagem, além das práticas pedagógicas da docente inserida no trabalho de Arte-Educação. A discussão proposta tem aporte teórico nos estudos sobre apreciação de arte na perspectiva do americano Robert Willian Ott e sua abordagem intitulada Image Watching, sistema de crítica artística, divulgado no Brasil desde 1988 por Ana Mae Barbosa. O método, inicialmente desenvolvido para museus, foi adaptado como proposta educativa para salas de aula e os estudos mediados pela leitura de obras de Arte envolvem questionamento, busca, descoberta e o despertar da capacidade crítica dos alunos, corroborando com a Teoria Sócio Histórica, para os quais o desenvolvimento do indivíduo se dá através da relação com o outro e nessa relação estreita professor/aluno busca construir um trabalho pedagógico que garante a aprendizagem dos alunos com deficiência, com estimulação, questionamento, elaboração crítica e resposta, no qual a qualidade e o tipo da mediação pedagógica se fazem efetivas. Para o alcance dos objetivos da pesquisa recorremos ao Estudo de Caso Etnográfico, levando em conta que a polivocalidade se traduz nos modos como a linguagem se faz presente nas interações que ocorrem no contexto da sala de aula. A construção dos dados ocorreu por meio da observação participante, análise

documental, entrevistas e microanálise do contexto através de filmagens. Foi realizada a descrição densa dos dados encontrados e triangulação dos mesmos na análise dos resultados. Constatou-se a importância do trabalho em arte educação para estudantes com deficiência intelectual utilizando-se de apreciação de arte enquanto recurso pedagógico, e a importância da variação das estratégias pedagógicas verbais no processo de mediação, por potencializar a aprendizagem significativa, a compreensão de si num contexto social, as generalizações, a abstrações, e a formação de conceitos científicos. Como resultados apresentamos um protocolo com dez estratégias pedagógicas verbais utilizadas pela professora para conduzir o trabalho em Arte-Educação que pode ser seguido na mediação pedagógica de qualquer outra disciplina ou conteúdo para o público alvo da educação especial tanto em atendimento educacional especializado quanto na sala comum.

Palavras-Chave: Deficiência intelectual, Arte-Educação, Mediação, Estratégias Pedagógicas, Teoria Sócio Histórica

PROCESSOS DE TRANSIÇÃO E PROJETOS DE VIDA: UM TRABALHO DA ESCOLA E DA COMUNIDADE

Maria Teresa Santos; Adelaide Espírito Santo; José Pereirinha Ramalho; Maria Cristina Faria; Cesário Almeida; José António Espírito Santo

O desígnio de uma escola e sociedade inclusivas faz hoje parte dos discursos políticos, legislativos, científicos e pedagógicos e parece refletir um amplo consenso social, ainda que travestido de múltiplos significados. Aposta-se na educação e nas escolas como via de transformação social, mas frequentemente as práticas revelam caminhos paralelos, que ao invés do que prometem - a igualdade de oportunidades e equidade no acesso e sucesso escolar - escavam as diferenças inerentes à heterogeneidade da população escolar e fazem aumentar o fosso entre percursos de aprendizagem (Ainscow, Porter & Wang, 1997; Rodrigues, 2013; 2016). Exemplo disto foram os designados currículos específicos individuais (CEI) propostos a alunos com dificuldades, que no entender da avaliação técnico-pedagógica, não teriam possibilidade de aprender com os outros, no seio do currículo comum. A legislação mudou, é certo, e esta medida, tão amplamente criticada, foi revogada. Contudo, tem-nos ensinado a história da educação e os estudos sobre o currículo que as opções desenvolvidas ao longo das várias reformas educativas (no nosso país, como noutros) na resposta às necessidades de aprendizagem de muitos alunos se têm pautado mais vezes por caminhos de exclusão do que de inclusão (Leite, 2011; Roldão, 2003). Foi ainda no enquadramento legislativo anterior que, em 2018, iniciámos o estudo sobre os percursos de vida dos jovens que frequentaram os agrupamentos de escolas do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral com CEI e PIT (Plano Individual de Transição) e que terminaram a sua escolaridade obrigatória a partir de 2012. Inscrito num modelo de investigação de natureza exploratória, descritiva e interpretativa, procura-se compreender em que medida estes percursos paralelos, sujeitos a uma menor exigência do ponto de vista

académico, mas também mais pobres no plano dos relacionamentos interpessoais e em experiências sociais, são percecionados pelos jovens e suas famílias, bem como pelos coordenadores dos Departamentos de Educação Especial dos Agrupamentos de Escolas e coordenadores de outras Instituições com serviços de apoio à formação profissional e inserção laboral e comunitária. Neste sentido, interessa-nos analisar, da forma mais aprofundada possível, as competências adquiridas pelos jovens em processos de transição para a vida adulta, nos vários contextos de formação e as repercussões na capacitação, autodeterminação e qualidade de vida (Kaehne & Beyer, 2014; Ferreira & Pereira, 2015; Santos & Morato, 2012; Verdugo, 2009; Wehmeyer & Garner, 2003; Wehmeyer, 2004). A pesquisa bibliográfica e documental, as entrevistas realizadas a um grupo de jovens e alguns profissionais constituem o corpus teórico e empírico de que daremos conta nesta comunicação. Não se tratando ainda de resultados finais, pretende-se sobretudo partilhar e refletir sobre a visão dos inquiridos e tecer a nossa análise crítica, consubstanciada nos aportes da literatura revista, a propósito dos mecanismos de exclusão/inclusão vivenciados pelos intervenientes.

Palavras-Chave: Inclusão; Autodeterminação; Participação; Qualidade de Vida

DA ESCOLA À CIDADE: A INCLUSÃO UM CONCEITO E UMA PRÁTICA TRANSVERSAL

Domingos Rasteiro

Contextualização e objetivos: O estudo que se apresenta centrar-se nas cidades portuguesas associadas na Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e procurou, por um lado, valorizar as aportações das políticas das cidades que têm por base uma filosofia educativa e, por outro, conhecer os diferentes percursos desenvolvidos pelos municípios, que tanto têm feito pelo desenvolvimento das comunidades, no sentido de criarem melhores condições de vida para todos independentemente das suas necessidades e características. O interesse do trabalho que se apresenta foi o de cruzar a problemática da inclusão social das pessoas com deficiência com a vida nas cidades, tendo em conta que é no espaço da cidade, dos bairros, do espaço público, dos serviços disponíveis e das oportunidades que, atualmente, se oferecem mais ou menos condições para o desenvolvimento humano. Para a concretização da pesquisa traçaram-se três grandes objetivos: 1. identificar, em termos de igualdade e direitos, quais os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que as cidades oferecem às pessoas com deficiência; 2. identificar como fomentam as cidades, em termos de planeamento e de ordenamento do espaço físico, respostas que favoreçam o acesso dos cidadãos com deficiência aos espaços de convívio, de lazer, de equipamentos e serviços comunitários; 3. identificar como são desenvolvidas as políticas locais de fomento da coesão social, por forma a incluir socialmente todos. Enquadramento teórico: No enquadramento foram desenvolvidos um conjunto de temas que ajudaram na fundamentação da problemática, na construção dos instrumentos de recolha de informação e na discussão dos resultados e que se situaram nos seguintes domínios: (1) As pessoas com necessidades

especiais na sociedade, perspetiva diacrónica e sincrónica. Fundamentação em autores como: Aguado Diaz (1995), Aguilera JIménez e Castillo Segurado (2011), Barnes e Mercer (2004). (2) A inclusão social das pessoas com deficiência . Foram abordados autores como: Subirats (2004), Priestley (2001), Clavel (2004). (3) Processos educativos e inclusivos nas cidades suportado em autores como: Caballo y Villar (2001), Trilla (1999) Castells e Cardoso (2006), Balbo, Jordán e Simioni 2003).

Metodologia: A presente investigação caracteriza-se por ser um estudo descritivo, de natureza qualitativa, enquadrado por uma metodologia comparativista e que enforma o que a literatura convencionou designar por estudo de caso. A organização do estudo implicou um conjunto de métodos que possibilitam conhecer, conforme os objetivos estabelecidos, as políticas inclusivas das cidades e refletir sobre as suas implicações na qualidade de vida das pessoas com deficiência. Utilizaram-se instrumentos e técnicas em uso, neste quadro metodológico, como sejam: o inquérito por questionário, as entrevistas e a análise documental. Utilizou-se o questionário como recurso principal para a recolha de informação a um grupo alargado de informantes, 57 cidades que, à data, pertenciam à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). Com a aplicação do referido questionário foi possível selecionar duas das cidades com maior potencial inclusivo, aplicando-se aos interlocutores a técnica da entrevista individual para aprofundar a recolha de informação, segundo os objetivos estabelecidos. Fizeram-se entrevistas aos informantes privilegiados dos municípios (Vereadores, Técnicos Municipais, cidadãos com deficiência e dirigentes de associações locais ligados à problemática).

Apresentação de resultados: Através da análise e tratamento dos resultados do inquérito por questionário foi possível construir uma escala ordenada das cidades, aplicando os parâmetros definidos. A percentagem alcançada por cada cidade foi encontrada entre a pontuação obtida e a diferença para a pontuação máxima em cada um dos parâmetros de análise, ou seja, a cidade que obteve maior percentagem ainda ficou a 20,6% da pontuação desejável e a que obteve menos pontuação ficou aquém do desejável 79,4%. São sete as cidades que estão num intervalo entre os 80% e os 60%, treze as cidades estão no intervalo entre os 50% e os 60%, seis cidades estão na casa dos 40%, quatro na casa dos 30% e uma na casa dos 20%. Seguindo a tendência geral dos resultados do estudo as categorias onde se tem feito mais progresso são os recursos disponíveis nas cidades para a educação e para a formação e as oportunidades para o convívio social com um valor de 69,8% e 70,8% respetivamente.

Conclusões: Pelos scores que se obtiveram a partir dos questionários, pode dividir-se os processos de inclusão em três tipos padrão. As cidades que estão ainda num estádio embrionário, que estão agora a despertar para o problema mas não têm trabalho relevante no terreno, as cidades que estão num estádio de arranque das ações e das medidas inclusivas, mas que ainda necessitam percorrer todo um caminho de concretização mais consistente e, finalmente, as cidades que estão num estádio de desenvolvimento, já arrancaram, têm trabalho no terreno, está assumido no seu projeto politico e de desenvolvimento, têm dispositivos e meios que já as distinguem dos estádios anteriores e conseguiram montar um processo de envolvimento ao nível local, das instituições, das entidades, das escolas, das associações de e para as pessoas com deficiência e entendem o trabalho feito como um processo em desenvolvimento que carece de continuidade e de mais meios para progredir.

Palavras-Chave: Inclusão social, Cidades inclusivas, Roteiro para a inclusão

INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR: A ATITUDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Filomeno Tavares; Ana Paula Martins

Uma atitude positiva por parte do professor tem sido apontada pelos resultados da investigação como um dos aspetos essenciais para o sucesso da inclusão escolar. Neste particular, o professor de educação física pela especificidade da disciplina que leciona, tendo uma atitude positiva educará mais efetivamente todas as crianças, mesmo aquelas que devido a determinadas características ou circunstâncias necessitam de respostas educativas específicas. Assim, com esta comunicação pretendemos analisar a atitude de professores de educação física de Cabo Verde em relação à inclusão no ensino secundário. Participaram no estudo 121 professores que lecionavam nas escolas secundárias públicas de todos os concelhos do país. Para a recolha de dados utilizamos o questionário Index Para a Inclusão de Booth e Ainscow (2002), adaptado por Tavares (2017), com um Alpha de Cronbach de .91 e valores de KMO de 0,66 e de Bartlett´s Test de 903 significativo para $p<0,05$. Os resultados apontam que: a) as crianças com necessidades educativas especiais são incluídas nas aulas de educação física em Cabo Verde; b) as condições ao nível dos materiais/equipamentos e espaço físico das escolas para estas crianças não são ainda as mais desejadas para uma educação de qualidade; c) a maioria dos professores de educação física que participou no estudo referiu que no seu curso frequentou uma disciplina/seminário sobre necessidades educativas especiais; e d) a atitude dos professores de educação física em relação à inclusão das crianças com necessidades educativas especiais é positiva. Com esta investigação construímos conhecimento sobre a atitude de professores de Cabo Verde em relação às aulas de educação física com destaque para as condições da inclusão no ensino secundário e a frequência de formação em relação a esta filosofia educativa. Tal poderá informar os decisores sobre as características de uma inclusão com qualidade nas aulas de educação física para todos os alunos independentemente das suas características.

Palavras-Chave: atitude, inclusão, educação física, necessidades educativas especiais

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: A PERCEÇÃO DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS EM CABO VERDE

Filomeno Tavares; Ana Paula Martins

Tendo em consideração que o processo de escolarização das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no ensino básico e secundário em Cabo Verde vem ganhando um certo dinamismo e

devido ainda a possibilidade de continuarem os seus estudos, urge refletir sobre esta matéria. Face às suas necessidades específicas e as exigências do ensino superior é fundamental para uma melhor consciencialização e a preparação da comunidade académica para atitudes favoráveis de modo que os estudantes com deficiência tenham sucesso neste nível de ensino. Em Cabo Verde apesar das peculiaridades ainda existentes em relação ao processo inclusivo tem-se constatado a frequência e o sucesso dos estudantes com deficiência no ensino superior. Neste sentido, a definição de políticas que permitam o ingresso e a criação de outras condições nomeadamente: a adequação das instalações, a salvaguarda das questões de comunicação e a competente formação dos intervenientes são aspetos fundamentais para o sucesso. Considerando que recentemente o Governo de Cabo Verde anunciou como uma medida de política o ensino gratuito para as pessoas com deficiência do subsistema de educação pré-escolar ao ensino superior pretendemos com esta comunicação conhecer as perspetivas dos docentes de uma universidade de Cabo Verde em relação à inclusão. Para a recolha de dados aplicamos o questionário utilizado por Koo (2017) adaptado por Tavares e Martins (2018) com Alpha de Cronbach de .87, e os valores de KMO 806 e Teste de Esfericidade de Bartlett´s significativo para $p<0,05$. Participaram no estudo 140 docentes de todas as faculdades e escolas de uma universidade. Os dados apontam que a perceção destes docentes em relação à inclusão é positiva visto que a maioria das opiniões se concentra no nível concordância nas três dimensões do questionário: crenças pessoais sobre as adaptações curriculares, adaptações nas salas de aulas e adaptações em exames. O conhecimento produzido sobre a perceção de docentes do ensino superior e sobre a inclusão neste nível de ensino em relação às questões curriculares e adaptações nas salas e exames poderá facilitar a tomada de decisões para a melhoria de condições que garanta uma inserção sem condicionalismo dos alunos com deficiência neste nível de ensino e consequentemente lançar as bases para uma futura integração social.

Palavras-Chave: atitude, inclusão, deficiência, ensino superior

PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA PÓS-ESCOLAR: COLABORAÇÃO COM O CRI

Rute Miroto; Vanessa Neves

A presente comunicação pretende ser uma partilha das práticas educativas e inclusivas praticadas pelo centro de recursos para a inclusão, em parceria com os agrupamentos de escolas de ensino público. O CECD Mira-Sintra foi fundado por um grupo de pais e técnicos em 1976, tornando-se uma Instituição de referência no suporte a pessoas com DID. Desde sempre e até aos dias de hoje que a missão do CECD é desenvolver serviços de qualidade para as pessoas com deficiência intelectual, multideficiência e outras pessoas em desvantagem, promovendo os seus direitos e melhorando a sua qualidade de vida. O CRI do CECD Mira-Sintra, em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho de Sintra, através de protocolo autorizado pelo ministério de educação, intervém diretamente no contexto, construindo em

conjunto com o aluno, a sua família, comunidade educativa e comunidade envolvente, o seu plano individual de transição (PIT). Este plano é totalmente centrado na pessoa, tendo em consideração as suas expectativas, interesses e opções (muito relevantes as questões de autodeterminação), assim como as que a família tem face ao jovem, futuro adulto. Com a premissa clara de que a escola inclusiva pretende criar adultos autónomos, livres e solidários, com a capacidade de se adaptarem às exigências do mundo após a escolaridade obrigatória e de superarem as adversidades inerentes ao processo de transição, a escola tem como função dotá-los de competências que lhes permitam exercer o direito de cidadania, tratando-se de uma intervenção focada nas capacidades em detrimento das dificuldades do aluno.
Intervenção - Fase Inicial: Caracterizada por reuniões com o jovem, família e escola, onde são definidos os interesses do jovem e as expectativas que o mesmo tem, assim como a sua família. Definição do Plano: Após a primeira reunião serão realizados contactos na comunidade e, posteriormente, é realizada uma visita vocacional com o aluno ao local. Depois desta visita vocacional e do feedback positivo obtido quer do aluno, quer da empresa em recebê-lo, tal é reportado à escola, que elabora o protocolo. Considera-se um caso de sucesso quando ao longo do processo é tida em consideração a opinião e interesses do aluno permitindo que este exerça o direito de autodeterminação, e simultaneamente sejam respeitados as expetativas e interesses da família. Com o desenvolvimento de todo o processo da TVPE, é possível efetuar uma análise de como todos os passos definidos no plano podem melhorar e contribuir para a apuração de resultados positivos, assim como a promoção da ideia de trabalho digno nas empresas que empregam pessoas que necessitem de algum suporte. Dada a importância de todas as fases da TVPE, torna-se necessário realçar a fulcral comunicação com a família e respetivos intervenientes por parte da escola, contribuindo assim para um desenvolvimento benévolo. Com esta comunicação esperamos partilhar e enriquecer através de exemplos práticos e reais de como se colabora no CRI do CECD- Mira- Sintra, na transição para a vida pós escolar.

Palavras-Chave: inclusão; transição para a vida pós-escolar; autodeterminação

PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO: PERCEÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES EDUCATIVOS ACERCA DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA PÓS-ESCOLAR

Vanessa Neves; José Morgado

A investigação em curso, no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação, tem como objetivo investigar todo o processo de transição para a vida pós-escolar. Neste trabalho iremos não só verificar como se efetua o processo de transição, mas também quais as perceções e participações de todos os atores envolvidos no mesmo. Também iremos identificar o nível de participação de todos os envolvidos

no processo de transição (aluno, escola, família, comunidade e centro de recursos para a inclusão). Qualquer sistema educativo, qualquer formação visa como último objetivo, a preparação para a vida pós-escolar. A escola apresenta-se como principal promotora de aprendizagens e competências para os alunos, munindo-os das ferramentas necessárias a aplicar no seu dia a dia de autonomia. Os objetivos da educação, a longo prazo, apresentam-se assim idênticos para todos os alunos, independentemente das suas capacidades intelectuais, pois espera-se que todos atinjam o seu potencial máximo, tornando-se membros produtivos e responsáveis na sociedade, e que promovam a sua cultura e os seus valores morais. Como tal define-se como objetivo geral: Estudar o processo de transição para a vida pós-escolar: como é organizado, realizado, quem são os intervenientes e o seu nível de participação, qual a perceção dos mesmos em relação à sua eficácia e ao nível de realização? Partindo deste objetivo, iremos investigar e descrever, quais as práticas implementadas relativamente à organização educativa, no que respeita aos procedimentos adotados, à participação de cada um dos intervenientes no processo educativo, bem como a perceção acerca da inclusão efetiva destes alunos. Para este estudo, serão selecionados quatro agrupamentos de escola, de diferentes zonas do país. A razão pela qual, a escolha dos agrupamentos não ser apenas restrita a uma área, deve-se ao facto de, apesar da amostra não vir a ser representativa, um dos nossos objetivos é ter um panorama geral nas realizações e perceções relativamente a processo de transição. Investigações sugerem que a existência de técnicos CRI alocados para trabalharem com a transição poderá ter influência. Desta forma, tentaremos que um dos agrupamentos selecionado não possua qualquer parceria ou plano de ação com qualquer CRI. Dos agrupamentos selecionamos como participantes: a) alunos em final de escolaridade obrigatória; b) direções da escola/agrupamento; c) professores titulares e diretores de turma; d) professores de educação especial; e) pais/encarregados de educação; f) técnicos do CRI; g) e serviços da comunidade (local de experiência sócio-profissional). Face aos objetivos definidos, optámos por uma metodologia qualitativa de natureza descritiva e exploratória. Como instrumentos recorremos à análise documental (grelhas com categorias organizadas "à priori") e à entrevista semidiretiva (totalmente transcrita) como técnicas de recolha de dados e procederemos à análise de conteúdo para analisar os dados recolhidos. A análise de dados será contínua de indução analítica e utilizando o método comparativo constantemente. Serão utilizados dois níveis de análise, sendo a análise de conteúdo clássica (com grelha de análise categorial, com repetição de frequência de temas) e a análise horizontal ou transversal, procurando desta forma constâncias, semelhanças e regularidades. São pontos essenciais de recolha de dados os seguintes elementos: • Caracterização sociodemográfica; • Análise de conteúdo das entrevistas realizadas (categorias de análise, definidas posteriormente). Com este estudo, esperamos aprofundar o conhecimento sobre como a transição para a vida pós-escolar é organizada e planeada, com a certeza que ser traduz numa mais valia considerável, para o sistema educativo (planeamento, organização e execução do processo de transição para a vida pós-escolar).

Palavras-Chave: inclusão; autodeterminação; transição para a vida pós-escolar

PROJETO SINTRA INCLUI: CUMPRIR O SONHO NA ESCOLA E NA COMUNIDADE

Ana Castro Santos

O processo de transição para a vida adulta - passagem dos jovens com deficiência, da escola para o seu próximo enquadramento como jovens adultos, na comunidade – é um processo complexo com exigência de decisões, que se prendem com a sua autonomia nas várias dimensões da vida: trabalho, lazer, interação social e participação na comunidade. Esta fase implica uma mudança de estatuto e de papel, imprescindível para a integração na sociedade. A eficácia desta transição depende de vários fatores e implica a existência de apoios específicos durante e após a escolaridade que devem ter em consideração os interesses, as capacidades e os sonhos destes jovens. Na procura da construção de um modelo orientador da transição entre a escola e a vida pós-escolar, surgiu o projeto Piloto Sintra Inclui, resultado de uma parceria entre a Câmara Municipal de Sintra e a Associação Pais em Rede, envolvendo entidades públicas, privadas e a comunidade. Pretendia-se, em termos práticos, encontrar respostas alternativas para os jovens que terminam a escolaridade obrigatória e que têm como resposta mais provável a institucionalização ou a dependência familiar, apoiando-os na construção de um projeto de vida verdadeiramente incluído na comunidade. Atualmente, o Sintra Inclui tem duas vertentes de intervenção – transição e comunidade:

A vertente transição, apoia as escolas no desenvolvimento dos Planos Individuais de Transição, dos alunos através da promoção de competências sociais e de cariz prático na comunidade – realização de estágios em ambientes naturais de trabalho - capacitando todos os intervenientes do processo para que este se torne natural. A vertente Comunidade, pretende garantir a continuidade da intervenção no final da escolaridade obrigatória das pessoas com deficiência, e também (re)construir novos projetos de vida. Tirando partindo da rede local e da articulação entre vários serviços, entidades e empresas, pretende-se encontrar respostas para os sonhos de cada pessoa para uma plena integração na Comunidade. A filosofia de intervenção assenta no planeamento centrado na pessoa, abordagem que explora, identifica e procura compreender os interesses, capacidades e preferências do jovem. Apesar deste processo incluir as pessoas que o rodeiam nos seus contextos de vida, é a pessoa com deficiência o principal interveniente e quem tem o poder de tomar as decisões, conferindo desta forma, um maior controlo sobre a sua vida. O foco deste tipo de intervenção é colocado na pessoa e na sua visão do futuro. O modelo de intervenção do Sintra Inclui, nas suas duas vertentes, integra vários atores provenientes de vários contextos: escola, família e comunidade. A figura do técnico de transição promove a coordenação e a ligação de todos os elementos do processo, sendo ele quem detém a informação pertinente relativa ao jovem - aspetos práticos da intervenção ou outros de caráter mais “burocrático” que contribuam para qualidade de vida da pessoa apoiada. O Projeto Piloto Sintra Inclui (Outubro 2014-Dezembro 2015) apoiou 12 jovens com deficiência entre os 17 e os 22 anos, que se encontravam na escola ou desocupados. Os resultados alcançados demonstraram que o apoio resultou numa definição e concretização efetiva dos seus projetos de vida.

Palavras-Chave: Abordagem Centrada na Pessoa, Transição para a vida adulta, Família, Comunidade, Inclusão

PERSPETIVAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA A VIDA PÓS-ESCOLAR DE ALUNOS COM DIFICULDADE INTELECTUAL

Maria do Rosário Ferreira; Ana Paula Martins; Ana Paula Pereira

Transição para a vida pós-escolar (TVPE) de alunos com dificuldade intelectual (DI), é um processo organizacional, complexo e que surge associado a uma das etapas mais importantes da vida dos alunos. Nesse sentido, a planificação da transição assume um papel dinâmico e é condutora duma perspetiva de futuro, definida pelo aluno e pela sua família, em colaboração com a equipa interdisciplinar. O ensino baseado na sala de aula e a criação de oportunidades baseadas na comunidade com aprendizagens significativas para os alunos são aspetos relevantes para a transição para a vida pós-escolar do aluno com DI (Dias, 2011; Esteves, 2015; Fanzeres, 2007; Fanzeres et al., 2016; Gillian & Coughlan, 2010; Martinez et al., 2012; Saramago, 2009; Shaw, 2009; Soares, 2009). Urge redirecionar o foco académico para competências de vida diária e de adaptação à comunidade promovendo a independência individual (Santos & Morato, 2016) uma vez que o que se pretende é que as vivências de transição contribuam para responder a estas questões e às expetativas presentes e futuras dos pais ou, quando possível, dos próprios alunos" (Ferreira, 2008, p.51). Neste sentido importa atender ao processo proativo de transição, no qual se consideram as áreas de trabalho escolares que terão relação com resultados no pós-escolar e onde se incluem os estágios e atividades escolares de capacitação para uma vida autónoma. O plano individual de transição é o documento orientador, de sumo relevo na transição para a vida pós-escolar do aluno com DI, o qual consubstancia o seu projeto de vida. Destina-se a promover a transição e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional com uma adequada inserção social, familiar ou numa instituição de caráter ocupacional. Pelo que ficou expresso, torna-se indubitável que os apoios e parcerias são um suporte que permitirá ao aluno com DI ter uma transição completa, organizada e eficaz (Fanzeres et al., 2016; Gillian & Coughlan, 2010; Martinez et al., 2012; Silva, 2010). Com esta comunicação pretendo presentar os resultados do Trabalho de doutoramento realizado na UM (janeiro de 2019) o qual aborda a TVPE de alunos com DI. Este trabalho assentou numa abordagem metodológica informada pelo paradigma naturalista. Contei com a participação de três alunos com DI, com 17 anos, os Encarregados de Educação, os seus professores de educação especial e DT, selecionados intencionalmente com base em considerações informativas. Apresentarei a natureza deste fenómeno (TVPE), considerando 1) As vivências escolares dos alunos com Dificuldade Intelectual – associando-as à organização e consecução doas medidas de suporte à aprendizagem adicionais; 2) As vivências de transição dos alunos com DI – explorando o processo de planeamento e de operacionalização do plano individual de transição e a relação entre as vivências escolares e as vivências de transição; 3) As potencialidades para a vida pós-escolar dos alunos com DI – tecendo considerações sobre referências positivas, e sugestões, sobre a

transição para a vida pós-escolar dos alunos com DI. Algumas das conclusões a apresentar focam: a valorização atribuída ao papel da professora de Educação Especial como decisora no planeamento e na operacionalização das vivências escolares; A valorização atribuída aos ambientes inclusivos que a escola proporciona e à mais valia da frequência de disciplinas promotoras da autonomia e de cursos profissionais, bem como de conteúdos passíveis de transferibilidade, as áreas das capacidades adaptativas, e as competências específicas; A preocupação com a escassez de domínios formativos, e de locais para o desenvolvimento do plano individual de transição; o temer da dependência a um centro de atividades ocupacionais na vida pós-escolar; a enumeração de entidades formais, e atribuem-lhes a responsabilidade de promover ações de sensibilização e de (in)formação, cursos de formação, emprego protegido, de constituir equipas de transição, de rever normativos, e de colaborarem e articularem-se entre si, para a vida pós-escolar.

Palavras-Chave: Transição para a vida Pós-escolar; Dificuldade Intelectual; Adaptações curriculares significativas; Plano Individual de Transição

PERCEÇÕES DOS PROFISSIONAIS RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE TVA COMO FATOR DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NEE: UM ESTUDO NACIONAL

Luís Fânzeres; Anabela Cruz-Santos; Sofia Santos

Uma das fases mais complexas, no âmbito da escolaridade obrigatória e universal, que surge no processo de intervenção dos adolescentes com NEE é a fase de Transição para a Vida Adulta (TVA) e consequente inserção no mercado de trabalho. No desenvolvimento da parte empírica deste estudo, abordou-se e caracterizou-se o conceito de Transição, analisando-se a legislação existente para tentar compreender a complementaridade entre o mundo do trabalho e o sistema educativo, destacando-se diversos diplomas fundamentais para a igualdade de oportunidades e inclusão das pessoas com NEE, refletindo a evolução das políticas educativas, de reabilitação e inserção profissional. Este estudo teve como propósito finalidade analisar as perceções dos profissionais relativamente à TVA dos alunos com NEE, baseado numa matriz metodológica orientada pelo positivismo com predomínio da metodologia quantitativa tendo-se para o efeito, construído e aplicado um inquérito a nível nacional para se perceber as perceções dos participantes (professores do 2º e 3º ciclo e secundário de todo o país e outros profissionais). O inquérito foi aplicado a 616 profissionais (professores, técnicos, monitores e outros) de todo o país. A amostra foi formada por 467 participantes (81%) do género feminino e 149 (19%) do género masculino, com tempo de serviço entre 16 e 20 anos, com idades compreendidas entre 40 e 49 anos dos quais 88.3% lecionam em estabelecimentos de rede pública e 43.3% exercem a função de Professores de Educação Especial. Com base nos resultados verificou-se que os participantes consideraram a implementação da TVA dos alunos com NEE como um processo eficaz, que inclui ferramentas e métodos que asseguram uma

transição adequada ao jovem, salvaguardando que a Escola não possui as condições ideais para o desenvolvimento do processo, devendo esta deve oferecer programas integrados oferecendo propostas articuladas para os alunos No sentido de melhorar o processo os participantes constataram ser essencial uma orientação adequada de todo o percurso formativo ao nível da transição para o emprego, assim como ser imperativo assegurar medidas concretas para a implementação da legislação existente, de forma a melhorar o processo, devendo-se reequacionar condicionantes como a certificação profissional dos alunos com NEE. Da mesma forma a colaboração da família em todo o processo é igualmente um fator relevante. Os participantes consideram existir outros aspetos relevantes a ter em consideração, tais como: a estimulação das ligações escolas/universidades/autarquias e empresas assim como mais formação sobre a TVA e as NEE como forma a existir um maior envolvimento e cooperação de todos os intervenientes. Constatam igualmente a necessidade de uma maior disponibilidade e colaboração de todos os professores e restante comunidade escolar, estabelecendo responsabilidades claras, disponibilização de mais tempo para assegurar contactos e de um melhor acompanhamento após passagem para o mundo laboral.

Palavras-Chave: Transição para a Vida Adulta; Necessidades Educativas Especiais; Percursos Inclusão; Escola

SÉCULO XXI: A REDENÇÃO SURDA NO BRASIL

Armando Guimarães Nembri

Este artigo partiu da necessidade da apresentação, primeiramente, da importância do poder da informação para o atingimento da informação do poder, considerando tal jogo de palavras um obstáculo real para a cultura surda, haja vista seu código comum ser diferente do código da sociedade majoritária que parece desconhecê-la; partiu da necessidade, também, da apresentação de um mini-censo de um mini-segmento da sociedade que, apesar da aparente invisibilidade que o faz desconhecido pela sociedade ouvinte e hegemônica, apresenta-se com possibilidades promissoras em contraponto ao nenhum ou pouco apoio dado por parte do Estado. Torna-se importante frisar que o artigo dá ênfase à obtenção de dados diretamente nos ambientes nos quais ocorrem os fenômenos, onde o autor da pesquisa situa-se como um dos seus principais agentes e "instrumentos". Tal oportunidade de imersão se deu pela necessidade de demonstrar o *modus vivendi* de alguns surdos que chegaram a um dos mais altos graus de escolaridade em um país pouco dado à educação. Utilizou-se, para a demonstração, uma adaptação do método de história de vida, que não exige checagem acerca das afirmativas dos considerados rotulados ou estigmatizados. Neste caso específico, os rotulados ou estigmatizados são os surdos doutores. O objetivo do presente estudo foi promover um mapeamento inicial acerca de um vitorioso contingente "que não se vê", estatística e percentualmente chamado de "traço", em razão de seu inexpressivo quantitativo quando comparado com quantitativos de congêneres ouvintes. Tratou-se a pesquisa dos poucos privilegiados deste imenso país continental, considerando a já esperada dificuldade

– conhecida por décadas de convivência – de encontrar “invisíveis” dispostos a colaborar, vez que a cultura surda tem meandros, nuances, detalhes, hábitos, atitudes e comportamentos que somente um surdo, parte integrante dessa cultura, consegue compreender. Os “riscos” foram “contabilizados”, pois o estudo foi realizado sob o “guarda-chuva” da Língua Portuguesa. Constatou-se, por fim, que o Século XXI proporcionou aos surdos brasileiros uma ascensão – em termos de escolaridade – jamais vista em sua história.

Palavras-Chave: Surdos e Ouvintes. Cultura Surda. Língua Brasileira de Sinais – Libras. Bilinguismo. Surdos Doutores

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A DISCIPLINA LIBRAS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Andréa Pereira Silveira

Nessa investigação realizamos a interface entre as Representações Sociais (RS) e o ensino de Língua Brasileira de Libras (Libras) no âmbito da formação inicial de professores no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Nesse prisma, o enquadramento teórico situa-se no enlace dos estudos em Representações Sociais, postulados por Moscovici (2009) e Jodelet (2001), com o campo da Educação e, mais especialmente, com a formação inicial de professores proporcionada pelo ensino da disciplina Libras, a qual é um componente curricular obrigatório nos cursos de formação docente no Brasil, conforme assegura o Decreto nº 5626/05. Para tanto, buscamos como objetivo geral analisar as representações sociais dos licenciandos em Pedagogia sobre a disciplina Libras e a influência destas na formação inicial de professores. E de modo específico, almejamos: a) identificar as imagens e os sentidos atribuídos pelos licenciandos à disciplina Libras; b) verificar as especificidades pedagógicas da prática de ensino-aprendizagem da Libras; e c) apontar como os licenciados compreendem a disciplina Libras e a relacionam à educação de surdos. Quanto aos aspectos metodológicos, constitui-se em uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, apoiada em Amado (2010). Os sujeitos desta investigação compreendem oito discentes do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), situada na cidade de Belém, estado do Pará, na região norte do Brasil. A produção de dados deu-se por meio de grupo focal em conjunto com a técnica de elaboração de desenhos, com base em Oliveira, Oliveira e Silveira (2018), bem como em Silveira (2019). Após o levantamento desses dados, os mesmos foram sistematizados e analisados à luz da análise de conteúdo, sobretudo no que tange à análise categorial temática, amparada em Bardin (2010) e Oliveira e Mota Neto (2011). Nesse ínterim, os resultados revelaram as seguintes categorias temáticas emergentes: 1) a construção da escola inclusiva; 2) a inclusão

em diversos espaços sociais; e 3) a comunicação enquanto acessibilidade. Assim, constatamos que a disciplina Libras é representada, pelos sujeitos dessa investigação, em de imagens e sentidos que reconhecem o seu contributo para a sensibilização e a efetivação da inclusão social e educacional das pessoas surdas no âmbito brasileiro, posto que ao representar essa disciplina os sujeitos suscitaram a articulação do ensino de Libras enquanto um elemento de promoção do processo de inclusão do aluno surdo, bem como evidenciaram o papel da formação de professores enquanto um viés de construção de saberes e práticas inclusivas.

Palavras-Chave: Representações Sociais - Formação Inicial de Professores - Disciplina Libras - Inclusão Escolar - Alunos Surdos

FORMAR PROFESSORES EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS: DESAFIOS À ESCOLA E À SOCIEDADE

Joaquim Melro

Em Portugal, os princípios que iluminam a educação inclusiva dos surdos (EIS) apontam ser dever da Escola dotar os professores que lecionam estes estudantes de ferramentas pedagógicas e culturais para que possam desenvolver práticas pedagógicas que respondam adequadamente às características linguístico-culturais que apresentam. A Escola deve afirmar-se como locus de formação e assumir os professores como elementos-chave do sucesso escolar e social dos surdos. Isto pode ser conseguido se estes agentes educativos tiverem acesso atempado e consistente a processos formativos de qualidade, possibilitando-os apropriar conhecimentos e desenvolver/mobilizar competências facilitadoras da realização de aprendizagens consistentes e com sentido, incluindo a apropriação da Língua Gestual Portuguesa (LGP) e de outros elementos próprios das culturas surdas. Mas, passar dos ideais às práticas, é complexo. Muitos professores de surdos, na sua maioria ouvintes e não falantes de LGP, não tiveram acesso a uma formação adequada que os possibilitasse desenvolver um currículo multilingue, ou pelo menos bilingue, que facilite a realização de transições entre língua se culturas, tal como previsto em diversos documentos de política educativa. Para que estas dificuldades possam ser ultrapassadas, é importante assumir a formação dos professores de surdos como fulcral no acesso dos estudantes a uma educação de qualidade, mediando as aprendizagens nas línguas apropriadas por estes estudantes: as orais e as gestuais. Assumindo uma abordagem interpretativa e um design de estudo de caso, discutimos um caso: o Ciclo de Conferências Do gesto à voz: educação de surdos e inclusão, organizada pelo investigador e colaboradores. Pretendeu afirmar processos formativos interculturais no âmbito da EIS, valorizando as diferentes vozes que configuram, a dos estudantes incluídas. Os participantes eram investigadores, professores, estudantes, seus familiares e intérpretes de LGP, entre outros. Os resultados permitem-nos evidenciar a necessidade de a Escola desenvolver projetos de formação participados, dialógicos e interculturais que possibilitem

que os professores deem corpo aos princípios que subjazem a práticas educativa de EIS. Ilustram ainda ser urgente que a Escola assuma os professores como agentes de inclusividade, derrubando as barreiras epistemológicas, praxeológicas e culturais por eles vivenciadas com impactes no desenvolvimento profissional e pessoal, bem como no sucesso escolar e social dos estudantes surdos, que não se quer comprometido. Evidenciam ainda a urgência de a formação de professores assumir um outro paradigma formativo que possibilite que os professores de surdos desenvolvam uma consciência epistemológica e ético-política comprometida com os princípios e as práticas de uma educação inclusiva de surdos para que docentes e discentes possam desenhar um futuro mais promissor, porque mais capaz, porque mais inclusivo, porque mais equitativo, porque mais feliz.

Palavras-Chave: Formação de Professores; Educação de surdos; Inclusão

SUPERVISÃO, INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO EM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS: QUE PRINCÍPIOS? QUE PRÁTICAS?

Joaquim Melro

A complexidade epistemológica, cultural e político-social que subjaz à praxis supervisiva em contexto de educação inclusiva de surdos leva a que a Escola se reconfigure e se afirme como espaço e tempo de diversidade cultural, valorizando as culturas em que estes estudantes participam: a surda e a ouvinte. Isto significa que a Escola adote um paradigma supervisivo cujos princípios e práticas salientem o papel que as culturas assumem nos processos de supervisão, evidenciando a cultura enquanto elemento-chave de inclusão e de participação legítima. Estes ideais assumem particular relevância quando referidos aos processos supervisivos que subjazem à educação de estudantes surdos adultos que se encontram a frequentar sistemas formais de educação de adultos, como o ensino recorrente noturno, reconhecendo no regresso à escola uma oportunidade de sucesso. Participantes de culturas minoritárias e falantes de línguas pouco valorizadas pelas culturas veiculadas pela Escola, vivenciam barreiras à inclusão escolar e social, evidenciando ser necessário que a Escola assuma princípios e práticas supervisivos interculturais flexíveis e participados, facilitando o desenvolvimento de um currículo intercultural capaz de responder adequadamente à diversidade linguístico-cultural dos surdos, favorecendo a transição entre línguas e culturas com impactes no empowerment e a participação legítima. Assumindo uma abordagem interpretativa, desenvolvemos, no âmbito do doutoramento em Educação, um estudo de caso intrínseco de cariz etnográfico, desocultando os modos como os surdos adultos (N=11, frequentando o ensino recorrente noturno), vivenciam a sua inclusão neste sistema de ensino, numa escola de Lisboa. Os participantes no estudo foram estes estudantes, os pares ouvintes (N=6, atuando como informadores privilegiados), respetivos professores e outros agentes educativos (N=50), bem como o investigador, na qualidade de observador participante. Os instrumentos de recolha de dados utilizados foram: a recolha

documental; o questionário; as tarefas de inspiração projetiva; as entrevistas semiestruturadas e a observação participante, registada em diário de bordo do investigador. A partir de uma análise de conteúdo de índole narrativa, emergiram categorias indutivas de análise. Focamos esta apresentação nos processos supervisivos adotados pela escola, em particular os referentes à resposta que a inclusão dos surdos exige. Os resultados iluminam a necessidade de a Escola desenvolver, nos processos supervisivos a que recorre, uma sensibilidade epistemo-cultural levando a que, por exemplo, estes processos incluam elementos relacionados com a diversidade cultural e linguística das culturas surdas, incluindo a apropriação das línguas gestuais e a participação de outros referentes significativos, como os líderes surdos. Muitos episódios revelam ainda a urgência de a Escola desenvolver processos supervisivos dialógicos e participados que ponham cobro ao isolamento e/ou ao ostracismo de uns e de outros, evidenciando ser importante assumir um paradigma supervisivo que construa e reconstrua os princípios e as práticas na interculturalidade, na colaboração, na partilha dialógica, reflexiva e crítica, desocultando o sentido das diversas vozes que participam na educação dos estudantes surdos adultos, as dos estudantes incluídas, ultrapassando dificuldades vivenciadas por uns e por outros e delineando estratégias de superação que garantam aos surdos o acesso a uma educação de qualidade.

Palavras-Chave: Educação de surdos; Supervisão; Inclusão; Participação

ESCOLA INCLUSIVA, INTERVENÇÃO MULTINÍVEL E DISLEXIA: DIVERSIDADE EXIGENTE NA PLANIFICAÇÃO DA RESPOSTA FLEXÍVEL

Alcinda Almeida

O decreto-lei nº 54, recentemente publicado em Portugal, preconiza o desenvolvimento de Escolas Inclusivas. Escolas onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social (DL 54/2018, p. 2918). Para atingir os objetivos a ação da escola deve obedecer a diversos princípios. Destes princípios enfatizamos os que se referem a: personalização no planeamento educativo e flexibilidade na gestão curricular. O documento indica, como opção metodológica, a intervenção multinível no acesso ao currículo. Este é, genericamente, constituído por um conjunto de medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para que cada aluno adquira uma base comum de competências, através de percursos diferenciados, que permitam a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo. A intervenção multinível pode assumir múltiplas formas de operacionalização e planificação de respostas. Algumas não constituem desafio à prática docente, no entanto há outras que exigem grande agilidade na manipulação do currículo, considerando personalização no planeamento e flexibilidade na gestão curricular, obrigando a uma atenção reforçada, com esforços acrescidos na disponibilização de

materiais adequados a cada um dos alunos. Os alunos com dislexia apresentam perfis muito diversos. O núcleo de dificuldades que podem ser observadas situa-se ao nível da leitura, escrita, soletração e/ou ao nível do processamento (Reid, 2013). O aluno pode apresentar todo o leque de dificuldades em simultâneo, ou só algumas. Dentro de cada núcleo podem ainda ser considerados diferentes graus. Podem verificar-se ainda comorbidades relacionadas com a disgrafia, disortografia, perturbação da atenção, perturbação de hiperatividade e/ou discalculia. Deste modo, poderão ser desenhados diversos tipos de planos de intervenção e com graus de profundidade diferente (idem). Por isso, é importante que cada professor seja capaz de identificar com precisão onde reside a dificuldade do aluno com dislexia para decidir com eficiência sobre o plano de intervenção. O trabalho que propomos constitui-se como uma ajuda na intervenção em sala de aula com alunos com dislexia, disponibilizando materiais diversos que podem ser utilizados para aumentar a eficácia na identificação de cada uma das dificuldades e na construção da resposta adequada, com base no proposto pelo modelo de intervenção multinível. Pretendemos compreender como é que os docentes incorporam nas suas práticas estes materiais e quais os resultados que obtêm na sua aplicação. Para isso, utilizamos metodologias colaborativas e cooperativas, no âmbito da investigação-ação, com os docentes das diversas disciplinas, fora e dentro da sala de aula, analisando as necessidades de cada docente/aluno, planificando e aplicando materiais de intervenção multinível e procedimentos de registo avaliativo. No momento em que a exigência do trabalho docente atinge níveis muito elevados, pensamos que o trabalho que propomos é particularmente relevante para a vida das escolas e para a investigação na área da dislexia, pelo que terá grande adesão do corpo docente que se encontra, na sua prática letiva, com o desafio proposto por alunos com dislexia.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Intervenção Multinível, Dislexia, Gestão Curricular, Flexibilidade

ESTUDO SOBRE O ENVOLVIMENTO, PARTICIPAÇÃO E INTERAÇÃO DA CRIANÇA COM ATRASO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO COM EDUCADORES E PAIS EM ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO CONJUNTA

Bruno Veiga; Isabel Fernandes; Otília Sousa; Clarisse Nunes; Marina Fuertes

A inclusão é um processo desde do nascimento, em todas as vertentes da vida que promotor da autonomia, desenvolvimento e o bem-estar de cada criança. Neste estudo, procurou-se investigar o comportamento de Pais e Educadores com crianças em idade pré-escolar, com problemas de desenvolvimento em tarefas colaborativas. As tarefas colaborativas ocorrem no cotidiano e remetem para a participação social da criança. Para o efeito, participaram dezasseis díades de pais com o seu filho ou filha e catorze díades de educadoras com uma criança da sua sala. Cada díade foi observada independentemente, sendo pedido aos participantes, que realizassem em 20 minutos, um produto à sua

escolha, com materiais e ferramentas que se encontravam ao seu dispor. Pretendia-se: 1) descrever a qualidade dos comportamentos interativos do adulto, nomeadamente em relação à empatia, desafio, atenção e reciprocidade, cooperação e qualidade da comunicação; 2) comparar o comportamento da criança com a qualidade interativa dos Pais e Educadores, avaliada através da escala de cotação TANDEM, nomeadamente em relação à empatia, desafio, atenção e reciprocidade, cooperação e qualidade da comunicação e 3) conhecer as Estratégias usadas pelo adulto durante a atividade. Todas as crianças, independentemente do seu grau de dificuldade, conseguiram participar na realização de um produto, focadas numa atividade durante 20 minutos a realizar aprendizagens. As diferenças observadas entre Educadores e Pais mostraram que ambos os comportamentos são complementares. Os dados indicam que os Educadoras deram mais espaço para a atuação da criança, enquanto os Pais procuraram cumprir o tempo da tarefa e organizaram a atividade com reforço verbal, impondo regras, enquanto as Educadoras recorreram à comunicação oral para transmitir conteúdos e dirigir a atividade.

Palavras-Chave: Interação adulto-criança; comportamento interativo; comunicação verbal; Atraso Global do Desenvolvimento

O QUE OS ALUNOS SABEM, PENSAM E SENTEM ACERCA DAS ADAPTAÇÕES NOS TESTES: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Leonor Ribeiro; Ana Paula Loução Martins; José Carlos Morgado

As adaptações curriculares, ao nível da avaliação, visam minimizar o impacto das dificuldades intrínsecas dos alunos e assim permitir uma avaliação precisa dos seus conhecimentos. Embora exista evidência de que as adaptações curriculares são úteis, e legislação que as legitima, a sua eficácia e validade podem ser influenciadas pela perceção que os alunos têm em relação às mesmas (Lang, Elliott, Bolt, & Kratochwill, 2008; Polloway, Bursuck, Jayanthi, Epstei, & Nelson, 1996; Schumm, Vaughn, & Saumell, 1992). Desta forma, considera-se que a tomada de decisão acerca das adaptações a implementar deve ser realizada por uma equipa multidisciplinar, incluindo a perspetiva dos alunos (Elliott, McKevitt, & Kettler, 2002; Lovett & Leja, 2013; Salend, 2008). Para além disto, a valorização das perceções dos alunos é consistente com a enfase crescente em promover competências de autodeterminação nos alunos com necessidades educativas especiais (Lovett & Leja, 2013). Uma revisão sistemática da literatura, permitiu encontrar um conjunto de estudos que revelam que os alunos consideram injustas as adaptações na avaliação da aprendizagem (Bursuck, Munk, & Olson, 1999), que não apreciam a aplicação de algumas adaptações, como por exemplo a leitura de enunciado (Nelson, Jayanthi, Epstein, & Bursuck, 2000), ou que sentem dificuldade em utilizar eficazmente as adaptações (Elliott et al., 2002). Existem estudos que reportam ganhos ao nível da autoconfiança e sentimento de autoeficácia, mas outros, pelo contrário, descrevem que os alunos se sentem estigmatizados (Kosciolek & Ysseldyke, 2000; Lang, Elliott, Bolt, & Kratochwill,

2008; Nelson, Jayanthi, Epstein, & Bursuck, 2000). O presente estudo está incluído no projeto de doutoramento, o qual tem por finalidade sistematizar e aprofundar do conhecimento sobre as adaptações curriculares em escolas inclusivas portuguesas, mais especificamente em relação às perceções dos alunos, pais e professores de 1º ciclo. Pretende-se contribuir para que os resultados da realização de avaliações com adaptações curriculares para alunos com dislexia sejam vistos como correspondendo de forma válida e justa aos seus conhecimentos e competências, promovendo assim tomadas de decisão inclusivas. Nesta apresentação serão partilhados os resultados de uma revisão da literatura sobre as perceções dos alunos em relação às adaptações na avaliação, partindo das questões de investigação, foram selecionadas as palavras-chave para uma pesquisa sistemática em bases de dados de referência. De seguida, foi realizada a seleção dos artigos que iam ao encontro do âmbito da investigação, com base na análise dos respetivos resumos e posteriormente foi realizada a análise e sintetize dos dados, os quais permitem compreender a metodologia, limitações e resultados mais pertinentes da investigação e servir de base teórica para o projeto de doutoramento em curso.

Palavras-Chave: Inclusão; adaptações-curriculares; dislexia; avaliação; alunos

OFICINA DO OLHAR - UM DIÁLOGO COM AS IMAGENS

Miguel Vilhena Fernandes

A Oficina do Olhar é um desafio ao 'olhar do observador'. Criei a Oficina do Olhar enquanto 'projecto de papel' integrada na minha tese de Mestrado em Teoria da Cultura Visual (2007, Escola Superior de Design). Mas ela só se tornou uma ferramenta mais tarde, quando dei aulas de Narrativa Visual no 3º ano da Licenciatura em Design (diurno e noturno), nos anos 2007 a 2011. Explorei a Oficina também com um grupo de alunos de diversas nacionalidades e idades (5º ao 9º) na componente de Oferta Complementar da Escola de São Teotónio (2017). Também com grupos de adultos da ASSP – Associação de Solidariedade Social dos Professores em Lisboa, Évora, Faro e Santarém e está agendada para Setembro uma sessão de integração de novos professores (num universo de 300) numa escola na região de Lisboa. O que é então a Oficina do Olhar? Consiste num conjunto de imagens, criteriosamente escolhidas e ordenadas tendo em consideração o público alvo, com desafios preparados para ler as imagens, ouvi-las e seguir um diálogo orientado com elas. Os participantes são convidados a interagir numa construção de conhecimento coletivo. Olhar, ver e interpretar, tomando a experiência pessoal como ponto de partida para a narrativa. Das artes plásticas (de Giotto a Banksy) à cultura visual contemporânea, fotografia, animação, cinema, vídeo-arte, banda desenhada, ilustração, publicidade… Vivemos numa sociedade de imagens, que estão presentes em todos os campos da nossa existência. Prestar atenção à importância crescente deste universo visual é um novo desafio para a educação no campo das Artes Visuais, das Ciências, da História, de todas as disciplinas. Por esse motivo é necessário interagir com as imagens, aprender o seu discurso visual e dinamizar atividades no sentido de desenvolver a capacidade de ver para além do olhar. Para a promoção da literacia visual, diversas abordagens de leitura de imagens têm sido abordadas desde o final

da década de 70, sobretudo de tendência formalista. No entanto, apoiada numa abordagem construtivista do conhecimento, a investigação de Abigail Housen (1992/1999) parte do postulado de que o desenvolvimento em determinado domínio se faz na direção de uma maior complexidade do pensamento, dando forma a estágios desse desenvolvimento. Apresenta então a sua visão do observador principiante cuja capacidade de compreensão estética (e visual) se desenvolve podendo chegar a um observador experiente. De acordo com Housen, 'todos os observadores experientes começaram como observadores inexperientes e não sofisticados'. Housen reforça que a abordagem da arte [a que eu acrescento as imagens, o universo da cultura visual] pela postura do historiador sobre "estilo, período, material e origem não são estruturas mentais de interesse para o observador inexperiente" (Housen, 1999: 149). Em vez de referir factos e 'transmitir informação pré-digerida que não é relevante para o aluno', é fundamental fomentar o diálogo com as imagens e com as obras de arte. A Oficina do Olhar segue e amplia este princípio. Housen, A. (1999) "O olhar do observador: Investigação, Teoria e Prática". in Fróis, J. Educação Estética e Artística: Abordagens Transdisciplinares. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Palavras-Chave: Olhar do observador, imagem, construção de conhecimento

DA ESCOLA PARA A COMUNIDADE – APOIO PERSONALIZADO NA TRANSIÇÃO DE JOVENS COM DEFICIÊNCIA

João Adolfo Nogueira; Ana Colaço

Após o término da escolaridade obrigatória os jovens com deficiência e suas famílias são confrontados com a ausência de um serviço de apoio, que lhes permita perspetivar um futuro incluído na comunidade e alternativo à institucionalização. A realização de Planos Individuais de Transição a partir da metodologia Centrada na Pessoa permite o contacto com a vida na comunidade experimentando o contexto laboral de forma suportada aos adolescentes/jovens adultos com deficiência. Os GAPRIC- Gabinetes de Apoio a Programas Incluídos na Comunidade foram projetos piloto que surgiram em Portugal numa tentativa de dar continuidade à dinâmica criada pelos Planos Individuais de Transição no contexto pós-escolar. Esta comunicação apresenta e descreve a experiência de continuidade na Associação de Paralisia Cerebral de Odemira, com os exemplos de 2 jovens que foram acompanhados em contexto escolar pelo Centro de Recursos para a Inclusão e seguiram o seu acompanhamento no GAPRIC.

Palavras-Chave: Inclusão; escola; comunidade; transição; planeamento centrado na pessoa

OS PERCURSOS ESCOLARES DE CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL: DA REALIDADE NACIONAL ÀS ESPECIFICIDADES DOS CONTEXTOS

Daniela Ferreira; Ariana Cosme

As crianças e jovens em acolhimento residencial, ao abrigo de medidas de promoção e proteção, constituem um dos públicos mais vulneráveis ao sucesso educativo nas escolas públicas portuguesas, como demonstram últimos Relatórios de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens (CASA). Os dados recolhidos pela Segurança Social mostram que a relação entre a idade destas crianças e jovens e o seu nível de instrução continua muito desfasada, registando um aumento dos números do insucesso escolar à medida que o ciclo escolar progride. Consideramos que a Escola Pública deve promover práticas de inclusão escolar e de atendimento diferenciado a qualquer criança ou jovem que a frequente, organizando-se de modo a garantir, a todos e todas, condições efetivamente democráticas de acesso e sucesso educativos.

Tendo em conta os elevados números de insucesso escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial em Portugal, pretendemos, com este estudo, perceber de que forma a ação pedagógica do professor pode contribuir para a inclusão das crianças e jovens em acolhimento residencial com medidas de promoção e proteção. Nesta conceção de inclusão referimos a capacidade de bem receber e integrar cada aluno e aluna tendo como referências as suas características e proporcionando oportunidades para o seu sucesso escolar. A presente investigação envolve três agrupamentos da Área Metropolitana do Porto, sendo eles os concelhos de Vila Nova de Gaia (302 295 habitantes e 7 IPSS), Porto (237 591 habitantes e 24 IPSS) e Matosinhos (175 478 habitantes e 4 IPSS. Os sujeitos que participaram no projeto de investigação foram os diretores e/ou direções dos agrupamentos, os professores diretores de turma das crianças e jovens em acolhimento residencial; o pessoal não docente, os representantes das associações de pais, os encarregados de educação das casas de acolhimento bem como as crianças e jovens em acolhimento residencial. Assim, pretendemos perceber os diferentes pontos de vista de cada uma das pessoas que contacta com estas crianças e jovens bem como a visão das mesmas relativamente aos seus percursos e ao papel da ação dos professores. Intimamente relacionada com o objeto de estudo assinalado, o presente projeto de investigação assume como preocupação central a perceção das subjetividades dos sujeitos, ou seja, das perceções dos sujeitos em função da realidade em que vivem. Entendendo que o estudo de caso é o método de investigação que tem em conta o particular e que permite dar resposta ao “como” e ao “porquê” dos processos em estudo, revelou-se como uma boa possibilidade de encontrarmos respostas ao que nos mobiliza. Este estudo espera poder contribuir para a reflexão dos professores sobre a sua ação profissional com crianças e jovens em acolhimento residencial, procurando que dela possa resultar a inclusão e o sucesso escolar por via da discriminação positiva da diferença.

Palavras-Chave: percursos escolares, acolhimento residencial, inclusão, práticas pedagógicas diferenciadas, democratização

ESTUDO COMPARATIVO DE REPRESENTAÇÕES MATERNAS EM DÍADES COM BEBÉS DE TERMO, PRÉ-TERMO E EXTREMO PRÉ-TERMO

Ana Rita Almeida; Rute Casimiro; Sandra Antunes; Maria João Alves; Joana Lopes; Camila Ribeiro; Margarida Santos; João Moreira; Marina Fuertes

As representações das mães acerca dos seus bebés e da maternidade têm sido associadas à vinculação e ao desenvolvimento subsequente do bebé (e.g., Benoit, Parker, & Zeanah, 1997; Fuertes, Faria, Fink & Barbosa, 2011, Kochanska, 1998; Zeanah, Benoit, Hirshberg, Barton, & Regan, 1994). Deste modo, o estudo das representações maternas ganhou importância tanto no campo da investigação na área da relação mãe-filho(a) como na intervenção na maternidade de risco. No caso das mães dos bebés pré-termo (e quando comparadas com as mães dos bebés de termo) verifica-se que estas mães representam o temperamento dos seus filhos de modo menos positivo (e.g., Cox, Hopkins, & Hans, 2000). Todavia, as mães portuguesas dos prematuros, são mais otimistas relativamente às suas capacidades de se relacionarem com os seus bebés (Fuertes et al., 2011). Tendo em conta a pertinência do campo de estudos, quisemos conhecer mais as representações das mães dos bebés nascidos antes das 32 semanas e em risco de problemas de saúde e desenvolvimento, âmbito raramente estudado. No intuito de investigar essas representações procurou-se comparar 40 díades com bebés de extremo pré-termo (idade gestacional inferior a 32 semanas), 40 de pré-termo (nascidos com 32 a 36 semanas de idade gestacional) e 40 de termo (idade gestacional superior a 37 semanas). Para o efeito, as mães foram entrevistadas nas primeiras 72 horas após o nascimento dos seus bebés acerca da gravidez, parto, nascimento antecipado, maternidade e expectativa sobre o futuro desenvolvimento do bebé. Os resultados indicam que as mães dos prematuríssimos descrevem as experiências da gravidez e parto como traumáticas e as mães dos pré-maturos como uma experiência causadora de ansiedade. As mães dos prematuros estão preocupadas com a saúde e desenvolvimento dos seus filhos, mas acham que serão capazes de desenvolver uma boa relação com eles. Porém, as mães dos bebés de extremo pré-termo estão alarmadas com a sobrevivência dos seus filhos e são as que parecem ter mais dificuldade em antecipar problemas futuros, possivelmente por estarem centradas no período que estão a viver. Curiosamente, as mães dos bebés de termo são as que mais se preocupam com o seu papel materno e com a prestação de cuidados ao bebé. Os dados apontam para a necessidade de oferecer respostas de apoio e aconselhamento diferenciadas às mães dos recém-nascidos, atendendo à idade gestacional do bebé e outros fatores de risco neonatal. O presente projeto foi financiado pelos projetos PTDC/PSI-E- DD/110682/2009 & PTDC/MHC-PED/1424/2014 atribuídos por FCT/ FEDER.

Palavras-Chave: Prematuridade, Representações Maternas, Intervenção Precoce

NARRATIVAS FAMILIARES DE (IN)EXCLUSÃO EDUCACIONAL EM ANGOLA: TRAJETÓRIAS E LUTAS POR RECONHECIMENTO

Daniela Antonello Lobo d'Avila

Neste trabalho busca-se aprofundar a análise das narrativas das pessoas com deficiência e de suas famílias tendo como norte as experiências individuais de (in)exclusão social vivenciadas no acesso ou não ao sistema de ensino. Este estudo é resultado da pesquisa de campo realizada em Angola, incluindo pesquisa documental e entrevistas, com 27 famílias de seis diferentes províncias que têm filhos e filhas com deficiência e 10 profissionais e gestores que atuam na área do ensino especial. Essa análise tem como base teórica as relações sociais de reconhecimento de Axel Honneth na dimensão do direito e das relações jurídicas com base no autorrespeito e na integridade social dos indivíduos. Ressalta-se que este estudo não avalia o mérito do sistema educacional angolano, nem mesmo o caráter qualitativo do ensino geral ou do ensino especial. O foco das reflexões se dá a partir da vivência cotidiana das famílias, suas trajetórias, desafios e sentimentos diante do processo de escolarização de seus filhos e filhas. Cada trajetória demonstrou a complexidade dos contextos culturais, históricos e sociais em diferentes tempos e localidades. As experiências familiares revelam os desafios das diferentes trajetórias de lutas para verem reconhecidos os seus direitos a depender das condições objetivas em cada situação vivenciada, indo desde a luta para ver reconhecido o direito à inclusão na escola regular até a luta para a construção de escolas especiais. Assim, as trajetórias discutidas serviram como casos tipo para a análise das diferentes situações encontradas a campo. A partir das experiências individuais foi possível identificar algumas convergências sobre direitos e inclusão social. Entre as convergências observo que das 27 famílias, 16 famílias descreveram que a escola especial/classe especial foi a primeira opção de ensino para seus filhos e filhas com deficiência; já 09 famílias descreveram que buscaram matricular primeiramente seus filhos nas escolas regulares de ensino e 02 famílias ainda não haviam matriculados seus filhos em nenhuma escola. A luta por reconhecimento na relação jurídica, que conduz possibilidades de universalização e materialização de direitos, foi exposta pelas experiências individuais das famílias a partir da privação desses direitos e exclusão social em várias esferas, principalmente no âmbito da educação. Essa privação coloca em risco a integridade social dos sujeitos com deficiência e suas famílias, assim como compromete a participação na sociedade e, por conseguinte, sua relação de autorrespeito. Entretanto, todas as narrativas possuíam um fio condutor que as conectou a partir das suas experiências de desrespeito, privação de direitos e lutas por reconhecimento no âmbito da educação. Consequentemente, a educação se mostrou um fator primordial de (in)exclusão social e reconhecimento de direitos, imprescindível à

integridade social de seus filhos e filhas na sociedade. As trajetórias demonstraram que a educação possui um papel prioritário na perspectiva de futuro e inserção social de seus filhos e filhas e que a privação desse direito reforça a invisibilidade social.

Palavras-Chave: Narrativas; inclusão educacional; Angola; reconhecimento; exclusão social

EXPERIÊNCIAS LINGUÍSTICAS E SEXUAIS NÃO HEGEMÓNICAS: UM ESTUDO DAS NARRATIVAS DE SURDOS HOMOSSEXUAIS

Fabrício Santos Dias de Abreu; Daniele Nunes Henrique Silva; Patrícia Lima Martins Pederiva

Este trabalho, que tem como base os fundamentos teórico-metodológicos da Perspectiva Histórico-Cultural, propõe articular discussões sobre o desenvolvimento humano atípico e a diversidade sexual a partir de uma pesquisa com surdos homossexuais. A produção de conhecimento sobre a sexualidade das pessoas surdas é escassa e muitas vezes não problematiza assuntos voltados às orientações afetivo-sexuais destoantes do padrão hegemônico. As raras iniciativas de abordagem do tema focam a dimensão biológica e preventiva, voltada para a heterossexualidade, deixando de lado uma série de fatores relacionados à amplitude conceitual de sexualidade. Tais questões apontam para a necessidade de ampliação das investigações sobre essa temática, bem como sua interface com as políticas públicas de assistência e educação ofertadas pelo Estado. O foco desta investigação se ateve em analisar o que narram jovens surdos homossexuais masculinos proficientes em Língua Brasileira de Sinais sobre suas experiências afetivas e sexuais em uma trajetória linguística não hegemônica.

O percurso metodológico foi traçado segundo o materialismo histórico-dialético, e a composição de narrativas por meio de entrevistas semiestruturadas foi o recurso utilizado para a construção dos dados. Participaram do estudo três homens surdos, entre 20 e 26 anos, cisgêneros, pertencentes à classe média e residentes na região Centro-Oeste do Brasil, que assumem uma identidade bilíngue e se autodeclaram homossexuais. Com base na transcrição e no agrupamento temático dos dados, foram definidas duas categorias analíticas em resposta aos objetivos do estudo: a) narrativas sobre a primeira experiência sexual e b) a configuração (dramática) das trajetórias afetivosexuais de surdos homossexuais. As análises apontam que na relação eu-outro, marcada por regulações e parcerias, os sujeitos vão coconstruindo sua orientação sexual e suas dinâmicas afetivas. Para o estabelecimento de tais dinâmicas, a língua ocupa lugar central. Dessa forma, os surdos homossexuais preferem viver relações afetivas e sexuais com parceiros que comungam o mesmo sistema linguístico. Contudo, quando a relação afetivo-sexual ocorre com ouvintes, os surdos precisam traçar estratégias comunicativas particulares. Nessa linha, o uso de recursos tecnológicos se configura como um meio que facilita a comunicação e as aproximações iniciais entre surdos e ouvintes até o momento em que a surdez é revelada. Após a revelação, o ouvinte tende a se afastar do surdo e rompe o vínculo virtual estabelecido. Essa situação evidencia que esse grupo

minoritário ainda é visto sob a lógica do defeito — alguém que precisa ser normal, respondendo a um modelo hegemônico que tende a padronizar os sujeitos dentro de categorias fixas de desenvolvimento humano, língua e expressão sexual.

Palavras-Chave: Perspectiva Histórico-Cultural; Surdez; Homossexualidade; Língua de Sinais; Vigotski.

PROCESSOS DE (DES)HUMANIZAÇÃO EM "A METAMORFOSE" DE FRANZ KAFKA: ALIENAÇÃO, DEFICIÊNCIA E DISSOLUÇÃO DA INDIVIDUALIDADE

Fabrício Santos Dias de Abreu; Marina Teixeira Mendes de Souza Costa

Na novela "A Metamorfose" (2017), foco de análise deste resumo, escrita em 1912, Kafka tece uma narrativa cronológica a partir dos episódios familiares transcorridos após o metamorfismo de Gregor Sansa para um inseto monstruoso. A casa da família Sansa, espaço da individualidade e das sutilezas cotidianas, é o cenário escolhido para a ambientação da trama. A obra, dividida em três partes, é iniciada pelo ápice da transformação de Gregor, o foco é nas adaptações do personagem à nova configuração corporal e na receptividade da família e do seu patrão a sua atual condição. No segundo momento, há um deslocamento para as questões mais subjetivas e de ordem afetivo-emocional. Se no primeiro tínhamos um Gregor que matinha certa tranquilidade sem demonstrar abalos por ter se metamorfoseado isso se modifica e sua experiência passa a ser marcada pelo isolamento, desprezo e sofrimento psíquico. Por fim, acompanhamos o aniquilamento da potência de vida do personagem, que vai sendo corroído pela indiferença dos que o rodeiam até sua extinção. A leitura da obra torna possível mapear algumas metáforas que poderiam ser lidas, inicialmente, à luz do marxismo. Na parte inicial da narrativa, onde Gregor é metamorfoseado em algo abjeto, as pontes podem ser feitas no sentido de aproximação a discussão marxista sobre alienação, na qual as pessoas são distanciadas das características que lhe são próprias e daquilo que produzem, ocorrendo um afastamento das potências de vida e um ofuscamento da subjetividade. Uma outra via possível de análise para a novela são as discussões que envolvem as noções de deficiência, corpo e anormalidade. Notamos que o grande choque aleritário trazido na trama se constitui pelo fato da personagem principal ter uma aparência animalesca que o separa do universo dos humanos típicos. Logo nas primeiras páginas, Kafka nos descreve a transição para um corpo que precisa se adaptar por não mais corresponder as funções que outrora desempenhava. Diante disso, o foco se torna a anormalidade e na própria construção do texto de Kafka a alteração corporal do personagem é demarcada de forma excessiva e pormenorizada. Porém, em determinada parte há um deslocamento do corpo "defeituoso" para as tensões relacionais. É como se a anormalidade do corpo, descrita na primeira parte da trama, se transpusesse para um desequilíbrio das relações sociais. Gregor deixa de ser um sujeito social, com individualidades e subjetividades, e passa a ser um desviante – de conduta e corporal, em um total afastamento da sua dignidade enquanto sujeito. Podemos dizer que "A

Metamorfose" é uma metáfora dos subalternos e das violações a dignidade da pessoa humana. Kafka nos mostra que as relações humanas são transverzalizadas por mecanismos assimétricos de poder-dominação, em que as condições de vida de grupos em situações de exploração são destituídas de meios suficientes para uma sociabilidade plena e uma vivência emancipada.

KAFKA, F. (2007) A metamorfose. São Paulo: Companhia das Letras.

Palavras-Chave: Deficiência; Alienação; Franz Kafka; Literatura

PESQUISAS EM ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM REPOSITÓRIOS ACADÊMICOS COM LEITOR DE TELA

Jaqueline Costa Castilho Moreira; Maria Rita Rodrigues Cerqueira

Na Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), a acessibilidade é condição destinada a assegurar e promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoa deficiente, visando sua inclusão social e cidadania. Porém, a existência dessa normatização não tem garantido equidade em oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, por na práxis estar associada à transposição de obstáculos: arquitetônicos, comunicacionais, metodológicos, instrumentais, programáticos e atitudinais (Castanho, Freitas, 2006; Sassaki, 2009). Na trajetória dos estudos de alunos do nível básico ao superior, a acessibilidade envolve ainda os obstáculos pedagógicos, desde materiais disponíveis ao ensino, às metodologias para "aprendizagem", "pesquisas" e "apropriação de conhecimento". Assim, objetivando relatar as condições de acesso e acessibilidade de repositórios utilizados mais frequentemente por estudantes cegos ou com baixa visão no ensino básico; esta investigação de abordagem qualitativa enfocou as experiências de uma pesquisadora com cegueira adquirida na busca e recuperação de conteúdo em bases multidisciplinares: Wikipédia, Info Escola (link "navegando e aprendendo"), Yahoo, Bing, Google e o Google Acadêmico; exploradas através do leitor de telas NonVisual Desktop Access (NVDA), programa em código aberto, que possibilita a "leitura" do Windows, auxiliando a inclusão digital. Do conjunto dos princípios de acessibilidade digital, foram seguidos os critérios brasileiros e nomeados os itens: "marcação de conteúdo" (link clicável, que avisa o usuário que naquela aba existe um conteúdo); "tamanho da área de toque", "contraste de texto e cores e opção de ampliação inclusive de sons", "descrição das imagens por texto ou som" e "interação com a base de dados". A acessibilidade pedagógica das bases foi avaliada em seis tarefas: a primeira quanto à execução de uma busca simples sobre tema aleatório; a segunda referia-se a uma busca avançada utilizando estratégias e filtros (operadores booleanos, indexadores, etc.); a quantificação das recuperações e a leitura dos títulos por meio do NVDA; a averiguação da existência de um botão/ícone indicativo de download e por fim, o acesso para se baixar o texto escolhido. Foi utilizado um notebook Acer, com NVDA e navegador Chrome, sendo que o procedimento metodológico foi realizado no primeiro semestre de 2018. Após a vivência de pesquisa,

houve a associação de um conceito: ruim (R), satisfatório (S), bom (B) e excelente (E). Os resultados apontaram que todas as bases apresentaram “marcação de conteúdo”. No oferecimento de “área de toque”, a Wikipédia foi à única que não atendeu a disposição de apresentar os links um em baixo do outro. Quanto ao “contraste” e “ampliação”, o Google acadêmico apresentou esses quesitos, conceituado como “B” em ambos. No item “Descrição das imagens por texto ou som”, o Google acadêmico obteve o conceito “S”. Em relação à “interação com a base de dados”, todas receberam “B”. Como considerações finais tem-se que mesmo com ferramentas de análise automática e estudos nacionais sobre o assunto, existe a necessidade de instrumentalizar os alunos de ensino básico em competências informacionais, assim como as bases devem adequar-se e possibilitar interlocução com aqueles que vivenciam de fato, as condições e as dificuldades da inclusão na educação pela acessibilidade pedagógica.

Palavras-Chave: Inclusão, deficiência visual, ensino básico, bases de dados, competências informacionais

"ACESSIBILIDADE": UM RECURSO EDUCACIONAL DE INTERAÇÃO DIGITAL VOLTADO À INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Jaqueline Costa Castilho Moreira; Maria Rita Rodrigues Cerqueira

A discussão sobre inclusão no ensino superior brasileiro perpassa pela retrospectiva histórica das normatizações sobre o acesso do cidadão a Educação. Até o final da década de 1980 o ingresso nesse grau significava certa distinção social, já que não era possibilitado a todos. Com a promulgação da educação como um dos direitos sociais pela Constituição Brasileira de 1988, esse cenário foi lentamente sendo modificando. Colaborou a Lei n° 12.711 (Brasil, 2012) que trata do sistema de cotas na educação superior, embora já discricionária em leis anteriores à reserva de vagas destinadas a pessoas com algum tipo de deficiência. Se por um lado existe o discurso em relação à garantia de acesso, por outro é necessário entender se realmente existe suporte e/ou apoio por parte das instituições de ensino que efetivamente incluam, assegurem e permitam a permanência desses estudantes até a conclusão da graduação. Este texto relata a criação do ACESSAbilidade, neologismo que nomeia uma proposta de interação digital incrementada pelo uso de tecnologia voltada à Educação, permitindo a continuidade no tempo e no espaço de comunicação entre os estudantes público alvo da educação especial (pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou com superdotação e/ou altas habilidades) no ensino superior. O objetivo do ACESSAbilidade é promover discussões e ações contínuas que possibilitem a inclusão e a permanência desse público no ensino superior da região de Presidente Prudente (SP).O procedimento do estudo envolveu um mapeamento do número de graduandos com deficiência em quatro universidades da cidade em 2017, totalizando vinte estudantes em uma cidade com 225.271

habitantes no corrente. Fazia parte da gênese do projeto inicial, possibilitar que esses estudantes pudessem envolver-se ativamente na investigação como pesquisadores e não apenas como amostra. Entretanto, o interesse em participar sem uma perspectiva de efetiva mudança, o ir em outro momento no espaço da faculdade, o gasto com o trajeto, o próprio trajeto não acessível até o local acessível, tornaram inviável essa ideia. Dessa forma foram desenvolvidos fóruns virtuais para o intercâmbio objetivado. Após inúmeros convites, e embora fóruns sejam bons modelos de interação para públicos segmentados (pessoas que buscam soluções técnicas de algum problema de equipamento, pessoas que procuram respostas para dúvidas de conceito, de modo de fazer, entre outros via internet); para as pessoas com deficiência no ensino superior, os fóruns não funcionaram. Foi então criada uma página no facebook: ACESSAbilidade, dedicada às pessoas com necessidades especiais, profissionais de diversas áreas que trabalham com elas, a comunidade em que estão inseridas e a todas as pessoas interessadas. Inicialmente foram apenas dez inscritos em 2017, chegando na atualidade à 483 seguidores. No entanto, a interação efetiva sobre os problemas educacionais e a inclusão, ainda continua pequena. Como considerações acredita-se que o ACESSAbilidade aos poucos venha representar uma forma de utilização das redes comunicacionais e da tecnologia capaz de estabelecer elementos de equiparação, que colaborem com o paradigma da inclusão nos vários níveis de ensino.

Palavras-Chave: Educação especial, acessibilidade, redes sociais, obstáculos pedagógicos, relato de experiência

SOCIODRAMA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA - ESPERANÇA DE INCLUSÃO

Luzia Mara Lima-Rodrigues

O Sociodrama é uma metodologia que utiliza técnicas dramáticas e teatrais para “a investigação da verdade por meio da ação” (Moreno, 1975). Dito de uma forma bastante simples, na metodologia educacional sociodramática, o tema a apresentar ou a compreender é abordado de forma prática, ativa, usando para isto a dramatização de uma cena, um jogo dramático, a exploração de um conceito através de imagens construídas com o corpo ou com objetos (recortes de revistas, bonecos, panos, pintura, escultura e diversos outros recursos), o role-play e outras variadas técnicas de ação. Este é o relato de uma experiência ocorrida no Mestrado em Educação Especial da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no Mestrado em Educação Pré-Escolar e na Pós-Graduação em Educação Especial da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, em Portugal, onde o Sociodrama foi utilizado como metodologia de ensino nas três turmas. Nos três os casos, o Sociodrama foi utilizado para desenvolver o papel do profissional que trabalha diretamente com crianças pequenas, para aumentar a empatia entre esses profissionais e a criança e suas famílias e para refletir sobre as formas multifacetadas de exclusão que ocorrem nos ambientes educacionais. Foram realizadas avaliações qualitativas nas

turmas, onde alguns alunos são professores experientes (Pós-Graduação e Mestrado em Educação Especial) e outros estão em formação (Mestrado em Educação Pré-Escolar). Como aspectos positivos da utilização do Sociodrama como metodologia, destacaram-se: a motivação para a aprendizagem, a interação entre os pares, o desenvolvimento de ações educativas mais "precisas" decorrentes da simulação de cenas em contexto pré-escolar, a consciência da exclusão e a profundidade e complexidade das reflexões que se seguem às aulas onde o Sociodrama é utilizado. Como aspectos menos positivos, os alunos apontaram: o longo tempo necessário para uma "aula" onde se utiliza o Sociodrama, a falta de treinamento específico para aplicar a metodologia com segurança e a dificuldade de aplicar o Sociodrama com crianças pequenas quando não há presença de outro adulto para apoiar o decorrer da aula. Essa experiência confirma a relevância da utilização do Sociodrama como metodologia tanto para a formação de educadores, quanto para o desenvolvimento profissional desses educadores especificamente como agentes de Inclusão. Confirma também a necessidade de formação específica e o maior tempo necessário para uma "aula sociodramática", em comparação com outras metodologias menos ativas.

Abstract: Sociodrama is a methodology that uses dramatic and theatrical techniques aimed at "investigating the truth through action" (Moreno, 1975). In summary, in the sociodramatic educational methodology, the theme to be presented or understood is approached practically and actively, using the dramatization of a scene, the dramatic play, the exploration of a concept through images built with the body movement or with objects (clippings from magazines, dolls, clothes, painting, sculpture, and several other resources), role-play and other varied action techniques. This is the report of an experience that took place in the Master in Special Education at the Lusófona University of Humanities and Technologies, at the Master in PreSchool Education and the Post-Graduation in Special Education at the School of Education of the Polytechnic Institute of Setúbal, Portugal, where Sociodrama was used as a teaching methodology in the two groups. In the 3 cases, Sociodrama was used to develop the role of the professional who works directly with young children, to increase empathy between these professionals and the child and their families, and to reflect on the multifaceted forms of exclusion that occur in educational environments. Qualitative assessments were carried out in the three groups, where some students are experienced teachers (Postgraduate and Master in Special Education) and others are in training (Master in Preschool Education). As positive aspects of the use of Sociodrama as a methodology, the students stressed the following: the motivation for learning, the interaction between peers, the development of more "accurate" educational actions resulting from the simulation of scenes in preschool contexts, the awareness of exclusion and the depth and complexity of the reflections that follow the classes where Sociodrama is used. As less positive aspects, the students pointed out: the long time necessary for a "class" where Sociodrama is used, the lack of specific training to apply the methodology safely, and the difficulty of applying Sociodrama with young children when there is no presence of another adult to support the class. This experience confirms the relevance of using Sociodrama as a methodology both for the training of educators and for the professional development of these educators specifically as agents of Inclusion. It also confirms the need for specific training in Sociodrama and the longer time needed for a "sociodramatic class", compared to other less active methodologies.

Palavras-Chave: Sociodrama; Inclusão; Educação de Infância; Formação de Professores.

Keywords: Sociodrama, Inclusion, Preschool Education, Teacher Education.

SUPORTE FAMILIAR: PERSPETIVAS PORTUGUESAS E MOÇAMBICANAS SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Evelyn Santos; Paula Vagos; Dayse Neri de Souza; Paula Santos; Bianca Gerente

A literatura científica tem vindo a reiterar que a participação da família em ações no meio escolar apresenta resultados académicos e sociais positivos para estudantes do ensino secundário (Felizardo, 2010). Na perspetiva de estudantes universitários com Necessidades Educativas Especiais (NEE), o apoio familiar é essencial para o ingresso e a permanência no ensino superior (Santos, 2014). Este suporte vai além das situações visíveis de participação, centrando-se na importância da promoção e resolução das necessidades de equilíbrio físico e emocional (Pereira, 2006), bem como educacional, pois são os familiares que possuem maior conhecimento sobre as fragilidades e potencialidades destes estudantes (Rodrigues, et al., 2015) e a inclusão centra-se em responder a estas NEE, já que estes estudantes apresentam maior risco de dificuldades académicas e de adaptação (Moreira, et al., 2015). Este estudo, de natureza qualitativa, tem como objetivo conhecer as perceções de colaboradores de Instituições de Ensino Superior (IES) portuguesas e moçambicanas sobre o papel do suporte familiar para o ajustamento de estudantes com NEE. Os participantes foram contactados por meio de um inquérito online, à vista de favorecer a recolha de dados à distância. Este inquérito foi elaborado com questões fechadas, abertas e escala de Likert, na qual foi composto por diferentes dimensões, além de uma caracterização pessoal, profissional e sociodemográfica. As questões foram sujeitas a uma validação interna, junto das orientadoras científicas do estudo e a uma validação externa, por dois colegas investigadores. Foram recebidas as respostas de 100 colaboradores de IES públicas e privadas, sendo 10 participantes de Moçambique (MZ) e 90 de Portugal (PT). Os dados qualitativos foram tratados abarcados na técnica de análise de conteúdo, com apoio do software de análise qualitativa webQDA e os dados quantitativos, a partir de uma análise descritiva, com apoio do pacote estatístico SPSS. Os resultados evidenciaram que o suporte familiar é percecionado mais como uma dimensão potenciadora (19 referências MZ/133 refs PT) do que como desafiadora (6 refs MZ/11 refs PT), pois a família contribui para o suporte psicológico, social e académico (14 refs MZ/39 refs PT), incentivando o início e a continuidade da trajetória académica, é a base e o apoio imprescindível (4 refs MZ/75 refs PT) e estabelece parceria com as IES (1 ref MZ/19 refs PT). Verificou-se que as IES não possuem nenhum programa e/ou ação para auxiliar e/ou informar os familiares dos estudantes com NEE na fase de acesso. Apesar deste suporte aos familiares não ser

verificado, visto que de uma forma global as famílias são o principal apoio dos estudantes, porém o mais descuidado (Santos, Gonçalves, Ramos, Castro, & Lomeo, 2015), os respondentes, em sua maioria, acreditam e acreditam muito que esta é mais uma estratégia que pode potenciar a inclusão no Ensino Superior e por isso, poderá ser uma iniciativa pensada e planeada institucionalmente.

**Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT, I.P., no âmbito do projeto UID/CED/00194/2019.

Palavras-Chave: Inclusão; Suporte Familiar; Ensino Superior; Portugal; Moçambique.

"PARA A ESCOLA E MAIS ALÉM…"

Helena Carona

Esta comunicação pretende apresentar a visão de uma mãe e presidente de direção de uma associação para pessoas com deficiência – INCLUIR - , apoiante acérrima da inclusão de todas as crianças na escola pública, do que considera essencial para a INCLUSÃO na escola e em todas as fases/áreas da vida da criança/adolescente/jovem/adulto com deficiência e sua família. O objetivo será evidenciar o que de positivo se faz e também o muito que ainda há para fazer para que a pessoa com deficiência seja olhada como cidadão e não como especial e os elementos da família como cidadãos e não como super-…

A Inclusão começa na atitude da família. Quando uma criança com deficiência chega à escola, a forma como a família lida com a deficiência é essencial para o sucesso da inclusão da criança/adolescente/jovem na escola. Não posso pensar que o/a meu/minha filho/a tem mais ou menos direitos que os outros. Não! Tem exatamente os mesmos direitos! Não podemos olhar a família do/as aluno/as com deficiência como sendo "os coitados" ou os Super, porque não são!

São exatamente iguais a qualquer outra família! A escola tem de se envolver com a família de uma forma positiva e não incutindo o receio! Todo/as temos de nos sentir seguro/as e com direito a reclamação! Ninguém é perfeito! Não são o/as professor/as, não são o/as assistente/s operacional/ais, não são o/as aluno/as, não são as famílias …

Mas temos de o admitir: Temos falhas e temos de as corrigir! Pode levar algum tempo? Claro! Mas temos de começar por algum lado. Mas, quando é necessário, a escola também tem de se envolver assertivamente para que o/a aluno/a não seja prejudicado/a pela família. Alguns exemplos:

Não podemos olhar para um/a aluno/a cuja higiene oral está de tal modo degradada que implica a diminuição drástica da sua qualidade de vida – a escola tem de intervir assertivamente!

Não podemos olhar para um/a aluno/a que não vai a lado algum com o/as colegas porque a família não quer – já lhe perguntaram se ele/a quer? – a escola tem de intervir assertivamente! Estamos todo/as no mesmo barco cujo objetivo é levar a bom porto todo/as o/as aluno/as. Esta forma de estar tem de ser pandémica! Não somos todos iguais! Ainda bem! Temos todos os mesmos direitos! Sim, mas da mesma forma? Não! A equidade é essencial na aplicabilidade dos direitos a todos os cidadãos!

Todos temos o direito de nos sentir PESSOAS, HUMANOS, CIDADÃOS ….

Palavras-Chave: Inclusão; Equidade; Humanitude; Deficiência; Escola

DA EDUCAÇÃO ESCOLAR À APRENDIZAGEM PARA A INCLUSÃO: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

Lúcia Ferreira; Ana Cotovio

O Fórum Mundial de Educação (2015) inspirado numa visão humanista da educação e do desenvolvimento, baseada nos direitos humanos e na dignidade, na justiça social, na inclusão, na diversidade cultural, linguística e étnica, na responsabilidade e na prestação de contas compartilhadas, fixou uma agenda para cumprir o ODS4 "Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

Em 2017, na cimeira de Gotemburgo, a Comissão Europeia proclama o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, defendendo que «Todas as pessoas têm direito a uma educação inclusiva e de qualidade, a formação e aprendizagem ao longo da vida, a fim de manter e adquirir competências que lhes permitam participar plenamente na sociedade e gerir com êxito as transições no mercado de trabalho.» E em 2018, a mesma Comissão apresentou medidas que incidem nas competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, competências digitais e valores comuns e educação inclusiva, assegurando uma educação de qualidade para todos os alunos.

Em Portugal, as recentes demandas legislativas [Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória (2017), o Decreto-Lei n.º 54/2018 e o Decreto-Lei n.º 55/2018] concorrem na adoção de medidas internacionalmente aceites como respostas mais adequadas a uma educação para a inclusão. Apesar de já se terem alcançado metas importantes no acesso à frequência das crianças e jovens com necessidades educativas especiais nas escolas regulares, será que as nossas escolas desenvolvem nos alunos o conjunto certo de aptidões e competências para que estes, posteriormente, possam manter um nível de vida digno, enfrentar o mundo do trabalho cada vez mais incerto e fomentar a coesão social à luz de uma sociedade inclusiva e solidária? Estarão as nossas escolas a preparar todos os alunos para a exigência das literacias digitais para a vida e para o trabalho, como a sociedade atual o exige? Estarão os nossos alunos a desenvolver, na e/ou fora da escola, competências de empreendedorismo, cívicas e sociais que lhes garantam níveis de resiliência e capacidade de adaptação à mudança?

Pretende-se aqui fazer uma análise reflexiva-comparativa entre as políticas educativas atuais para a inclusão e as práticas do que se vai fazendo e do que poderá vir a fazer-se nas nossas escolas.

Concluiu-se que é necessário providenciar mudanças: no currículo, numa abordagem global do desenvolvimento, investindo nas competências básicas (múltiplas literacias), na capacidade de resolução de problemas, espírito crítico, capacidade de cooperação, criatividade, pensamento computacional e autorregulação; na organização da escola, com a criação de ambientes de aprendizagem mais flexíveis,

adaptados às necessidades individuais; e disseminar práticas educativas assentes na autonomia e responsabilidade dos alunos, no trabalho de e por projetos para a resolução de problemas reais, numa formação na e fora da escola, no estreitar de laços com outras comunidades de aprendizagem europeias. E, assim, se ir concretizando, ao longo da vida, a inclusão de todos e de cada um, de modo a permitir a participação efetiva na vida cívica e democrática, o respeito pela diversidade de talentos, a solidariedade e a compreensão intercultural.

Palavras-Chave: Inclusão, aprendizagem baseada na resolução de problemas/PBL – problem-based-learning, empreendedorismo, literacia digital, autonomia e responsabilidade

PROFESORADO UNIVERSITARIO: PROTAGONISTAS DE LA INCLUSIÓN EDUCATIVA DEL ALUMNADO CON DISCAPACIDAD

Beatriz Morgado Camacho; Maria Leonor Borges dos Santos Terrem

El alumnado universitario con discapacidad se encuentra con numerosas barreras. Éstas han sido identificadas por el propio alumnado (Clouder, Adefila, Jackson, Opie, & Odedra, 2016; Fuller, Healey, Bradley & Hall, 2004; Hopkins, 2011), y por los técnicos de los servicios de apoyo a la discapacidad (Fossey et al., 2017). Una barrera importante, desde la voz del alumnado, es la actitud negativa de algunos profesores hacia la discapacidad (Dowrick, Anderson, Heyer, & Acoster, 2005; Leyser, Greenberger, Sharoni, & Vogel, 2011; Strnadová et al., 2015). Dicha actitud, les llevaba a ser menos comprensivos con sus necesidades y derechos, así como a mostrarse muy reacios para realizar los ajustes razonables que necesitaban, tales como facilitarles el material de la asignatura con antelación, permitirles grabar las clases, el uso de pizarras blancas -a pesar de tener estudiantes con discapacidad visual-, o vídeos sin subtítulos (Dowrick et al., 2005; Strnadová et al., 2015). Tanto los técnicos (Fossey et al., 2017) como los estudiantes con discapacidad (Murray, Wren, & Keys, 2008), constatan que cuando el profesorado muestra una actitud positiva hacia este alumnado ésta les resulta muy beneficiosa y de gran ayuda. Igualmente, la realización de ajustes razonables son otro punto clave para facilitar la inclusión de los estudiantes con discapacidad, tanto desde el punto de vista de los técnicos (Fossey et al., 2017) como del propio alumnado con discapacidad (Fuller et al., 2004). Por último, otros estudios han concluido que el buen uso de las tecnologías de la información es otro elemento que puede favorecer la educación inclusiva en el ámbito universitario.

Con este trabajo se persigue (i) analizar la actitud del profesorado en relación al alumnado con discapacidad; (ii) conocer los ajustes razonables que son necesarios realizar en las aulas universitarias, y (iii) analizar cómo es el uso de las tecnologías de la información en el ámbito de la docencia universitaria para favorecer la educación inclusiva. En el estudio participaron 8 técnicos de los servicios de siete

universidades y 44 estudiantes con discapacidad de una universidad. Y se siguió una metodología biográfico-narrativa de corte cualitativo.

Los resultados de este trabajo permiten identificar ciertos aspectos que, desde la perspectiva de los estudiantes y los técnicos, facilitan y dificultan la educación inclusiva en la universidad. Se destaca al profesorado como protagonistas de la inclusión de este alumnado, (actitud, información, formación) la importancia de realizar en ocasiones ajustes razonables en las asignaturas para atender a las necesidades de este alumnado (facilitar material con antelación, en diferentes formatos, etc.) y del uso de las herramientas tecnológicas (plataforma virtual, etc.) que facilitan la accesibilidad de los materiales y la información. Se discuten los resultados obtenidos al hilo de los hallados previamente en otros trabajos y de acuerdo con Getzel (2008), se concluye que el profesorado necesita asesoramiento y formación con el objeto de conocer las características y necesidades del alumnado con discapacidad, metodologías docentes inclusivas y partir de los supuestos del diseño universal de aprendizaje, de ese modo, podrá ofrecer una atención adecuada a su alumnado con discapacidad..

Palavras-chave: discapacidad, universidad, actitud del profesorado, ajustes razonables, herramientas tecnológicas, educación inclusiva

INTERVENÇÃO PRECOCE INCLUSIVA – ALMADA, UM CONCELHO "IN"CLUSIVO

Dina Pereira

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) foi criado na sequência da filosofia defendida na Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e no âmbito do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, através da publicação do Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de outubro, que apresenta como principal objetivo, no seu artigo 1.º:

"(...) garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso de desenvolvimento. "

Este sistema multidimensional, integra serviços e profissionais de diferentes Ministérios no âmbito da educação, saúde e ação social, orientando-se pelas necessidades das crianças e das famílias, nos contextos socioculturais em que estão inseridos. A resposta a cada criança deve ser desenhada através da criação de programas de intervenção que se baseiem nas prioridades estabelecidas por cada família e contextualizadas nos ambientes naturais, onde são optimizadas oportunidades de aprendizagem. São grandes objetivos da intervenção precoce promover ambientes de desenvolvimento pessoal, dotar as famílias de competências de intervenção e fomentar a sua inclusão social. A intervenção deve ser realizada o mais precocemente possível, uma vez que nos primeiros anos de vida a neuroplasticidade é considerável(capacidade do sistema nervoso se alterar consoante os estímulos que recebe) oferecendo à

criança oportunidades de desenvolvimento importantes. O processo de intervenção deve partir sempre de relações de confiança estabelecidas com a criança e com a família, partilhando informação. O envolvimento da família nos processos de avaliação, definição de objetivos e intervenção é fundamental para a elaboração de Planos Individuais de Intervenção Precoce (PIIP) que se desejam ser de sucesso. O PIIP é elaborado com base na avaliação da criança no seu contexto familiar, identificando os recursos e necessidades e definindo as medidas e ações a desenvolver, apoios a prestar, incluindo a elaboração de processos de transição ou de complementaridade entre serviços e instituições, numa perspetiva inclusiva. A Equipa Local de Intervenção de Almada considerou a estruturação do PIIP nos seguintes pressupostos: definição operacional e monitorização dos objetivos, identificação dos comportamentos a desenvolver e atividades a realizar, utilização de procedimentos de análise de tarefas, avaliação regular do desenvolvimento da criança e utilização dos registos de progressão no planeamento da intervenção. Pretende-se apresentar alguns dados estatísticos, sobre a realidade da intervenção precoce no concelho de Almada, inferindo o peso da sua ação na vida das famílias atendidas, bem como contextualizá-los na diversidade cultural e social de comunidades que se pretendem inclusivas.

Palavras-Chave: Intervenção Precoce, Inclusão, Envolvimento familiar, Diversidade

100 DIFERENÇAS: GRUPO DE SUPORTE PARA PAIS E FAMILIARES DE CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Patrícia Marques; Joana Catarino

No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre o CRI da Cercitop, Crl. e o AE Lapiás, desenvolvemos um projeto com pais, familiares e/ou cuidadores de crianças ou jovens que frequentam ou frequentaram o AE Lapiás. Este projeto, designado “100 DIFERENÇAS”, surgiu como resposta a uma necessidade identificada ao longo dos vários contactos efetuados com os pais dos alunos apoiados pelo CRI, que, pelo grau de complexidade das dificuldades e potencialidades associadas a cada situação, colocam um conjunto de desafios, tanto no acesso como na participação por parte destes alunos aos diversos contextos de vida, e teve, assim, como objetivo apoiar e intensificar a capacidade da escola na inclusão de todos os alunos através da criação de uma rede de suporte social que capacitasse e fortalecesse as famílias com crianças e/ou jovens com necessidades específicas de aprendizagem. De uma forma mais específica, tivemos como objetivos: facilitar a manutenção de uma rede social de apoio na comunidade; melhorar o conhecimento e partilhar dúvidas acerca da educação inclusiva e recursos existentes na comunidade; integrar a família no processo educativo; promover estratégias de prevenção do stress e processos de burnout nas famílias; ajudar os pais nas transições ao longo do percurso escolar; capacitar as famílias para a promoção da autonomia e inclusão das crianças e jovens; promover e facilitar

a transição para a vida pós-escolar; e dar a conhecer oportunidades e respostas da comunidade que proporcionem a participação na vida ativa.

Foram tidos em consideração como modelos explicativos fundamentais os modelos relacional e ecológico, uma vez que os princípios e referências teóricas subjacentes ao modelo de atuação dos CRI's se operacionalizam numa compreensão relacional assente numa abordagem ecológica e sistémica. Assim, a ideia consistiu em deixar emergir, a partir de sessões de grupo dinamizadas pela psicóloga e pela terapeuta ocupacional, as representações, questões, dúvidas, e estratégias usadas pelos pais/cuidadores acerca das vivências, sentimentos, esperanças, e medos que experienciam. As sessões decorreram mensalmente entre outubro de 2018 e maio de 2019, das 18:00 às 20:00, na última sexta-feira de cada mês, na escola-sede do Agrupamento. Para a avaliação do projeto construímos um questionário de satisfação, e um questionário de atitudes face ao bem-estar. Os resultados da avaliação da satisfação indicam que, maioritariamente, os participantes se sentem muito satisfeitos quanto à estrutura do projeto e quanto à metodologia usada, e satisfeitos quanto à relação das técnicas com os participantes e quanto à utilidade destes encontros. Apenas a duração do projeto reúne respostas menos satisfatórias relacionadas com a frequência dos encontros, uma vez que os participantes revelaram pretender mais encontros ao longo do ano letivo. Relativamente às atitudes, todos os participantes consideraram muito importante o estabelecimento de parcerias entre a Escola/CRI/Famílias, e sentem-se muito motivados para participar e/ou manter o grupo de suporte criado. Da mesma forma, todos os participantes consideraram que o bem-estar dos pais e das famílias contribui para o desenvolvimento dos seus filhos, e a grande maioria considera que adquiriu conhecimentos/informações relevantes para a tomada de decisões acerca do seu educando.

Palavras-Chave: Inclusão; família; crianças; recursos; comunidade

COOPERAÇÃO ENTRE DOCENTES: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO

Marta do Nascimento; Maria Odete Emygdio da Silva

A inclusão é antes de mais uma questão de Direitos Humanos. Com a inclusão todos têm de estar na escola por direito, a própria inclusão é um direito por si só. Tal como referido na Declaração de Salamanca (1994), a inclusão não deverá ser vista apenas para as pessoas portadoras de deficiência, mas deverá ser um processo de todos e para todos. A cooperação entre os docentes do Ensino Regular e os de Educação Especial torna-se imprescindível, no sentido de contrariar a lógica de trabalho individual que, quase sempre, tem caracterizado a prática profissional dos professores. Para que a educação seja efetivamente inclusiva é, assim, fundamental que a cooperação entre docentes seja entendida por estes como um bem-comum que beneficia todos, professores e alunos, em particular os que têm mais dificuldades. Através de práticas educativas e cooperativas, procura-se estimular a responsabilidade social dos seus atores. A

cooperação implica a partilha de objetivos que são comuns a todos os membros da equipa e pressupõem a participação ativa de duas ou mais pessoas, que assumem o compromisso de trabalhar em conjunto, com vista a alcançar objetivos discutidos e estabelecidos no seio de uma equipa. Desta forma, nesta proposta de investigação, e sabendo-se que a cooperação entre docentes é fundamental para a inclusão de alunos com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais, que estratégias de cooperação desenvolvem os professores do 1º CEB com os seus colegas de educação especial na escola. A investigação que desenvolvemos, intitulada "Cooperação entre Docentes: Um Caminho para a Inclusão", tem como objetivo geral avaliar estratégias de cooperação implementadas por professores do Ensino Regular e de Educação Especial, no 1º CEB e, como objetivos específicos, identificar estratégias de cooperação que estes professores implementam; perceber como as planificam e reformulam, bem como perceber como as selecionam. Este estudo, de natureza qualitativa, que tem como técnicas e instrumentos de recolha de dados, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada, envolverá 9 professores do Ensino Regular do 1º CEB, 4 docentes de Educação Especial, e 4 professores cooperantes, de uma instituição educativa considerada inclusiva.

Palavras-Chave: Cooperação entre docentes, Inclusão, Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA TEORIA ÀS PRÁTICAS NUMA INSTITUIÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Manuel António Ramalho Ventura; Maria Odete Emygdio da Silva

Vários autores de referência (Ainscow, M. (1995), Tomlinson, C. (2008), Stainback, S e Stainback, W. (2007), Silva, M.O.E. (2011)) bem como legislação vigente sobre a educação, transportam-nos para o entendimento que estamos num paradigma novo que é o da educação inclusiva. A educação inclusiva implica uma nova ideia de se conceber e viver a escola, já que a cultura, as políticas e as práticas têm de ser inclusivas e estarem devidamente interiorizadas por toda a comunidade educativa. Se isto não acontecer, poderá correr-se o risco de se excluir e não incluir. Os docentes têm um papel fundamental na implementação desta nova conceção de escola, pois a educação inclusiva exige que se trabalhem todos os alunos que estão na sala de aula, como um todo, respeitando as potencialidades de cada um como ponto de partida para a aprendizagem e para o sucesso. Nesse sentido, destaca-se a diferenciação pedagógica inclusiva enquanto modelo pedagógico a promover. A intenção desta investigação prende-se com o facto de se analisar se esta transformação em educação está a acontecer em quatro escolas que pertencem a uma instituição do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social e que na sua génese são escolas inclusivas. Apesar de assistirmos a esta conceção de educação, a cultura das escolas que constituem a instituição X é pró-inclusiva? Os valores matriciais da instituição são valores para a inclusão? As práticas pedagógicas que se implementam vão no sentido da educação inclusiva?

Objetivos: 1. Avaliar se a prática educativa em 4 escolas, da instituição X, é inclusiva. 1.1. Identificar fatores relativamente à cultura das escolas. 1.2. Perceber se e a instituição X implementa políticas inclusivas. 1.3. Perceber como os atores intervenientes entendem as práticas inclusivas.

Método, Quantitativo.

Participantes: 480 alunos pertencentes à mesma instituição, mas a escolas diferentes, 4 docentes de educação especial, 12 docentes, encarregados de educação (ainda por definir o número), 4 diretores de estabelecimento.

Técnicas e instrumentos: Questionário.

Palavras-Chave: Educação inclusiva, diferenciação pedagógica inclusiva

O PROJETO "PROMOVER A LEITURA E A ESCRITA" COMO PROMOTOR DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Paula Marisa Fortunato Vaz; Carlos Manuel da Costa Teixeira

"Erradicar a pobreza extrema e a fome" é o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, definidos em 2000. Por sinal, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015), apresentados como sendo as prioridades e aspirações globais para 2030, o primeiro reitera o desejo de "Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares". O valor da educação enquanto agente de mobilidade social e, dessa forma, como condição fundamental para a saída dos ciclos de pobreza está atestado por uma plêiade de estudos. O presente poster dá a conhecer o projeto "Promover a Leitura e a Escrita", iniciado no ano letivo 2018/2019, incluído no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, que está a ser implementado nos onze agrupamentos de escolas da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM). Trata-se de um projeto de capacitação de Educadores de Infância e de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico com vista à promoção e desenvolvimento das suas práticas educacionais, ao desenvolvimento de competências de leitura e escrita nas crianças envolvidas e à promoção do seu sucesso escolar. Salientam-se como objetivos: (1) Desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, no âmbito das competências de leitura e escrita, capaz de promover o sucesso escolar de Todos os alunos; (2) Detetar precocemente problemas de leitura e escrita e intervir com eficácia nestes problemas; (3) Conceber e realizar ações promotoras do desenvolvimento de competências de leitura e escrita, com recurso a suportes analógicos e digitais; (4) Trabalhar colaborativamente nos processos de construção de saberes e práticas promotores do sucesso escolar; (5) Refletir acerca dos processos pedagógicos desenvolvidos, promovendo abertura à inovação e à mudança de práticas, numa perspetiva de desenvolvimento profissional e de promoção de uma ação que vá ao encontro de Todos os alunos, ou seja de uma Educação Inclusiva. A ação a desenvolver promoverá a articulação entre o trabalho em sessões presenciais e o apoio à distância pelo recurso a uma plataforma digital, havendo uma valorização da partilha de experiências pedagógicas e de materiais

produzidos pelos profissionais envolvidos. Neste sentido, far-se-á um investimento num modelo com caraterísticas de Investigação-Ação, conducente à criação de uma dinâmica de trabalho prático e reflexivo acerca do desenvolvimento de um conjunto de estratégias que serão implementadas em contexto, entre cada uma das sessões presenciais e, posteriormente, analisadas conjuntamente. O projeto desenvolver-se-á em três fases: (1) Avaliação das competências de leitura de crianças a frequentar o último ano da educação pré-escolar e de alunos do 1.º ciclo do ensino básico dos agrupamentos de escolas dos concelhos da CIM-TTM; (2) Realização de ações pedagógicas promotoras da aquisição e desenvolvimento de competências de leitura e escrita; (3) Avaliação e divulgação dos resultados. Espera-se que este projeto tenha impacto, ao nível do sucesso escolar das crianças envolvidas, nomeadamente das crianças detetadas como estando em potencial risco na aprendizagem da leitura e da escrita e, também ao nível da capacidade de os educadores/professores detectarem precocemente problemas de leitura e escrita e intervirem atempadamente nesses problemas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento profissional, Educação Inclusiva, Risco na leitura e na escrita, Intervenção

ESTUDO COMPARATIVO DAS REPRESENTAÇÕES MATERNAS EM DÍADES COM BEBÉS DE TERMO, PRÉ-TERMO E EXTREMO PRÉ-TERMO

Ana Rita Almeida; Rute Casimiro; Sandra Antunes; Maria João Alves; Joana Lopes; Camila Ribeiro; Margarida Santos; João Moreira; Marina Fuertes

As representações das mães acerca dos seus bebés e da maternidade têm sido associadas à vinculação e ao desenvolvimento subsequente do bebé (e.g., Benoit, Parker, & Zeanah, 1997; Fuertes, Faria, Fink & Barbosa, 2011, Kochanska, 1998; Zeanah, Benoit, Hirshberg, Barton, & Regan, 1994). Deste modo, o estudo das representações maternas ganhou importância tanto no campo da investigação na área da relação mãe-filho(a) como na intervenção na maternidade de risco. No caso das mães dos bebés pré-termo (e quando comparadas com as mães dos bebés de termo) verifica-se que estas mães representam o temperamento dos seus filhos de modo menos positivo (e.g., Cox, Hopkins, & Hans, 2000). Todavia, as mães portuguesas dos prematuros, são mais otimistas relativamente às suas capacidades de se relacionarem com os seus bebés (Fuertes et al., 2011). Tendo em conta a pertinência do campo de estudos, quisemos conhecer mais as representações das mães dos bebés nascidos antes das 32 semanas e em risco de problemas de saúde e desenvolvimento, âmbito raramente estudado. No intuito de investigar essas representações procurou-se comparar 40 díades com bebés de extremo pré-termo (idade gestacional inferior a 32 semanas), 40 de pré-termo (nascidos com 32 a 36 semanas de idade gestacional) e 40 de termo (idade gestacional superior a 37 semanas). Para o efeito, as mães foram entrevistadas nas primeiras 72 horas após o nascimento dos seus bebés acerca da gravidez, parto, nascimento antecipado,

maternidade e expectativa sobre o futuro desenvolvimento do bebé. Os resultados indicam que as mães dos prematuríssimos descrevem as experiências da gravidez e parto como traumáticas e as mães dos prematuros como uma experiência causadora de ansiedade. As mães dos prematuros estão preocupadas com a saúde e desenvolvimento dos seus filhos, mas acham que serão capazes de desenvolver uma boa relação com eles. Porém, as mães dos bebés de extremo pré-termo estão alarmadas com a sobrevivência dos seus filhos e são as que parecem ter mais dificuldade em antecipar problemas futuros, possivelmente por estarem centradas no período que estão a viver. Curiosamente, as mães dos bebés de termo são as que mais se preocupam com o seu papel materno e com a prestação de cuidados ao bebé. Os dados apontam para a necessidade de oferecer respostas de apoio e aconselhamento diferenciadas às mães dos recém-nascidos, atendendo à idade gestacional do bebé e outros fatores de risco neonatal.

O presente projeto foi financiado pelos projetos PTDC/PSI-E- DD/110682/2009 & PTDC/MHC-PED/1424/2014 atribuídos por FCT/ FEDER.

Palavras-Chave: Prematuridade, Representações Maternas, Intervenção Precoce

INCLUSÃO E ACOLHIMENTO DOCENTE DA PESSOA EM CONDIÇÃO DE INCONGRUÊNCIA DE GÊNERO

Vânia Gomes

Relatamos a atividade educativa de inclusão de estudantes em condição de incongruência de gênero por uma docente nessa condição junto aos seus pares numa instituição de ensino. A incongruência de gênero é uma condição definida na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11) da Organização Mundial da Saúde (2018), caracterizada por marcante incongruência entre o gênero atribuído no nascimento, relativo à morfologia sexual e o gênero vivenciado e expresso pela pessoa. Tal condição também é denominada socialmente por transgênero e, para um grupo mais específico no Brasil, usa-se a denominação travesti. Em razão da criação de um Núcleo de Gênero e Sexualidade na instituição escolar, diversos grupos de docentes em diferentes campi da instituição solicitaram orientação quanto à crescente presença de estudantes transgênero e de diversas orientações sexuais. As dificuldades docentes foram categorizadas em dois segmentos: conceituais e sociais. No âmbito conceitual, evidenciou-se a necessidade de compreender as identidades de gênero, a rejeição sociojurídica das pessoas intersexo, o reconhecimento da condição de incongruência de gênero, a diversidade de orientações sexuais e a distinção entre todas essas condições. No âmbito prático, a necessidade de reconstruir a presença docente diante de uma trajetória social e escolar de discriminação já sofrida por essas pessoas, na direção de um agir educativo que considere as violências vivenciadas pelas pessoas transgênero antes de seu ingresso na vida escolar e em sua trajetória escolar anterior ao ensino médio, técnico e superior. A oportunidade dada aos docentes de dialogar com uma pessoa transgênero que apresenta um elemento comum de identidade, qual seja, a vivência docente escolar, permitiu a

externalização e reconhecimento de dificuldades, conscientização do conjunto de preconceitos que carregam em função de práticas culturais, notadamente as de negação e de apagamento da condição de incongruência de gênero e a desmistificação dessas mesmas dificuldades resultando na percepção de que a educação é um processo de interação entre pessoas, situadas em diferentes condições, mas não a elas confinadas. Resultam orientações práticas de acolher a pessoa em seu comportamento defensivo – face ao histórico de violências sofridas – e de orientar a prática pedagógica para o amadurecimento social – pela abertura de novas possibilidades de inclusão social em relacionamentos centrados na pessoa e no seu desenvolvimento e não apenas na sua condição.

Referência:

World Health Organization. (2018). ICD-11 International Classification of Diseases. Geneva: World Health Organization. Retrieved from: https://icd.who.int/en/

Palavras-Chave: educação; inclusão; gênero; formação docente; incongruência de gênero